

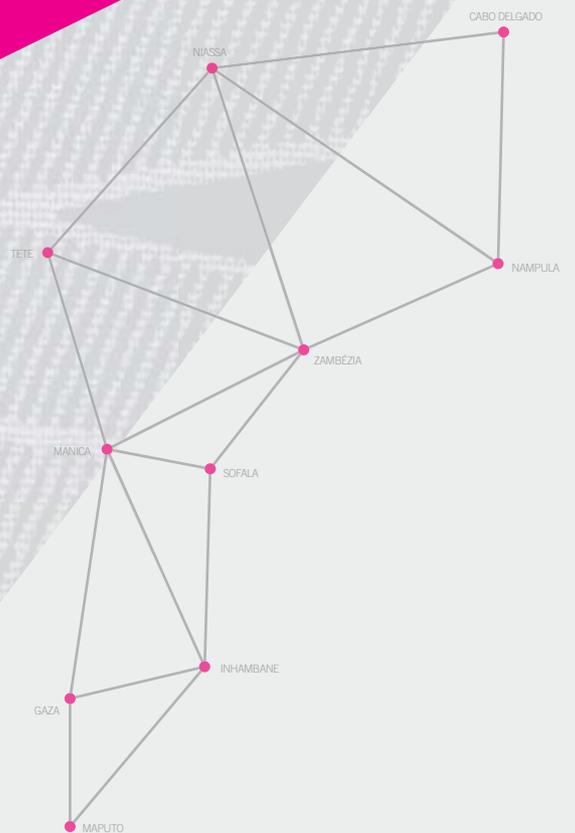
RELATÓRIO E CONTAS 2014

Millennium
bim

RELATÓRIO E CONTAS MILLENNIUM BIM 2014

ÍNDICE

RELATÓRIO E CONTAS
2014



ÍNDICE

- 5** Mensagem do Presidente
- 6** Síntese de Indicadores
- 7** Síntese do Relatório do Conselho de Administração
- 10** Estrutura Accionista e Órgãos Sociais
- 11** Enquadramento Económico
 - 12** Economia Mundial
 - 14** Economia de Moçambique
 - 16** Sistema Financeiro Moçambicano
- 19** Actividades do Millennium bim
 - 20** Colaboradores
 - 22** Rede Millennium bim em Moçambique
 - 23** Análise das Áreas de Negócio
 - 23** Inovação em 2014
 - 24** Actividades dos segmentos de negócio
 - 24** Banca de Retalho
 - 24** *Prestige*
 - 24** *Corporate*
 - 26** Serviços Bancários
 - 26** Banca Electrónica
 - 26** Operações e Sistemas de Informação
- 28** *Risk Office*
- 39** Análise Financeira
- 44** Proposta de Aplicação de Resultados
- 45** Responsabilidade Social
- 48** Empresa Subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.
- 49** Demonstrações Financeiras
 - 50** Demonstração dos Resultados Consolidados
 - 51** Demonstração do Rendimento Integral Consolidado
 - 52** Balanço Consolidado
 - 53** Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
 - 54** Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados
 - 55** Demonstração dos Resultados do Banco
 - 56** Demonstração do Rendimento Integral do Banco
 - 57** Balanço do Banco
 - 58** Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco
 - 59** Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco
 - 60** Notas às Demonstrações Financeiras
- 128** Declaração de Responsabilidade dos Administradores
- 130** Relatório dos Auditores Independentes
- 133** Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



**Mário Fernandes
da Graça Machungo**
Presidente do Conselho
de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Concluído o 19.º exercício de actividade do Millennium bim, é com enorme satisfação que vemos o Millennium bim manter a sua posição de liderança no mercado nacional, sendo a única instituição financeira moçambicana a figurar no *ranking* dos 100 maiores Bancos de África, promovido pela revista *The Banker*, ocupando agora a 55.ª posição, após ter subido 11 lugares face ao ano anterior.

Reflectindo a dinâmica de crescimento da economia nacional, o mercado financeiro moçambicano continua a registar um forte crescimento, mantendo-se como um dos sectores da actividade económica mais competitivo, dinâmico e inovador. Ao longo do exercício ora findo, o Millennium bim enfrentou diversos desafios que o obrigaram a procurar novas e melhores soluções para satisfazer as necessidades dos seus cerca de 1,3 milhões de Clientes, para o que contou com o importante contributo dos seus 2.367 Colaboradores.

Este foi mais um ano de muito trabalho, muitas conquistas, muitos desafios, e reafirmação da vontade de nos mantermos como importantes agentes impulsionadores do crescimento da economia de Moçambique. Fomos guiados por rigorosos critérios de gestão e por uma constante preocupação em garantir a satisfação das necessidades dos Clientes.

O Millennium bim continua a assumir-se como o Banco de todos e para todos os Moçambicanos. Líderes do sistema, tanto em resultados como no contributo para a evolução do sistema financeiro nacional, demos continuidade ao processo de expansão da rede de balcões *Mass Market* e *Prestige*, ampliámos a rede de ATM e POS e incrementámos a oferta de funcionalidades no serviço de *mobile banking*, Millennium IZI. Esta estratégia de crescimento sustentado, proporciona uma maior disponibilidade e uma maior aproximação entre o Banco e seus Clientes, contribuindo significativamente para o processo de bancarização do país.

A concessão de crédito às empresas e aos particulares foi importante no apoio ao desenvolvimento da economia e ao crescimento do Banco. Para garantir a boa saúde da carteira de crédito, foi essencial implementar processos responsáveis e eficientes de avaliação do risco e da sustentabilidade das operações, reduzindo o risco de incumprimento e oferecendo aos depositantes a confiança necessária para nos entregarem as suas poupanças com a certeza de que este é um banco sólido e seguro.

Em 2014, o Millennium bim foi novamente reconhecido por instituições nacionais e internacionais, tendo sido galardoado com prestigiados prémios, atribuídos aos que mais se destacaram na indústria bancária. De realçar o prémio “Banco do Ano em Moçambique”, atribuído pelo 9.º ano pela publicação internacional *The Banker*, considerada como uma referência mundial no que respeita à informação sobre mercados financeiros e análise do sector bancário.

Outros prémios, igualmente prestigiantes para a Instituição, foram os de “Melhor Banco em Moçambique” pela *EMEA Finance* do Exporta Group, “Melhor Grupo Bancário em Moçambique” pela *World Finance*, “Melhor Banco em Moçambique”, pela *Euromoney*, “Melhor Banco em Moçambique” e “Melhor Site de Internet” para Clientes particulares, estes dois últimos pela *Global Finance*, e marca de excelência “Superbrand”, pela *Superbrands* Moçambique.

Este reconhecimento público e a 55.ª posição conquistada no *ranking* dos 100 maiores bancos africanos traduzem a solidez e qualidade dos resultados do Banco, bem como a sua capacidade de inovar e implementar uma estratégia de crescimento sustentada que contribui, efectivamente, para o desenvolvimento económico e social de Moçambique e para uma maior robustez do sistema financeiro moçambicano.

A Responsabilidade Social continuou a merecer do Banco a maior atenção. Em 2014, o seu programa “Mais Moçambique pra Mim” imprimiu ainda maior dinamismo às suas actividades, mantendo sempre o focus da sua missão fundadora: promover projectos estruturantes e de continuidade que contribuam para o bem-estar do próximo, com destaque nas áreas de Educação, Saúde, Desporto e Cultura.

Neste sentido, demos seguimento ao Torneio Mini Basquete Millennium bim (9.ª edição), à Corrida Millennium bim (9.ª edição), ao programa “Uma Cidade Limpa pra Mim (8.ª), às Olimpíadas Bancárias Millennium bim (5.ª edição) e à Campanha de Segurança Rodoviária (4.ª edição), para mencionar apenas alguns.

Findo este ano de actividade, iniciamos agora o 20.º ano da vida do Millennium bim. Pretendemos que seja um ano marcado pelo reforço do espírito de equipa, atitude positiva e conquistas que nos destaquem como a locomotiva moderna e potente do sistema financeiro nacional, escalando novos patamares.

Com sentimento de dever cumprido, em meu nome pessoal e em nome do Conselho de Administração do Banco, agradeço a todos os nossos Clientes, Accionistas e Autoridades pela confiança depositada e a todos os Colaboradores pela dedicação demonstrada e empenho no trabalho diário no Millennium bim.

A tarefa que temos pela frente tem associados novos e importantes desafios. Porém, com a dedicação e empenho das nossas equipas e com a confiança dos nossos Clientes, vamos seguramente garantir que em 2015 teremos “Mais Millennium bim para Todos”

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de MZN

	2014	2013	2012	2011	Var. % 14/13
BALANÇO					
Activo total	101.502	85.428	70.647	60.889	18,8%
Crédito a clientes (líquido)	56.795	47.921	38.230	34.192	18,5%
Recursos totais de clientes	80.412	67.623	56.369	48.852	18,9%
Capitais próprios e passivos subordinados	16.727	14.414	12.250	10.400	16,1%
RENDIBILIDADE					
Produto bancário	8.820	8.040	7.459	7.873	9,7%
Custos operacionais	4.054	3.681	3.456	3.102	10,1%
Imparidades e provisões	590	463	502	716	27,4%
Impostos sobre lucros	682	592	523	639	15,2%
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	3.494	3.303	2.978	3.418	5,8%
Rácio de eficiência	46,0%	45,8%	46,3%	39,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	23,0%	25,6%	27,2%	38,8%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	4,0%	4,3%	4,6%	6,0%	
QUALIDADE DO CRÉDITO					
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	2,2%	1,7%	2,0%	1,5%	
Crédito com incumprimento/Crédito total	2,5%	1,8%	2,1%	1,7%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias	241,3%	348,0%	354,0%	479,4%	
Custo do risco	97 p.b.	91 p.b.	113 p.b.	208 p.b.	
SOLVABILIDADE (*)					
Tier I	19,0%	21,5%	21,5%	17,6%	
Total	19,0%	21,4%	21,7%	17,9%	
SUCURSAIS					
Sucursais	166	157	151	138	5,7%
CLIENTES					
Clientes (milhares)	1.306	1.216	1.173	1.024	7,4%
COLABORADORES					
Colaboradores	2.367	2.329	2.298	2.230	1,6%

(*) Não inclui o resultado do exercício do ano em referência.

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A economia mundial em 2014 deverá ter registado um crescimento na ordem dos 3,3%, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, tendo sido estimulada pela manutenção de taxas de crescimento elevadas na China, na Índia e nas economias da África Subsaariana.

A Economia dos EUA teve um comportamento acima do esperado, com um crescimento de 2,4%, impulsionado pela continuação, ainda que de forma mais branda, de uma política monetária e fiscal expansionista que, inclusivamente, permitiu registar níveis de desemprego historicamente baixos.

A China mantém-se como o motor da economia global, tendo crescido 7,4%. Este crescimento foi suportado na expansão do consumo público, através do investimento em grandes projectos de infra-estrutura logística e apoio generalizado à produtividade do tecido industrial.

A África Subsaariana, com um crescimento de 4,8%, mantém o seu vigor apesar da depreciação dos preços das *commodities*. O consumo privado e o investimento têm-se mantido como os principais vectores do crescimento.

Relativamente a 2015, as expectativas do FMI são positivas e espera-se a manutenção do nível actual de crescimento económico, com uma previsão de 3,5%. A baixa do preço do petróleo, a recuperação da economia norte-americana e a manutenção de uma taxa de crescimento elevada da China serão os vectores económicos mais relevantes.

A taxa de crescimento da economia Moçambicana deverá atingir os 7,4%, segundo dados do INE, mantendo-se a robustez da presente década, alimentada pelo fluxo de investimento directo estrangeiro e pelo esforço de desenvolvimento das plataformas logísticas e de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento dos megaprojectos.

A taxa de inflação homóloga registou uma evolução positiva, passando de 3,5%, em Dezembro 2013, para 1,93%, em Dezembro de 2014. Este comportamento favorável ocorreu sobretudo devido ao bom ano agrícola e ao bom desempenho do metical face às principais divisas, em grande parte do ano.

Em 2014, o Banco de Moçambique efectuou uma alteração da taxa de Facilidade Permanente de Cedência (FPC), reduzindo-a em 75 p.b., de 8,25% para 7,5%, e manteve inalterada a taxa da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 1,5%. O *spread* entre as duas principais taxas de referência do Banco Central atingiu um novo mínimo dos últimos 5 anos (6%).

As taxas dos Bilhetes de Tesouro mantiveram-se praticamente inalteradas ao longo do ano, enquanto as taxas de permutas de liquidez entre as instituições de crédito reduziram-se em 32 p.b. face a Dezembro de 2013.

O Banco continuou a sua estratégia de expansão com a abertura de novos balcões e atingiu 166 no seu todo, dos quais 141 balcões são do segmento da Banca de Retalho. Para além de continuar a apostar num atendimento mais abrangente e atento às necessidades dos Clientes, o Banco continua a fazer um esforço de investimento no sentido de aumentar a inclusão financeira das populações rurais. Neste sentido, procedemos à expansão do parque de ATM (440) e POS (6.009), representando um crescimento de 6% e 20%, respectivamente.

Mantendo o focus no fortalecimento da sua liderança, o Millennium bim apostou em dois planos de actuação, nomeadamente, a segmentação da carteira de Clientes e o lançamento de produtos e serviços inovadores.

Relativamente à inovação, o Millennium bim voltou a trazer novidades para o mercado com o lançamento dos cartões de débito e crédito com *Chip* processo enquadrado na necessidade de reforçar a segurança na utilização dos cartões, aumentando a protecção das transacções realizadas pelos nossos Clientes.

Adicionalmente, o Banco lançou a “solução mulher”, uma oferta composta por produtos e serviços direccionados às necessidades das senhoras, que lhes concede o acesso a um cartão Visa Electron específico, incorporando um seguro de saúde com cobertura para despesas de parto e despesas de tratamento do cancro do colo do útero e do cancro da mama, um “Plano Poupança Mulher” com acesso a uma linha de crédito automática, e o pacote “Solução Total PME”, criado para responder às necessidades crescentes das Pequenas e Médias Empresas (PME), como reconhecimento do papel crucial que estas desempenham para o desenvolvimento económico e empresarial do país.

O Banco continuou a melhorar a sua oferta de serviços no canal *mobile*, destacando-se a introdução de novas funcionalidades no Millennium IZI, como a criação de “favoritos”, a opção de alteração do idioma dos menus, a possibilidade de liquidação do saldo do cartão de crédito, a possibilidade de constituição de depósitos a prazo (Poupança IZI) e o alargamento da venda de recargas Credelec a todo o país. Como resultado, em 2014 a plataforma IZI aumentou o volume de transacções bancárias em mais de 60%.

No âmbito do projecto MilleTalento, criado em 2013, foram desenvolvidos e implementados novos programas de formação e de dinamização que permitiram um envolvimento de um número alargado de Colaboradores. Foram em simultâneo criados programas de estágios e bolsas de estudo, alargando assim o leque de selecção de jovens com potencial para integrarem e acrescentarem valor ao Banco.

O Millennium bim recebeu inúmeros prémios, sendo de destacar, pelo 9.º ano, o Prémio “Banco do Ano” da prestigiada revista *The Banker* do Financial Times. Outros prémios igualmente prestigiantes foram os de “Melhor Banco em Moçambique” pela *EMEA Finance*, o de “Melhor Grupo Bancário em Moçambique” pela *World Finance*, o de “Melhor Banco em Moçambique” pela *Euromoney*, o “Melhor Banco em Moçambique” e “Melhor Site de Internet” pela *Global Finance*, e marca de excelência “Superbrand” pela *Superbrands Moçambique*.

É igualmente importante destacar a subida no *ranking* da revista *African Business*, passando a ocupar a 55.ª posição e mantendo-se como o único Banco Moçambicano no *ranking* dos 100 maiores bancos de África.

Apesar da forte envolvente concorrencial, o Millennium bim atingiu em 2014 um resultado líquido consolidado de 3,68 mil milhões de meticais, um aumento de 7% face ao período homólogo, permitindo uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 22,3% e um rácio de eficiência nos 44,3%.

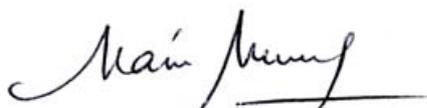
O crédito a Clientes registou um crescimento de 18% face a 2013, tendo atingido os 59,9 mil milhões de meticais (1,5 mil milhões de euros), enquanto os recursos de Clientes aumentaram 19%, cifrando-se nos 78,2 mil milhões de meticais (1,96 mil milhões de euros).

A margem financeira aumentou 16%, totalizando 5.846 milhões de meticais em 2014, face aos 5.058 milhões de meticais apurados em 2013, impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros, em particular do crédito concedido e dos activos financeiros disponíveis para venda, não obstante o efeito da taxa de juro desfavorável decorrente da descida da taxa de juro de mercado.

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2014, fixou-se nos 19,0%, bastante acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Moçambique.

O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique, em 2014, foi de 464,0 milhões meticais, traduzindo um crescimento de 16% face ao período homólogo, justificado, fundamentalmente, pela redução da sinistralidade líquida em 21,4% e pelo crescimento da receita nos ramos reais.

O programa de responsabilidade social do Millennium bim, “Mais Moçambique pra Mim”, resulta do compromisso do Banco para com a sociedade moçambicana de apoiar, criar e desenvolver projectos contínuos e sustentáveis visando sempre uma abrangência nacional. Neste sentido, o Millennium bim continua a apoiar projectos na educação, no desporto, na água, direitos humanos, meio ambiente, assim como o seu apoio na implementação dos objectivos do FEMA – Fórum Empresarial para o Meio Ambiente.



Mário Fernandes da Graça Machungo
Presidente



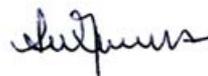
Miguel Maya Dias Pinheiro
1.º Vice-Presidente



Manuel d'Almeida Marecos Duarte
2.º Vice-Presidente



Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
Administrador



António Manuel D. Gomes Ferreira
Administrador



Teotónio Jaime dos Anjos Comiche
Administrador



Ricardo David
Administrador



Rogério Gomes Simões Ferreira
Administrador



João Manuel R.T. da Cunha Martins
Administrador



Jorge Octávio Neto dos Santos
Administrador



Manuel Alfredo de Brito Gamito
Administrador

ESTRUTURA ACCIONISTA

MZN

Accionista	31 de Dezembro de 2014		
	N.º acções	% do capital social	Capital subscrito e realizado
Millennium BCP Participações, SGPS, Lda	30.008.460	66,69%	3.000.846.000
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	770.474.700
INSS – Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	222.780.900
EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1.866.309	4,15%	186.630.900
FDC – Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	48.786.000
Outros (*)	2.704.815	6,01%	270.481.500
TOTAL	45.000.000	100,00%	4.500.000.000

(*) Outros – 1.700 investidores, com participação individual inferior a 1%, adquirida no âmbito do processo de venda de acções do Estado aos trabalhadores.

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Esperança Alfredo Samuel Machavela
Vice-Presidente	Flávio Prazeres Lopes Menete
Secretário	Horácio de Barros Chimene

CONSELHO FISCAL

Presidente	António de Almeida
Vogal	Eulália Mário Madime
Vogal	Daniel Filipe Gabriel Tembe
Vogal Suplente	Maria Iolanda Wane

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Mário Fernandes da Graça Machungo
1.º Vice-Presidente	Miguel Maya Dias Pinheiro
2.º Vice-Presidente	Manuel d'Almeida Marecos Duarte
Administrador	Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
Administrador	António Manuel Duarte Gomes Ferreira
Administrador	Teotónio Jaime dos Anjos Comiche
Administrador	Ricardo David
Administrador	Rogério Gomes Simões Ferreira
Administrador	João Manuel R.T. da Cunha Martins
Administrador	Jorge Octávio Neto dos Santos
Administrador	Manuel Alfredo de Brito Gamito

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

RELATÓRIO E CONTAS

2014



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

I. ECONOMIA MUNDIAL

A previsão de crescimento global para 2014 deverá situar-se nos 3,3%, de acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional, mantendo o registo de 2013.

Ao longo do ano assistimos a um crescimento dos riscos sistémicos, associados ao agravamento das tensões geopolíticas regionais e à baixa dos preços das *commodities*, colocando sob pressão as economias emergentes mais dependentes dos recursos minerais e energéticos e relegando-as para um crescimento mais modesto.

Apesar da normalização da política monetária expansionista, os EUA mantiveram uma política de apoio à recuperação económica, o que permitiu registar um crescimento acima do esperado, malgrado as maiores dificuldades com as exportações devido ao fortalecimento do dólar.

As economias emergentes apresentaram crescimentos a dois ritmos. Dentro dos BRICS, a China manteve um ritmo de crescimento acelerado, assim como a Índia. A Rússia, devido a conflitos regionais, sanções económicas e queda do rublo, o Brasil, devido ao crescente endividamento público e queda do preço do petróleo, e a África do Sul, em virtude da quebra dos preços das *commodities*, apresentaram crescimentos razoáveis mas substancialmente mais baixos.

A África Subsariana manteve um ritmo de crescimento elevado (4,8%), impulsionada pela exportação de matérias-primas, apesar da desaceleração da procura de algumas *commodities* e da quebra de receita originada pela descida dos preços. O consumo privado e o investimento têm sido os vectores do crescimento, denotando uma aposta no desenvolvimento.

As expectativas para 2015 são positivas e é esperado um crescimento económico global de 3,5%, beneficiando da redução do preço do petróleo. Os EUA irão prosseguir a sua forte recuperação, alavancando no fim da dependência energética, com o crescimento do gás de xisto. A zona euro deverá prosseguir com a recuperação (1,2%), no entanto o perigo de deflação mantém-se real. A China deverá continuar a ser o motor da economia global, com previsões de crescimento da ordem dos 6,8%.

QUADRO I – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

Grupo/Países	2010	2011	2012	2013	2014 E	2015 P
Economia Mundial	5,4	4,1	3,4	3,3	3,3	3,5
EUA	2,5	1,6	2,3	2,2	2,4	3,6
Zona euro	1,9	1,6	-0,7	-0,5	0,8	1,2
China	10,4	9,3	7,7	7,8	7,4	6,8
Brasil	7,5	2,7	1,0	2,5	0,1	0,3
África subsariana	6,9	5,1	4,4	5,2	4,8	4,9

Fonte: FMI, WEO Oct. 2014, WEO update Jan. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Estima-se um crescimento real do PIB de 2,4% (dados do FMI), acima dos 2,2% de 2013, reflectindo um forte segundo semestre da economia norte-americana, impulsionada pelo aumento do investimento e do consumo privado.

O crescimento da economia decorre num cenário de inflação baixa e estável (2,0%), e numa progressiva normalização da política monetária e fiscal expansionista, alavancada na taxa de desemprego, que baixou a níveis pré-crise de Agosto de 2008 (6,1%).

Para o ano de 2015 é expectável assistir a uma aceleração no crescimento do PIB para 3,6%, com a procura interna a sustentar o crescimento, através de aumentos de produção aliados a custos inferiores derivados do forte declínio nos preços do petróleo e das *commodities*, sendo um efeito apenas reduzido pela potencial quebra nas exportações causadas pelo fortalecimento do USD.

CHINA

O crescimento do PIB em 2014 deverá cifrar-se em 7,4%, mantendo-se forte, apesar da ligeira desaceleração face a 2013 (7,8%), resultante do arrefecimento da procura interna.

Este crescimento é suportado pelos aumentos dos gastos públicos, nomeadamente em grandes projectos de infra-estrutura e habitação social, apoio generalizado às PME, na produtividade e na exportação, e num ligeiro crescimento bruto da conta corrente.

Para 2015, espera-se uma diminuição da taxa de crescimento para 6,8%. A quebra na procura interna e as crescentes preocupações com a especulação do mercado imobiliário estão a colocar pressão sobre o investimento (em quebra desde o terceiro trimestre de 2014). Por outro lado, a inflação deverá continuar estável nos 2,5% e a balança comercial superavitária, mas mantendo níveis de apenas 1,8%, valor historicamente baixo.

ZONA EURO

Em 2014, as perspectivas de crescimento da zona euro confirmaram-se, com um crescimento do PIB de 0,8%. Apesar de se manter baixo, é um pequeno sinal de recuperação.

No entanto, a zona euro mantém uma recuperação a duas velocidades, com as economias periféricas a manterem os programas de equilíbrio orçamental e de recuperação das contas externas, enquanto as economias centrais registam crescimentos mais robustos, como a Alemanha (1,5%).

Para 2015, prevê-se um ano de desafios. A Europa encontra-se numa situação de tensão geopolítica, com fortes sanções aplicadas à Rússia e que poderão desestabilizar a relação económica entre o este e o oeste. O fantasma da deflação mantém-se vivo, com a confiança dos consumidores a manter-se em níveis relativamente baixos e o consumo privado a não registar crescimento.

Ainda assim, prevê-se um ligeiro acelerar da actividade económica, com o crescimento do PIB a rondar os 1,2%, beneficiando da quebra dos preços do petróleo e de uma política monetária expansionista.

ÁFRICA SUBSARIANA

A África Subsariana deverá crescer 4,8% em 2014, abaixo dos 5,2% registados em 2013, devido à depreciação dos preços das *commodities*. Apesar desta quebra, a região continuará a fazer parte dos países com maior crescimento a nível mundial. República Democrática do Congo (8,6%), Costa do Marfim (8,5%), Etiópia (8,2%), Moçambique (7,4%) e Kenya (7,2%) são apenas alguns exemplos.

O crescimento em 2014 manteve-se robusto em função do crescimento da procura agregada, seja pelo lado do investimento, seja pelo lado do consumo privado. Igualmente, a motivação governamental para o reforço e reestruturação das plataformas e infra-estruturas logísticas tem-se reflectido em níveis superiores de consumo público. Contudo, o reverso destas políticas tem sido a penalização da situação fiscal com o aumento da dívida pública, principalmente em economias de baixo rendimento.

O necessário ajustamento orçamental e fiscal não tem ainda ocorrido na maioria destas economias, mantendo-se situações de défices orçamentais e de posições negativas na balança corrente (-2,6% para a África Subsariana), com excepção dos principais países exportadores de petróleo, Angola (4,1%) e Nigéria (3,7%).

Para 2015, as previsões mais optimistas são de manutenção do crescimento nos 4,9%, apesar dos riscos conjunturais. Por um lado, o efeito do vírus ébola na África Equatorial está a limitar o desempenho económico destes países, além de estagnar o comércio internacional na região. Por outro, a recente quebra do preço do petróleo (-60%) e, mais prolongada, do preço das *commodities*, nomeadamente do carvão, provocadas sobretudo por uma quebra na procura nos EUA e na China, podem colocar sob pressão o crescimento das economias da região, fortemente dependentes da exportação destes produtos e do IDE proveniente de grandes projectos associados à exploração de hidrocarbonetos.

ÁFRICA DO SUL

Em 2014, o comportamento da economia Sul-Africana foi decepcionante. O continuar das greves nas principais indústrias do país, o crescente desemprego resultante da falta de confiança dos investidores e da quebra de investimento no país e ainda problemas de produção e distribuição de energia eléctrica que tem gerado constantes e prolongados apagões, altamente prejudiciais para a produtividade do país, levaram o crescimento do país a 1,4%, um dos mais fracos da África Subsariana. O fortalecimento da competitividade nos mercados internacionais, através da depreciação do rand, apenas gerou um efeito relativo num muito necessário ajustamento da balança comercial, que em 2014 registou um saldo negativo de -5,7% do PIB.

A inflação deverá ter subido para os 6,3% (5,8% em 2013), decorrente da depreciação do ZAR e encarecimento das importações, nomeadamente dos bens energéticos.

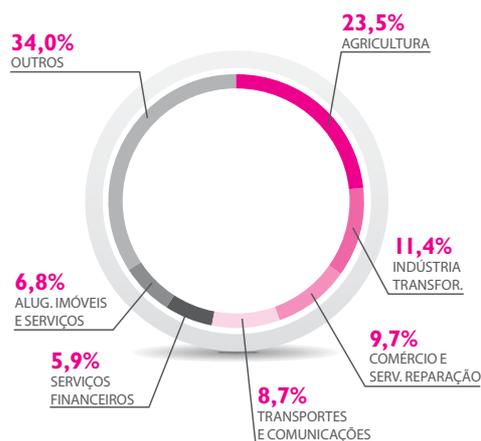
A África do Sul deverá aumentar o crescimento em 2015, voltando para os 2,1%, motivado pelo potencial efeito da baixa do preço do petróleo, no entanto, os riscos mantêm-se elevados devido à dependência da África do Sul da exportação de matérias-primas, com preços em baixa, e da dependência das economias europeias (principais destinos das suas exportações), com ajustamentos na balança comercial e diminuição das importações.

2. ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

Segundo informação do Instituto Nacional de Estatística, o crescimento do PIB nos primeiros nove meses de 2014 cifrou-se nos 7,4%, em termos anuais, em linha com a revisão das projecções do FMI que apontam para um potencial crescimento de 7,5%.

CONTRIBUIÇÃO SECTORIAL

PIB (3T DE 2014)



O crescimento económico mantém-se robusto, liderado pelos incrementos na indústria mineradora, construção, agricultura e serviços financeiros, expansão do consumo público e privado, e mantendo-se acima da média da África Subsariana. Ainda assim, as previsões de crescimento sofreram uma revisão durante 2014, baixando de 8,3%, devido às dificuldades de incorporação de receitas provenientes dos projectos de exploração do carvão, que mantêm volumes de exportação relativamente baixos devido a constrangimentos da infra-estrutura logística.

Nos primeiros nove meses do ano, o sector secundário foi o que mais contribuiu com um crescimento de 10,8% face ao período homólogo, com destaque para a indústria transformadora com crescimentos na ordem dos 15%. O sector primário cresceu 6,6% e o sector terciário cresceu 8,3%.

Em destaque, regista-se o crescimento do sector financeiro (13,7%), tendo sido o que mais sobressaiu do lado dos serviços.

O sector que continua a representar maior peso na economia moçambicana é o sector da Agricultura (23,5%), tendo inclusive aumentado o seu peso quando comparado com o período homólogo (22%).

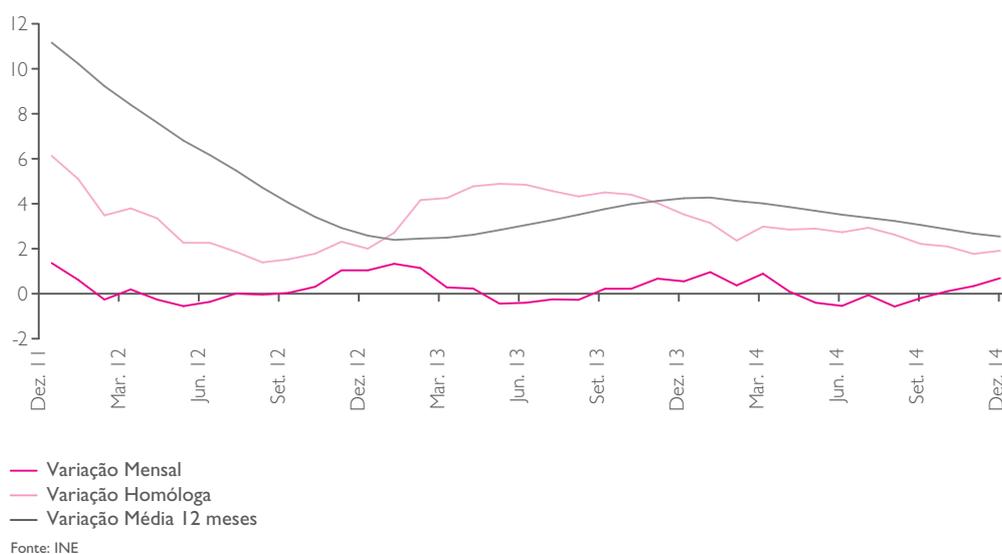
Para 2015, as perspectivas de crescimento económico mantêm-se elevadas, com uma potencial diminuição da factura do combustível, devido à quebra do preço do petróleo, apesar da depreciação do metical face ao dólar, registada no final de 2014, contrabalançar o efeito. O investimento externo deverá manter-se forte juntamente com a aposta nas indústrias extractivas.

INFLAÇÃO

O índice geral de preços teve uma evolução positiva, com a taxa de inflação homóloga a decair para 1,93%, valor abaixo do registado em igual período de 2013, em que terminou com 3,5%, e com uma desaceleração da taxa de inflação média de 4,3%, em Janeiro, para 2,6%, em Dezembro de 2014. Os alívios da pressão inflacionista verificaram-se sobretudo na classe de produtos de vestuário, habitação, água e electricidade, e na retracção dos preços do mobiliário, comunicações e lazer.

O comportamento favorável da inflação deveu-se sobretudo à manutenção dos preços tabelados, a um aumento na produção alimentar local, substituindo as importações, e à quebra dos preços das *commodities* durante 2014.

Para 2015, é expectável a manutenção de uma taxa de inflação controlada, devido em grande medida à diminuição da factura de importação de combustíveis. Outro factor relevante será a evolução do metical face ao dólar e ao rand. A estabilidade cambial reflecte-se de forma muito positiva no comportamento dos preços, uma vez que a importação de bens de primeira necessidade ainda é elevada.



Indicadores Macroeconómicos	2009	2010	2011	2012	2013	2014 E
PIB real (t.v.a)	6,30%	7,20%	7,30%	7,50%	7,40%	7,0%
Inflação (t.v. Média) ⁽¹⁾	3,4%	12,7%	8,4%	2,9%	4,2%	4,1%
Massa monetária (t.v.a) ⁽²⁾	32,6%	29,3%	6,4%	18,3%	21,5%	21,5%
Saldo da BTC (em % do PIB) ⁽³⁾	-10,5%	-11,7%	-24,3%	-36,5%	-37,7%	-39,4%
Saldo orçamental (em % do PIB) ⁽³⁾	-5,4%	-4,3%	-5,3%	-4,2%	-2,8%	-10,6%
Tx câmbio MZN/USD em fim de período	29,2	32,8	27,1	29,8	30,1	33,6
Var % da Tx Câmbio MZN/USD	22,5%	12,3%	-17,4%	10,0%	1,0%	11,6%
Tx câmbio MZN/ZAR fim de período	3,96	5,03	3,40	3,50	2,90	2,90
Var % Tx câmbio MZN/ZAR	13,1%	27,0%	-32,4%	2,9%	-17%	0,0%

Notas: E – estimativas, excepto Taxa Câmbio (Mbim); 1) Inflação (INE); 2) Atualizado segundo FMI/Governo Country Report 15/12 (2010-2014); 3) *Ibidem*, depois de donativos.

CONTAS PÚBLICAS

Segundo as previsões do FMI, no seu relatório conjunto com o Governo, em termos homólogos deverá registar-se um aumento das receitas de 14%, contra um aumento nominal da despesa em 34%, resultando num défice orçamental de 8,1% antes de donativos (2,8% após donativos).

Do lado da receita, a expansão da base colectável foi bastante positiva, coadjuvada pelo crescimento da actividade económica.

Do lado da despesa, foi sobretudo influenciada pelo crescimento das despesas de funcionamento, com despesas com pessoal (51%) e bens e serviços (22%).

No que concerne ao financiamento do défice, os dados do primeiro semestre apontam para que 43% tenham sido cobertos por donativos, 51% por fontes externas e 6% por créditos internos.

	Peso no PIB		Var.:% (valores líq.)
	2013	2014 P	
Receita	26,90%	27,30%	14%
Despesa	34,90%	41,90%	34%
Saldo	-8,10%	-14,50%	-201%
Donativos	5,30%	4,00%	-16%
Saldo após donativos	-2,80%	-10,50%	-425%

Fonte: Banco de Moçambique e FMI/Governo Country Report 15/12.

EQUILÍBRIO EXTERNO

A balança corrente deverá atingir os 48,5% em 2014, de acordo com previsões do FMI, agravando a posição externa da economia face a 2013 (39,5%).

Durante o primeiro semestre de 2014, o défice da conta corrente deverá ter caído cerca de 15%, devido a uma quebra nas importações (-7,5%), em linha com o arrefecimento no investimento. Ao mesmo tempo, as receitas das exportações caíram 8,4%.

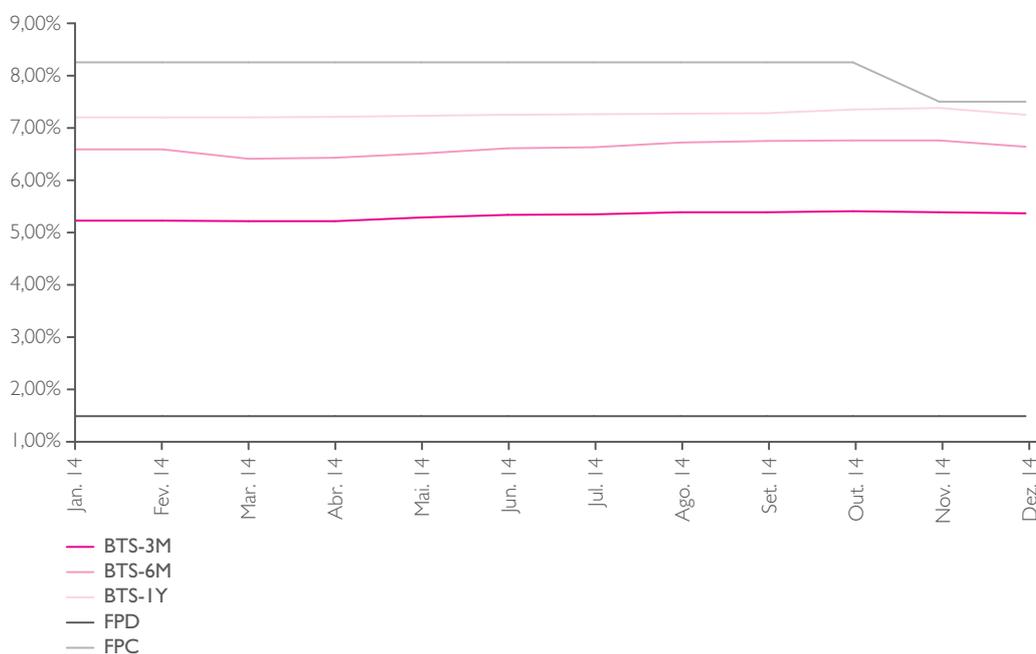
Pelo lado das exportações, a descida foi pressionada pela quebra do preço das *commodities*, nomeadamente do carvão e do alumínio. Pelo lado das importações, a descida deveu-se ao bom ano agrícola e também à quebra do preço das *commodities*, sobretudo produtos energéticos.

3. SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

Em 2014, o Banco de Moçambique efectuou uma alteração da taxa de Facilidade Permanente de Cedência (FPC), reduzindo-a em 75 p.b., de 8,25% para 7,5%, e manteve inalterada a taxa da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 1,50%.

Deste modo, o *spread* entre as duas principais taxas de referência do Banco Central continuou a estreitar-se e atingiu um novo mínimo dos últimos 5 anos, de 6 pontos percentuais (p.p.). O saldo da base monetária, variável operacional de política monetária, fixou-se em 56.969 milhões de meticais, valor acima da meta estabelecida em 1.670 milhões de meticais (3%), em grande parte consequência directa da dinâmica da actividade económica em Moçambique. Ainda assim, a inflação manteve-se a um nível baixo e controlado em consequência da queda do preço de algumas mercadorias nos mercados internacionais, de um bom ano agrícola e da relativa estabilidade do metical no mercado cambial doméstico ao longo da maior parte do ano.

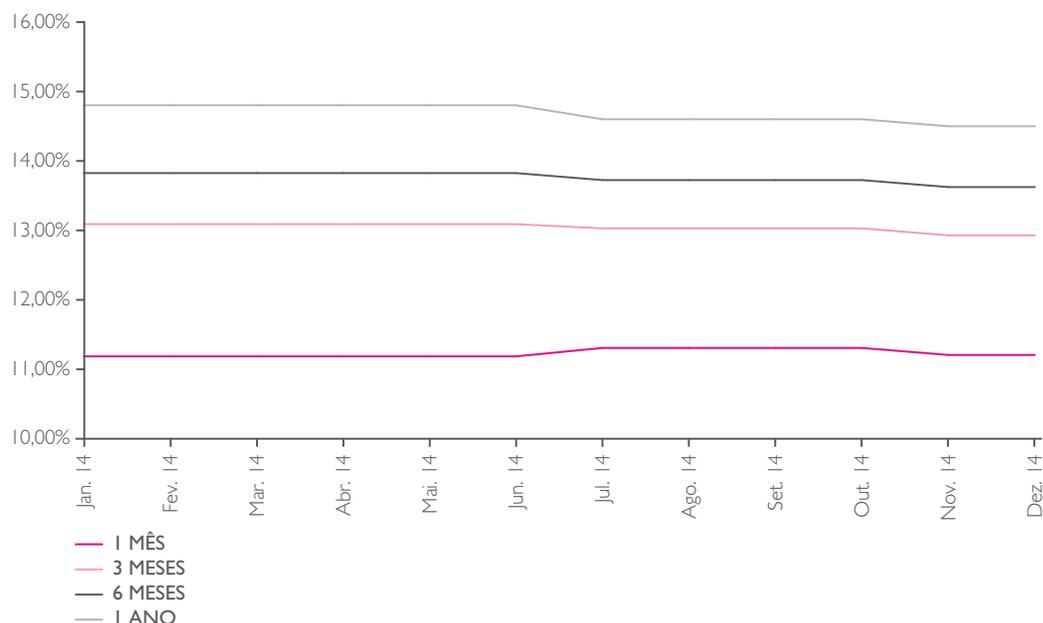
TAXAS DE REFERÊNCIA 2014



As taxas Maibor (Maputo Inter Bank Offer Rate) não registaram grandes alterações ao longo de 2014, sofrendo uma ligeira queda após a redução da FPC já durante o último trimestre, sendo possível que esta tendência se venha a acentuar no início de 2015.

A taxa das Reservas Obrigatórias (RO) manteve-se inalterada ao longo de 2014, ou seja, nos 8%.

EVOLUÇÃO MAIBOR 2014



Relativamente a igual período de 2013, as taxas dos Bilhete de Tesouro mantiveram-se praticamente inalteradas, com a exceção da taxa para a maturidade de 91 dias, que registou um acréscimo de 14 p.b. As taxas de permutas de liquidez entre as instituições de crédito reduziram-se em 32 p.b. face a Dezembro de 2013.

Evolução das taxas de juro no MMI			
	Dez. 13	Dez. 14	Varição
91 dias	5,23%	5,37%	0,14% ↑
182 dias	6,60%	6,64%	0,04% ↑
364 dias	7,20%	7,25%	0,05% ↑
Permutas	3,43%	3,11%	-0,32% ↓
FPD	1,50%	1,50%	0,00% →
FPC	8,25%	7,50%	-0,75% ↓

LIQUIDEZ DO SISTEMA

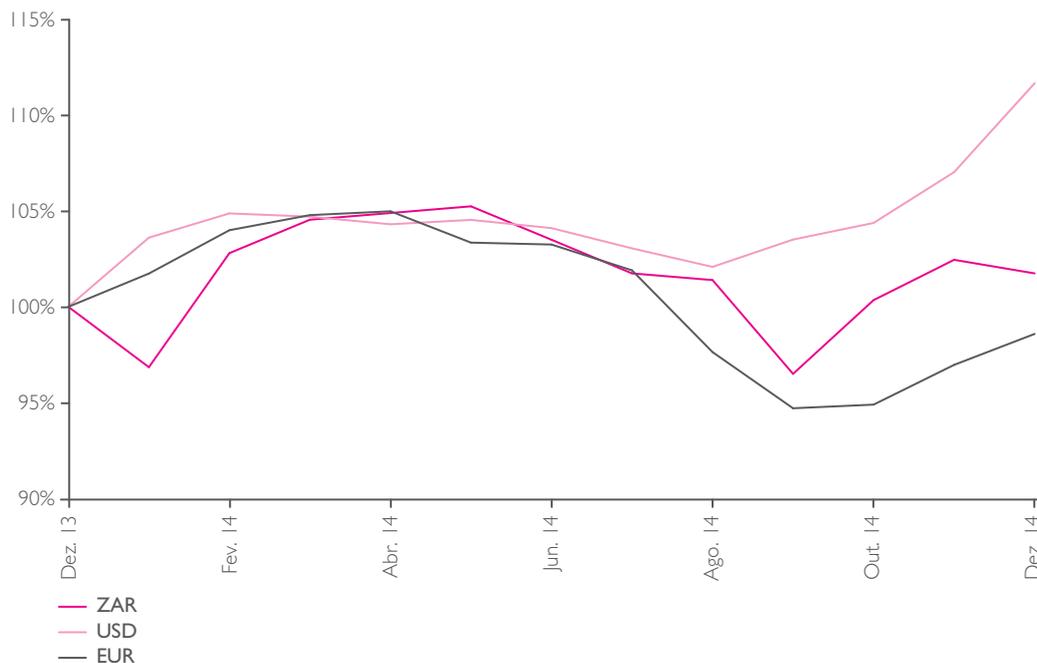
(milhares MNZ)



Ao longo do ano de 2014, o Estado emitiu 5.193 milhões de meticalis em Obrigações do Tesouro nas maturidades de 3 e 4 anos. A taxa destas emissões variou entre 9,875% e 10,75%.

O ano de 2014 foi marcado por uma relativa estabilidade do metical face às principais divisas internacionais durante quase todo o ano. No início do último trimestre, sobretudo a partir do mês de Novembro, as condições do mercado alteraram-se e o metical sofreu uma desvalorização face ao dólar norte-americano, tendo terminado o ano com uma depreciação de 11,7% face àquela divisa. No final de 2014, o USD/MZN cotava a 33,60 contra 30,08 no período homólogo.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS DIVISAS/MZN



O gráfico acima espelha as variações cambiais do metical face às principais moedas transaccionadas no sistema financeiro moçambicano.

O saldo das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) em 2014 foi de 2.861,5 milhões de dólares, ligeiramente abaixo do valor registado em Dezembro de 2013 (2.912 milhões de dólares). Em termos de reservas internacionais brutas, este saldo equivale a cerca de 4 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, quando excluídas as transacções dos grandes projectos.

EVOLUÇÃO DO SALDO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS 2014

(milhões USD)



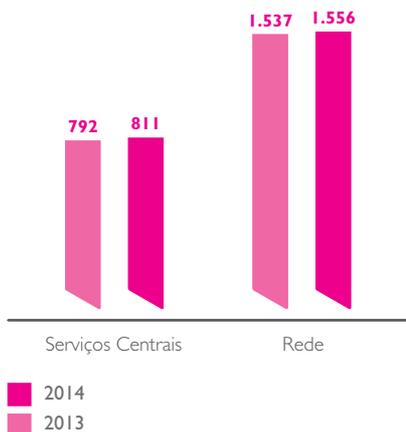
ACTIVIDADES DO MILLENNIUM BIM

RELATÓRIO E CONTAS
2014

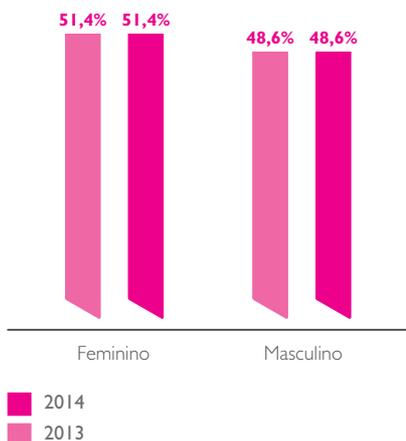
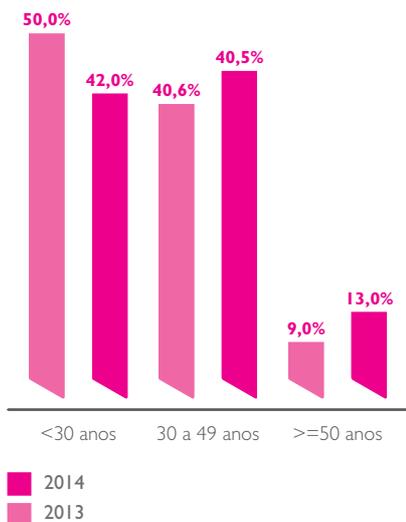


COLABORADORES

Número de Colaboradores por área de actividade



Distribuição etária e por género



No Millennium bim, os Colaboradores têm um papel preponderante, quer no crescimento da organização, quer no seu crescimento pessoal e profissional, desenvolvendo uma cultura alinhada com os valores corporativos. Nesta perspetiva, o Banco continuou, em 2014, a desenvolver e implementar medidas e métodos que visam a obtenção destes objectivos.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Numa perspetiva de permanente acompanhamento dos seus Colaboradores, o Millennium bim continuou em 2014 a criar e implementar programas de desenvolvimento, formação e especialização dos seus quadros, permitindo, por um lado, a valorização individual e, por outro, o reforço da qualificação dos seus Colaboradores.

Por outro lado, e tendo presente a crescente exigência do mercado financeiro, a aposta na competitividade, inovação e dinamismo dos seus Colaboradores, e na reconhecida necessidade de existência de quadros qualificados e com perfis adequados às funções, foi dado particular destaque ao processo de Recrutamento e Selecção, com métodos e práticas de selecção diferenciadas e diversificadas as quais permitiram obter um maior rigor e eficácia nos resultados. Foram, em simultâneo, criados programas de estágios e de bolsas de estudo, alargando assim o leque de selecção dos jovens com potencial para integrarem e acrescentarem valor ao Banco.

No âmbito do projecto MilleTalento, criado em 2013, foram desenvolvidos e implementados novos programas de formação e de dinamização os quais permitiram um envolvimento de um número alargado de Colaboradores, tendo conseguido com sucesso, formar, motivar e acompanhar as suas carreiras e em simultâneo enriquecer o conhecimento e a qualidade dos quadros do Banco.

GESTÃO DE PESSOAS E FORMAÇÃO

Procurando responder aos objectivos traçados, alinhados com os objectivos e estratégia da Organização, atraindo, valorizando, desenvolvendo e gerando oportunidades, o Millennium bim manteve em 2014 a sua política de gestão e acompanhamento de carreiras dos seus Colaboradores.

Apoiado no crescimento do Banco, bem como na necessidade de colmatar as saídas de Colaboradores pelos mais diversos motivos, o Millennium bim reforçou os seus quadros, tendo admitido 171 novos Colaboradores, cifrando-se em 2.367 o número de efectivos no final do ano.

Em 31 de Dezembro de 2014, a distribuição dos Colaboradores entre Redes e Serviços Centrais era de aproximadamente 66% e 34%, respectivamente, mantendo a distribuição em linha com o ano anterior:

A avaliação, o reconhecimento, a formação e a motivação são alguns dos factores chave de sucesso. No processo de avaliação e aconselhamento anual do seu quadro de efectivos, foram avaliados 2.309 Colaboradores de um universo de 2.320, o equivalente a um grau de realização de 99,5%.

A permanente preocupação com a formação e o grau de qualificação dos conhecimentos dos seus Colaboradores promoveu um aumento significativo nas acções de formação em relação ao ano anterior; tendo passado de um total de 38.194 horas para 51.732 horas, em 2014, envolvendo um universo de 1.932 Colaboradores.

Atentos às necessidades de melhorias constantes em matéria de Gestão e Acompanhamento do potencial humano, foi desenvolvido e aprovado um plano interno com acções de melhorias para a Satisfação e Motivação dos seus Colaboradores, o qual terá a sua implementação em 2015.

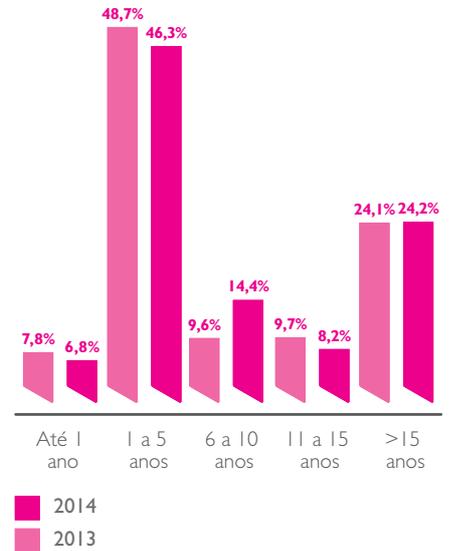
SAÚDE

A permanente preocupação com as pessoas sempre foi um pilar da gestão do Millennium bim. A vida pessoal e familiar de cada Colaborador é estimulada e reconhecida como complemento integrado na dimensão do Banco, porque consideramos que este equilíbrio é fundamental para o sucesso. Por este motivo, o Millennium bim continuou, em 2014, a trabalhar no enriquecimento e alargamento das medidas e processos que permitam dar resposta eficaz a estas necessidades.

No âmbito da saúde, foram efectuados novos acordos com prestadores de serviço de saúde, alargando assim a oferta dos serviços médicos e sociais aos Colaboradores e seus familiares, salvaguardando e garantindo a qualidade requerida e dando cobertura às necessidades de cada região do país.

No âmbito da segurança no trabalho, foram iniciados contactos com prestadores de serviço a fim de tentar estabelecer acordos que permitam ao Millennium bim e aos seus Colaboradores não só garantir o disposto na lei, como ajudar e contribuir para um melhoramento contínuo dessas condições.

Distribuição por antiguidade



REDE MILLENNIUM EM MOÇAMBIQUE

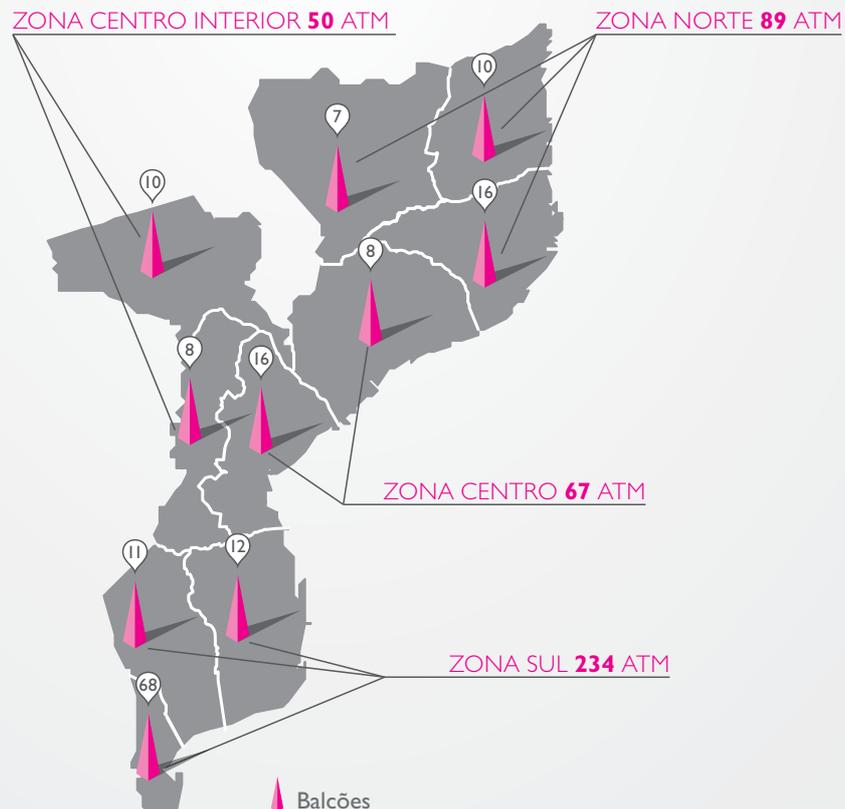
REDE DE BALCÕES

NÚMERO DE BALCÕES POR ZONA

	2014	2013	2012	Var.:% 14/13
Zona Norte	33	29	26	13,8%
Zona Centro Interior	18	17	16	5,9%
Zona Centro	24	24	24	0,0%
Zona Sul	91	87	85	4,6%
	166	157	151	5,7%

REDE DE ATM

PRESENÇA NAS PROVÍNCIAS



ANÁLISE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

Em 2014, o Banco manteve a sua estratégia enfocada no fortalecimento da sua proposta de valor e de segmentação da base de Clientes. Esta abordagem segmentada dos mesmos implicou a reestruturação e o redimensionamento das áreas comerciais, de modo a melhorar os níveis de serviço e tratar de forma adequada Clientes com necessidades diferentes.

Em paralelo, o lançamento de produtos e serviços inovadores e a expansão da rede de balcões contribuíram fortemente para reforçar outro dos principais vectores de actuação do Banco. o forte contributo para a bancarização em Moçambique.

INOVAÇÃO EM 2014

Em 2014, adoptaram-se as práticas internacionais de segurança mais actualizadas, de modo a reforçar a segurança na utilização dos cartões; nomeadamente, com a introdução de *chip* nos cartões de pagamento, aumentando assim a protecção das transacções realizadas pelos Clientes.

O Banco lançou a "solução mulher", uma oferta composta por produtos e serviços direccionados às necessidades das senhoras, com destaque para um cartão Visa Electron específico, incorporando um Seguro de Saúde com cobertura para despesas de parto e despesas de tratamento do cancro do colo do útero e do cancro da mama, um "Plano Poupança Mulher" acoplado de uma linha de crédito automática.

Criada para responder às necessidades crescentes das Pequenas e Médias Empresas (PME) e como reconhecimento do papel crucial que estas desempenham para o desenvolvimento económico e empresarial do país, o Banco lançou a Solução Total PME, composta por um vasto conjunto de produtos e serviços financeiros que cobrem a gestão corrente da empresa, designadamente o apoio ao Investimento, emissão de Garantias Bancárias, Financiamento de Curto Prazo, apoio ao Comércio Internacional, assim como Soluções de Pagamentos e Cobranças. Com esta solução, reforçou-se o envolvimento a base actual de Clientes Empresas e potenciou-se a captação de novas PME.

O serviço de banca móvel, Millennium IZI, passou a integrar novas funcionalidades, intensificando a utilização do canal *mobile* por parte dos Clientes, e facilitando o acesso aos serviços e produtos do Banco pondo a tónica na conveniência e universalidade do serviço. Para além da disponibilização do Millennium IZI em todas as operadoras móveis do país, foram disponibilizadas as funcionalidades de criação de "favoritos", alteração do idioma dos menus, liquidação antecipada do saldo do cartão de crédito, assim como a possibilidade de constituição de depósitos a prazo (o Poupança IZI), produto a prazo que potencia a criação de micro-poupanças. Aíndo no âmbito da poupança, foi lançado o depósito "Tá Somar", um depósito a prazo em moeda nacional, com juros trimestrais crescentes, disponível para Clientes particulares.

Depois da disponibilização da compra de Credelec, no ano transacto, no Millennium IZI e nas ATM, os nossos Clientes passaram a poder adquirir energia eléctrica pré-paga no *Internet banking*, reforçando a proximidade e comodidade do serviço.

ACTIVIDADES DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO

BANCA DE RETALHO

Em 2014, o Banco continuou a sua estratégia de expansão da rede comercial com a abertura de novos balcões, atingindo 166 no final do ano. A banca de retalho representa uma forte componente do negócio do Millennium bim pelo que a estratégia de abertura de novos balcões em todo o país é um importante factor de aproximação do Banco às populações não bancarizadas, de reforço da proximidade e de descongestionamento dos balcões já existentes.

Proseguiu-se com a estratégia de descentralização das Direcções de Coordenação Comerciais, com a criação da Direcção de Coordenação do Centro Interior, permitindo assegurar a presença permanente nas Províncias de Manica e Tete de quadros directivos do Banco com funções de coordenação dos balcões e de dinamização comercial, garantindo, deste modo, uma maior proximidade aos Clientes e um ganho de eficiência operacional no tratamento das transacções.

A plataforma de *mobile banking* Millennium IZI, lançada em 2013, permitiu ao Banco massificar o acesso dos Clientes ao canal. Em 2014, o Banco continuou a melhorar a sua oferta de serviços no Millennium IZI, o que contribuiu significativamente para o crescimento de 60% das transacções neste canal, atingindo 4.200.000 transacções mensais no final do ano.

PRESTIGE

Com a abertura de dois balcões na província de Niassa, a Rede *Prestige* (Particulares e Empresas) passou a dispor de balcões de atendimento personalizado em todas as províncias. A Rede *Prestige*, lançada em 2012, tem disponibilizado a um crescente número de Clientes um atendimento personalizado e um serviço de excelência. Os espaços *Prestige*, dedicados aos Clientes mais sofisticados, apresentam um *design* e estética distintivos, centrados no conforto e conveniência do atendimento. A Rede *Prestige* privilegia não só o serviço personalizado, com a existência de Gestores de Clientes dedicados, mas também um vasto conjunto de vantagens exclusivas que incluem cartões de débito e de crédito próprios, oferta de seguros, *internet banking* e soluções *mobile*.

O elevado número de novos Clientes captados ao longo de 2014, bem como o crescimento do volume de negócios registado, confirmam a adequação da estratégia implementada.

CORPORATE

Durante o ano de 2014, o Banco procedeu à reorganização da rede *corporate*, passando a estar presente nas cidades de Maputo, Beira, Nampula e Nacala. A reorganização referida permitiu garantir uma mais adequada distribuição das carteiras dos Clientes pelos gestores, de modo a assegurar a sua especialização por sectores de actividade, bem como libertar tempo para que os Gestores se concentrassem na actividade comercial, com aumento do número de visitas aos Clientes.

Foram também desenvolvidas acções de formação técnica e comportamental com vista à melhoria do desempenho e do serviço prestado aos Clientes.

Foi ainda criada uma equipa especialmente dedicada ao negócio de *Trade Finance*, para apoio e dinamização desta importante área de negócio, acompanhando Clientes na realização das operações relacionadas com o comércio internacional, onde o Banco é a referência no sector.

Ao longo do exercício ora findo, as equipas comerciais do *Corporate* desempenharam um importante papel na detecção e angariação de operações relacionadas com alguns dos projectos mais relevantes no país, o que permitiu confirmar o Banco como um parceiro financeiro incontornável no contexto das grandes empresas em Moçambique.

LANÇAMENTO DE 2014

M TÁ SOMAR

ONDE A SUA MOLA SOMA MAIS

Millennium bim

21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350

DEPÓSITO TÁ SOMAR

M Prestige

A MELHOR SOLUÇÃO PARA AS PME

SOLUÇÃO TOTAL PME

- SOLUÇÃO COMPLETA DA EMPRESA
- APOIO AO INVESTIMENTO E GERENCIAMENTO
- APOIO AO TROCENÁRIO E FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO
- APOIO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL
- SOLUÇÕES DE PAGAMENTOS E CUBERTURA

A SOLUÇÃO MAIS COMPLETA PARA PME

Millennium bim

21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350

SOLUÇÃO TOTAL PME

M Prestige
cartão de crédito

MAIS PRESTÍGIO PARA SI

Millennium bim

21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350

CARTÃO DE CRÉDITO PRESTIGE GOLD

M SOLUÇÃO MULHER

- Cartão Endeavor
- Cartão Crédito à Ordem
- Cartão Bancário Eletrônico
- Cartão Poupança com acesso à Crédito

MAIS SOLUÇÕES PARA TODAS AS MULHERES

Millennium bim

21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350

SOLUÇÃO MULHER

SERVIÇOS BANCÁRIOS

BANCA ELECTRÓNICA

Em 2014, o Millennium bim deu continuidade à expansão do parque de ATM e POS, tendo introduzido 24 novas ATM e mais 1.005 novos POS que representam um crescimento de 6% e 20%, respectivamente. O volume de transacções na rede Millennium bim atingiu os 83 milhões, mais 12% do que o volume registado no período homólogo.

Foram ainda desenvolvidas diversas iniciativas de dinamização do negócio e melhoria do serviço:

- Foi iniciado o processo de integração na rede SIMO, com a instalação de 6 ATM do Millennium bim;
- Com vista a assegurar uma melhoria contínua na qualidade e fiabilidade do serviço de POS, foi reforçado o acompanhamento comercial de comerciantes com POS, e respectiva assistência técnica, complementando-o com melhorias significativas no *software* das máquinas POS;
- Foi lançado o POS de cor magenta, permitindo ao Millennium bim destacar-se do mercado;
- A crescente dinamização do negócio de POS culminou com a realização de duas Campanhas de Boas Festas, que ocorreram na época festiva de final do ano, em grandes supermercados da Cidade de Maputo, para incentivar os Clientes a usarem os POS Millennium bim nas suas compras.

OPERAÇÕES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A inovação tecnológica e melhoramento de processos e sistemas de informação é uma das preocupações permanentes do Millennium bim, com o intuito de disponibilizar um serviço de excelência aos seus Clientes internos e externos e alinhamento com as mais modernas práticas e padrões de qualidade de Tecnologias informáticas. Em 2014, verificou-se grande actividade neste domínio, com especial destaque para os seguintes desenvolvimentos:

- Disponibilização da solução IZI 2.0. Na sequência do sucesso que o IZI teve na sua *primeira* versão, foi proposto o desenvolvimento para melhorar este serviço em diversas vertentes. Ao longo do ano foram introduzidas diversas melhorias, que tornaram o serviço cada vez mais completo, simples de utilizar e mais apetecível para os nossos Clientes;
- Projecto PCI/DSS. Entre diversas alterações, este projecto implicou ajustamentos ao nível da forma de trabalhar, tanto nas normas como nas ordens de serviço, bem como na forma como foram construídas algumas aplicações. Da mesma forma e, dadas as exigências do PCI/DSS, foi realizado um *upgrade* à aplicação de cartões. Assim, a principal aplicação de cartões do Banco passou a estar conforme as exigências do PCI/DSS 2.0;

- Projecto Basileia II na vertente das colaterais. Em 2014, foram efectuadas diversas alterações à componente das colaterais no nosso sistema central, estando agora compatível com Basileia II e com os novos requisitos do Banco de Moçambique;
- *Revamping* dos *Workflows* de crédito. Pretende-se com este desenvolvimento uma modernização dos *Workflows* de crédito, aumentando a sua facilidade de utilização, bem como alterações ao nível de fluxo, de acordo com recomendações de Basileia II;
- *Internet banking* (Millenet). Esta solução, desenvolvida em articulação com o Millennium bcp, já se encontra totalmente implementada e em 2014 foram introduzidas melhorias significativas, como a compra de Credelec;
- Projecto Milleteller fase 2. Este projecto visa a introdução de melhorias na aplicação de caixa, melhorando o serviço aos Clientes, tempos de resposta a pedidos de autorizações remotas, prevenção de fraudes e libertação de carga de trabalho dos seus utilizadores;
- POS Ingenico. Este projecto permitiu que o Banco passasse a dispor de duas alternativas de POS a disponibilizar aos comerciantes;
- Foi acrescentado o acesso ao IZI através da rede de telefonia móvel Movitel;
- Projecto de *revamping* da informação de Clientes (CIF). Este desenvolvimento tem componentes técnicas fundamentais para a adequação do nosso sistema central a futuras soluções já disponíveis em outras geografias do grupo Millennium;
- *Housekeeping* de aplicações. Instituído um processo regular de validação da adequação das aplicações críticas de acordo com critérios de análise como a existência e execução de *backups*, expurgos e reorganizações, a sua capacidade de recuperação e a actualização das versões de *hardware* e *software* que a suportam;
- Academia IT. O processo foi implementado com apoio de uma entidade externa, que recrutou novos elementos, e formou-os com formação prática com recurso à execução de projectos assignados ao Millennium bim. Com esta acção, foi possível aumentar os recursos disponíveis, com formação e acompanhamento por especialistas na matéria. Este aumento de recursos permite que façamos face aos novos desafios, com uma redução significativa no *time to market*;
- Outras aplicações essenciais ao suporte do negócio foram objecto de *upgrades* significativos, como são exemplo o SPC, diversos *Workflows* de crédito, aplicações que servem a SIM, interfaces e melhorias no controlo interno.

RISK OFFICE

GESTÃO DE RISCO

Em 2014, o Millennium bim prosseguiu com o processo de consolidação do Sistema de Gestão de Riscos (SGR), afinando e reforçando as actividades e infra-estruturas dedicadas à gestão e controlo dos diversos riscos no decurso do desenvolvimento da actividade, bem como os mecanismos e instrumentos de reporte que asseguram a medição dos níveis de risco incorridos, e assim desenvolvendo melhorias ao nível do ambiente de controlo, destacando-se a adaptação do *framework* de gestão de risco do Banco às directrizes de gestão de risco (Aviso 04GBM2013 de 18 de Setembro) e a demais legislação relacionada com o processo de implementação de Basileia II em vigor no Sistema Financeiro Moçambicano desde Janeiro de 2014.

As principais actividades e intervenções, no âmbito da gestão de riscos, bem como a concretização de acções relevantes do Sistema de Gestão de Risco (SGR) do Banco, foram:

- i. Desenvolvimento e adaptação dos processos de apuramento e medição de riscos, por forma a acomodar os requisitos de Basileia II, com a introdução de novos mecanismos e instrumentos de gestão do risco de crédito, liquidez, taxa de juro e operacional, em alinhamento com a legislação divulgada pelo Banco de Moçambique;
- ii. Introdução de melhorias no reporte interno sobre principais riscos da actividade do Banco, visando assegurar o alinhamento de metodologias e conteúdos dos reportes aos órgãos de gestão do Banco e às exigências da entidade reguladora do sistema financeiro moçambicano;
- iii. Participação activa no processo de aprovação de novos produtos, sugerindo os ajustes e adaptações necessários para controlar os riscos inerentes;
- iv. Actualização dos manuais e normativos internos relacionados com o processo de gestão de risco, com vista a adequar o modelo de governo de risco à legislação sobre Basileia II, e enquadrando o modelo de aprovação dos mesmos à legislação actualmente em vigor sobre a matéria (Aviso 04/GBM/2013 de 18 de Setembro);
- v. Desenvolvimento de indicadores chave de risco (KRI's – *Key Risk Indicators*) para a avaliação do desempenho dos diferentes processos de crédito e para as áreas de recuperação baseados na evolução da perda esperada, reflectindo a exposição creditícia, o nível de colateralização, a antiguidade do *default* e o resultado do processo de recuperação;
- vi. Introdução de melhorias no processo de crédito, visando assegurar uma visão integrada e global do risco de crédito no caso de grupos económicos com envolvimento creditício em várias geografias em que o Grupo Millennium bcp opera;
- vii. Aperfeiçoamento dos mecanismos e instrumentos de gestão e controlo do risco de crédito, promovendo e coordenando as acções que tornam efectiva a política de melhor e maior colateralização de créditos.

CAPITAL ECONÓMICO

O ICAAP decorre do processo de implementação do Basileia II e constitui uma das principais preocupações do Millennium bim em introduzir metodologias internas devidamente articuladas com a casa mãe para a determinação do capital económico. O objectivo é desenvolver um modelo que permita ao Banco comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis para avaliar a capacidade do Banco de absorver o risco, o que irá permitir uma visão económica da adequação de capital, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou negócios criadores de valor.

Tendo em conta a natureza da principal actividade do Millennium bim no mercado em que opera (a Banca Comercial), os principais riscos que serão considerados no âmbito do ICAAP são os seguintes:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional;
- Risco de Mercado (Taxa de Juro e Cambial);
- Risco de Liquidez.

Os riscos considerados para efeitos do ICAAP são, para efeitos internos e regulamentares, avaliados de acordo com as métricas constantes do quadro abaixo:

TIPO DE RISCO	SUBCATEGORIA	MÉTRICAS
Risco de Crédito		Modelo de determinação de imparidade da Carteira de Crédito & Método Padrão Simplificado, para apuramento dos requisitos mínimos de fundos próprios para a cobertura do Risco de Crédito – Apuramento do RWA risco de crédito
Risco de Mercado	Taxa de Juro	Interest rate risk gap & sensitivity analysis
	Cambial	Modelo baseado na Posição Cambial Líquida por Divisa (<i>Net open position</i>) + Método <i>Standard</i> , para o cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios relativos aos riscos cambiais (RWA risco de mercado) & sensitivity analysis
Risco de Liquidez		Modelo de <i>Maturity Gap & Stress Tests</i>
Risco Operacional		Método do Indicador Básico (BIA) & KRI – <i>Key Risk Indicators</i>

Face à recente dinâmica evolutiva do quadro regulamentar, imposta pelos ajustamentos efectuados pelo Banco de Moçambique no âmbito do processo de implementação do Basileia II, em 2014, o Millennium bim automatizou os seus modelos de apuramento dos valores dos activos ponderados pelo risco (*Risk-Weighted Assets – RWA*) ao nível dos riscos de crédito, mercado (risco cambial) e operacional, bem como implementou métricas para a medição do risco de taxa de juro na carteira bancária e respectiva análise de sensibilidade. Os três primeiros riscos concorrem para o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco.

VALIDAÇÃO DE MODELOS

A validação dos processos de calibração dos modelos de *Rating* e *Credit Scoring* do Millennium bim é efectuada segundo os procedimentos transversais do Grupo Millennium. O processo envolve os responsáveis pelos modelos (*model owners*), os responsáveis pelos sistemas de *rating* (*rating system owners*), o Comité de Validação, a Comissão de Controlo de Risco (CCR) e a Direcção de Auditoria, a quem compete o acompanhamento e validação dos sistemas de *rating* em que os modelos em causa se integram.

Em 2014, foram realizadas diferentes acções de acompanhamento, validação, calibração e revisão/melhoria dos modelos de risco de crédito, cujas acções incidiram sobre os modelos e sistemas de *rating* para as classes de risco de Empresas e de Retalho, nas suas diferentes componentes de estimação. No âmbito deste processo, os modelos mais significativos são os modelos de Probabilidade de *Default* (PD) – como o modelo de *Rating* para empresas *Corporate* e o modelo comportamental TRIAD.

RISCO DE CRÉDITO

A concessão de crédito fundamenta-se na prévia classificação de risco dos Clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. É utilizado um sistema único de notação de risco, o *Rating MasterScale*, baseado na probabilidade de incumprimento esperada (PD – *Probability of Default*), que permite uma maior capacidade de avaliação dos Clientes e melhor hierarquização do risco associado. Permite também identificar os Clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito de Basileia II, na situação de incumprimento. Todos os sistemas e modelos de *Rating* utilizados no Millennium bim foram devidamente calibrados para o *Rating MasterScale*. Adicionalmente, o Millennium bim utiliza uma escala interna de “níveis de protecção” enquanto elemento direccionado para a avaliação da eficácia dos colaterais na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

O controlo e a mitigação do risco de crédito faz-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos, da utilização de sistemas internos de *rating* adequados aos diversos segmentos do negócio (modelo de *Rating* para empresas e modelo de *Credit Scoring* para Clientes particulares e ENI) e de um modelo de detecção antecipada da potencial sinistralidade da carteira (modelo EWS), e por outro lado, através de unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito (Direcção de Recuperação de Crédito), para as situações de incumprimento ocorridas.

O Millennium bim adopta uma política de monitorização contínua dos seus processos de gestão de risco de crédito, promovendo alterações e melhorias sempre que consideradas necessárias, visando uma maior consistência e eficácia desses processos. Em 2014, destacaram-se, particularmente, as seguintes realizações:

- i. Aprovação das novas políticas e procedimentos para identificar, medir, controlar e acompanhar o risco de crédito bem como o risco de concentração;
- ii. Introdução de metodologias para avaliar as necessidades de capital interno para a cobertura do risco de concentração;
- iii. Introdução no *framework* de gestão de risco do Banco dos novos tipos de risco de concentração de crédito, nomeadamente, sector económico, região geográfica, moeda e garantia de crédito;
- iv. Implementação de limites internos de exposição aos riscos de concentração.

AO NÍVEL DA IMPARIDADE DO CRÉDITO DESTACA-SE:

- i. A entrada em produção do novo módulo interno de sinais de alerta – *Early Warning Signals* (EWS) e do manual de utilizador do *workflow* de tratamento de planos de acção. Este *workflow* permite não só a geração automática dos níveis de alerta, como também a geração de um conjunto de acções pré-definidas, para auxiliar os gestores comerciais e as Direcções de Crédito a indicarem, de forma proactiva, as acções adequadas para mitigar os alertas;
- ii. Aquisição e implementação de uma infra-estrutura tecnológica e de um sistema de informação, adequados à complexidade das técnicas para a realização de análises de sensibilidade periódicas aos parâmetros que suportam o Modelo de Imparidade, nomeadamente as PD, LGD e os períodos emergentes que estão a ser considerados. Este aplicativo incorpora um Módulo mais robusto e objectivo de cálculo automático de DCF, dos parâmetros de Árvore Paramétrica, da percentagem de perda por imparidade do crédito e dos testes de esforço. Adicionalmente, este aplicativo vai permitir a automatização do processo de documentação da análise individual de Clientes individualmente significativos e a realização de *back-tests* sobre o modelo de imparidade paramétrica;
- iii. Implementação dos novos parâmetros da Árvore Paramétrica calculados por populações homogéneas (consumo, habitação, *leasing* & ALD e restantes);
- iv. A implementação de uma infra-estrutura tecnológica e de um sistema de informação, adequados à complexidade dos processos de gestão e registo de grupos económicos, contínuo aperfeiçoamento dos procedimentos ao nível do processo de análise e decisão de crédito de montantes materialmente relevantes e de Clientes ou grupo de Clientes (grupos económicos);
- v. Reforço do processo de monitorização da qualidade da carteira de crédito, através do acompanhamento sistemático, pela Comissão de Controlo de Risco e do Comité de Auditoria do Banco, da evolução dos indicadores de crédito vencido/imparidade, bem como do crédito em situação de incumprimento (NPL) e das principais situações de risco, à luz do novo enquadramento prudencial (Basileia II).

Os principais indicadores constantes do quadro abaixo, medidos pelo EAD (*Exposure at Default*) ilustram a evolução trimestral do risco de crédito ao longo do ano de 2014 face a Dezembro 2013, identificando uma evolução positiva nos indicadores Exposição do Crédito Vencido > 90 dias sobre a Exposição Total e rácio Imparidade sobre Crédito Total, e uma ligeira deterioração do rácio NPL > 90 dias sobre o EAD, denotando melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco.

	Dez. 14	Set. 14	Jun. 14	Mar. 14	Dez. 13
Crédito vencido > 90 dias/Exposição total	3,1%	2,8%	3,0%	3,2%	3,3%
Crédito vencido (NPL) > 90 dias/Exposição total/EAD	3,4%	3,0%	2,9%	3,3%	3,3%
Imparidade/Crédito total	5,3%	5,4%	5,4%	5,6%	5,8%

NPL = *Non performing loans*.

EAD = *Exposure at Default*.

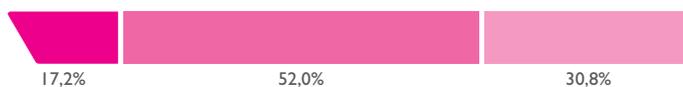
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A estrutura da carteira de crédito do Millennium bim no final de Dezembro de 2014, em termos nominais e globais (i.e. contemplando as exposições do Balanço e fora do Balanço) é ilustrada pelo primeiro gráfico à direita.

Não se observam diferenças materialmente relevantes na evolução da carteira.

No segundo gráfico à direita apresenta-se a decomposição da carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2014 por segmentos de exposição, em termos de EAD (*Exposure at Default*).

No terceiro gráfico abaixo apresenta-se a distribuição das exposições por qualidade dos riscos, medida pelos graus de risco (GR) internos (*Master Scale*).



- Qualidade superior (GR 1 a 6)
- Qualidade média (GR 7 a 9)
- Qualidade inferior (GR 10 a 12)

Parte considerável de Clientes *Corporate*, PME, ENI e alguns Clientes Particulares classificados pelos Modelos de *Rating* e *Credit Scoring* do Banco demonstram solidez financeira e boa capacidade de honrarem os seus compromissos, ao se concentrarem nos dois primeiros quadrantes do gráfico de Graus de Risco, reservados aos Clientes com qualidade de risco médio e superior.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas, pessoas, ou eventos externos.

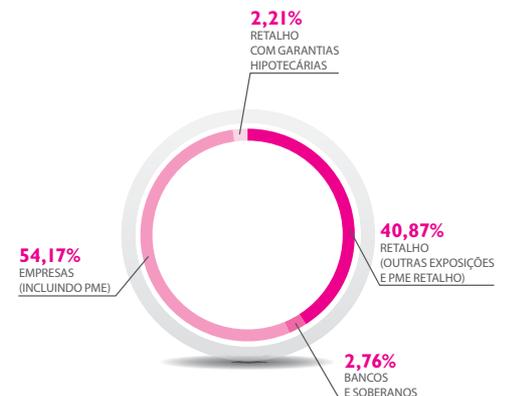
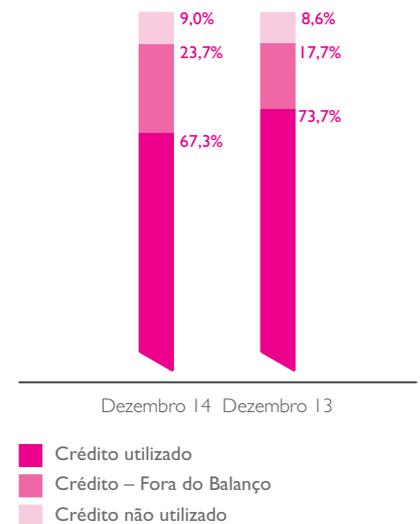
Na gestão do risco operacional, o Millennium bim adota mecanismos de controlo passíveis de melhoria contínua. Integram este *framework* diversos elementos, como sejam: a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, a definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos, os códigos deontológicos e de conduta, os exercícios de auto-avaliação dos riscos (RSA – *risk self-assessment*), os indicadores de risco (KRI – *key risk indicators*), os controlos de acessos (físicos e lógicos), as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção, os planos de contingência, a contratação de seguros e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Destacam-se, no âmbito da gestão do risco operacional, as seguintes acções e concretizações levadas a cabo em 2014:

- O reforço da base de dados de perdas operacionais através da identificação de novos casos ao nível de todos os processos de negócio;
- A realização de novos exercícios de auto-avaliação dos riscos operacionais;
- A monitorização regular de indicadores de risco que contribuem para identificar preventivamente alterações no perfil de risco dos processos;
- A utilização cada vez mais efectiva dos instrumentos de gestão por parte dos *process owners* na identificação de melhorias que contribuem para reforçar o ambiente de controlo dos processos.

ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL

O sistema de gestão do risco operacional assenta numa estrutura de processos *end-to-end*, considerando-se que uma visão transversal às unidades funcionais da estrutura organizacional é a abordagem mais adequada para perceber os riscos e estimar o efeito das medidas correctivas introduzidas para os mitigar. Além disso, este modelo de processos suporta também outras iniciativas estratégicas relacionadas com a gestão deste risco, como são o caso das acções para melhoria da eficiência operativa e da gestão da continuidade do negócio.



A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *Process Owners* (secundados por *Process Managers*), que têm por missão caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respectivos KRI, realizar os exercícios de RSA, bem como identificar e implementar as acções adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional.

AUTO-AVALIAÇÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS (RSA)

O objectivo dos exercícios de RSA é o de promover a identificação e a mitigação (ou eliminação) de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação de cada uma das 20 subtipologias de risco operacional consideradas. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (*worst-case event*), para três diferentes cenários. Tal permite:

- Avaliar o risco inerente dos vários processos, que não considera a influência dos controlos existentes (Risco Inerente);
- Determinar a influência do ambiente de controlo instalado na redução do nível das exposições (Risco Residual);
- Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução de risco das exposições mais significativas (Risco Objectivo).

Os exercícios de RSA são realizados através de *workshops*, assistidos pelo *Risk Office* e com a participação dos *Process Owners* e *Process Managers*, ou através de respostas a questionários enviados aos *Process Owners* para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de actualização pré-definidos.

CAPTURE DE PERDAS OPERACIONAIS

A captura (*i.e.*, a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem, levada a cabo pelo Millennium bim nas operações cobertas pela *framework* de gestão de risco operacional, tem por objectivo reforçar a consciencialização para este risco e facultar informação relevante aos *Process Owners*, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, sendo um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para *backtesting* dos resultados do RSA, possibilitando aferir a avaliação/classificação atribuída às subtipologias de risco.

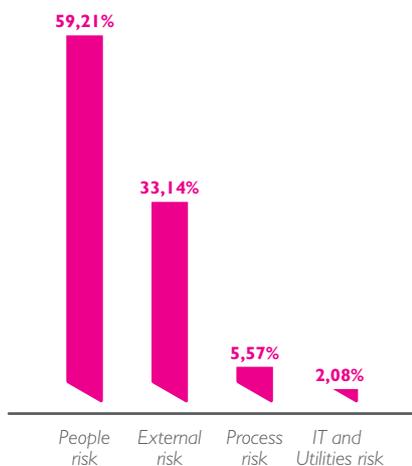
O perfil das perdas acumuladas na base de dados até 31 de Dezembro de 2014 é apresentado nas figuras à esquerda, estando em linha com os valores do ano anterior:

A maioria das perdas teve como origem falhas processuais e causas externas e uma grande proporção dos eventos de perda operacional apresentou materialidade reduzida.

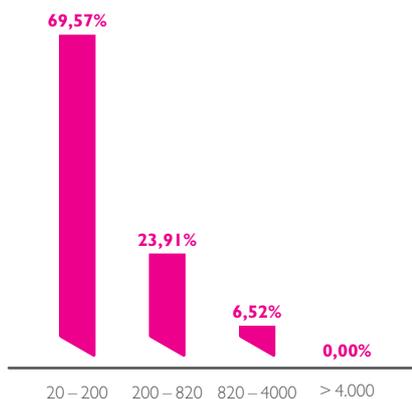
INDICADORES DE RISCO (KRI)

Os KRI alertam para alterações do perfil dos riscos ou da eficácia dos controlos e, por essa via, permitem identificar a necessidade de introduzir acções correctivas sobre os processos, para prevenir que riscos potenciais se materializem em perdas efectivas. A utilização deste instrumento de gestão tem vindo a ser alargada a cada vez mais processos, estando já abrangidos 11 processos de negócio relevantes nas principais operações do Millennium bim.

Distribuição dos Eventos de Perda por Causa



Distribuição dos Eventos de Perda por Valor



GESTÃO DA CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A gestão da continuidade de negócio engloba duas componentes complementares – o Plano de Continuidade de Negócio, relativo a pessoas, instalações e equipamentos, e Plano de Recuperação Tecnológica, relativo a sistemas de informação, aplicações e infra-estruturas de comunicações.

Ambos os planos estão definidos e implementados para um conjunto de processos de negócio críticos, sendo promovidos e coordenados por uma unidade de estrutura dedicada, cuja metodologia assenta num processo de melhoria contínua, orientada pelas boas práticas internacionais e pelas recomendações das entidades de supervisão.

Estes planos de continuidade são regularmente testados e actualizados, mediante a realização de exercícios, que visam melhorar a capacidade de resposta a incidentes e aprofundar a articulação entre a resposta de emergência, a recuperação tecnológica, a gestão de crise e a recuperação do negócio.

CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

A contratação de seguros para riscos de natureza patrimonial, pessoal ou relacionados com responsabilidades perante terceiros é também um instrumento relevante de gestão do risco operacional, tendo por objectivo a transferência – total ou parcial – de riscos.

As funções técnicas e comerciais especializadas no âmbito da contratação de seguros estão atribuídas à Unidade de Gestão de Seguros, uma unidade especializada que trata e analisa a informação de seguros do Banco com o objectivo de reforçar as coberturas das apólices, visando mitigar os principais riscos operacionais que o Banco incorre.

RISCO DE MERCADO

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

Destacam-se, no âmbito da gestão do risco de mercado, as seguintes acções e concretizações levadas a cabo em 2014:

- A implementação, no modelo de análise de sensibilidade, de uma variação da taxa de juro de 200 BP, em cumprimento das instruções da Circular 04/SCO/2013, do Banco de Moçambique, de 31 de Dezembro;
- A introdução no *framework* de gestão de risco de taxa de juro o risco de concentração, à luz das instruções emanadas na circular n.º 03/SCO/2013, de 31 de Dezembro;
- A implementação de condições necessárias com vista a assegurar o reporte ao Banco de Moçambique, dos quadros sobre o risco de taxa de juro da carteira bancária, nos moldes impostos pela circular n.º 04/SCO/2013 do Banco de Moçambique, de 31 de Dezembro;
- A realização de testes de esforço, através da análise de sensibilidade, à luz das instruções emanadas na circular n.º 05/SCO/2013 de 31 de Dezembro;
- A articulação com o *Risk Office* visando encontrar condições tecnológicas objectivas com vista a assegurar a implementação de um processo interno de auto-avaliação da adequação do capital interno ao nível da exposição do Banco ao risco de taxa de juro;
- A consolidação do processo de determinação interna do limite para o controlo do nível de exposição do Banco ao risco de taxa de juro, alinhado aos limites transversais ao grupo para ALM & Investment Portfólio e indexados ao nível dos fundos próprios do Banco;
- O acompanhamento diário rigoroso do grau de cumprimento dos limites de exposição cambial, definidos pelo Aviso número 15/GBM/2013 do Banco de Moçambique de 31 de Dezembro sobre rácios e limites prudenciais.

A avaliação do risco de taxa de juro no Millennium bim é feita com base nas métricas estabelecidas pelo Banco de Moçambique através da circular número 04/SCO/2013 e através da metodologia internamente definida, baseada nos *gap* construídos por prazos residuais de *repricing* dos contratos vivos, seguida da análise de sensibilidade. Nos quadros, é apresentada a posição para as principais moedas, nas quais a actividade do Banco é relevante (meticais e dólares americanos):

GAP DE TAXA DE JURO PARA O BALANÇO – MZN

Milhares MZN

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
31 DE DEZEMBRO DE 2014					
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	3.793.857	1.154.106	1.824.187	1.234.156	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Créditos a clientes (*)	25.604.490	11.432.479	6.369.441	1.692.143	-
Activos financeiros disponíveis para venda	3.403.548	5.806.275	14.892.418	-	-
Outros activos	-	-	-	-	-
TOTAL ACTIVO	32.801.895	18.392.859	23.086.046	2.926.299	-
PASSIVO					
Depósitos de outras instituições de crédito	1.200.315	-	-	-	-
Depósitos de clientes	16.169.690	12.629.076	19.961.594	13.508.371	-
Títulos de dívida emitidos	1.000.000	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	175.000	-	-
Outros passivos	1.103.000	-	-	33.202	5.104
TOTAL PASSIVO	19.473.005	12.629.076	20.136.594	13.541.573	5.104
GAPS DE TAXA DE JURO	13.328.890	5.763.783	2.949.452	(10.615.274)	(5.104)
GAP ACUMULADO DE TAXA DE JURO	13.328.890	19.092.673	22.042.125	11.426.852	11.421.748
SENSIBILIDADE ACUMULADA (200)	275.578	370.697	447.829		
31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Total activo	30.488.736	15.148.188	17.173.721	1.206.625	-
Total passivo	15.381.836	10.598.522	16.575.871	10.719.375	-
Gaps de risco de taxa de juro	15.106.900	4.549.666	597.851	(9.512.749)	-
Gap acumulado de taxa de juro	15.106.900	19.656.567	20.254.417	10.741.668	-
Sensibilidade acumulada (100)	148.830	186.744	204.496		

(*) Crédito líquido.

GAP DE TAXA DE JURO PARA O BALANÇO – USD

Milhares MZN

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
31 DE DEZEMBRO DE 2014					
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	1.962.353	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.491.240	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1.142.400	1.008.000	4.704	-	-
Créditos a clientes (*)	3.175.255	4.171.600	3.705.379	33.600	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	-
TOTAL ACTIVO	7.771.248	5.179.600	3.710.083	33.600	-
PASSIVO					
Depósitos de outras instituições de crédito	879.144	-	-	-	-
Depósitos de clientes	3.669.167	2.496.850	3.504.445	5.320.969	-
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	840.000	-	-	-
TOTAL PASSIVO	4.548.310	3.336.850	3.504.445	5.320.969	-
GAPS DE TAXA DE JURO	3.222.938	1.842.749	205.637	(5.287.369)	-
GAP ACUMULADO DE TAXA DE JURO	3.222.938	5.065.687	5.271.324	(16.044)	(16.044)
SENSIBILIDADE ACUMULADA (200)	50.475	81.188	90.799		
31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Total activo	7.654.354	3.285.932	3.924.437	4	-
Total passivo	4.989.086	2.466.022	3.319.020	4.267.743	-
Gaps de risco de taxa de juro	2.665.268	819.910	605.418	(4.267.739)	-
Gap acumulado de taxa de juro	2.665.268	3.485.178	4.090.595	(177.144)	-
Sensibilidade acumulada (100)	27.920	34.753	44.463		

(*) Crédito líquido.

O Risco Cambial é avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) – Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo *Risk Office*, reportando-se ao último dia de cada mês;
- Indicador de Sensibilidade – calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

Os resultados apurados em 31 de Dezembro de 2014 mostram que o Banco se enquadra dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Millennium bim em cumprir com as suas obrigações no momento dos respectivos vencimentos sem incorrer em perdas significativas, decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda dos seus activos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado). A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são geridos através de operações com contrapartes intervenientes nos mercados monetários.

A gestão da liquidez é conduzida pela Sala de Mercados, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade do Plano de Liquidez.

O nível actual de transformação dos recursos do Banco em crédito, depende, em grande medida, dos recursos do Banco, que continuaram em 2014 a registar uma evolução muito favorável ao nível dos depósitos, permitindo em grande medida financiar o crescimento na carteira de crédito.

Destacam-se, no âmbito da gestão do risco de liquidez, as seguintes acções e concretizações levadas a cabo em 2014:

- A implementação, no *framework* de gestão de risco de Liquidez do Banco, do Risco de Concentração (10 maiores e 20 maiores depositantes), à luz das instruções emanadas na Circular n.º 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique;
- A consolidação do processo de determinação interna dos limites anuais de liquidez imediata e trimestral e dos parâmetros de exigibilidade relativos aos depósitos, tanto a ordem, como a prazo, e aos compromissos irrevogáveis. A implementação e revisão periódica destes parâmetros têm impactos materialmente relevantes ao nível do rácio de liquidez do Banco;
- A articulação com o *Risk Office*, visando encontrar condições tecnológicas objectivas para assegurar a implementação de um processo interno de auto-avaliação da adequação do capital interno, ao nível da exposição do Banco ao risco de liquidez.

A medição do risco de liquidez do Millennium bim é feita pelo *Risk Office*, através do cálculo dos indicadores abaixo discriminados, definidos no Manual de princípios e normas de gestão do risco de liquidez do Millennium bim, para os quais se encontram definidos limites de exposição:

- *Gap* Comercial Global e por Moeda;
- Indicador de Liquidez Imediata;
- Indicador de Liquidez Trimestral;
- *Gap* & Rácio de Liquidez (*Basis Scenario*);
- *Stress test* (*stress test – Bank Specific Crisis Scenario* e *Stress Test-Market Crisis Scenario*), cujos resultados contribuem para a preparação e avaliação do plano de contingência de liquidez e de capital, adiante referido, e para as decisões correntes de gestão.

O nível de liquidez global do Banco (*escassez* ou *excesso* de *funding*) é medido através do cálculo do *Gap* Comercial Global e por moeda [diferencial entre o volume de crédito bruto e o volume de recursos (os recursos não incluem o volume de emissões obrigacionistas de tipo subordinado)].

GAP DE LIQUIDEZ GLOBAL PARA O BALANÇO

Milhares MZN

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
31 DE DEZEMBRO DE 2014					
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	4.465.585	1.515.389	2.483.872	28.350	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.215.926	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	1.737.791	1.008.000	4.704	-	-
Créditos a clientes (*)	7.529.895	5.775.707	3.046.841	15.967.871	25.009.376
Activos financeiros disponíveis para venda	4.056.514	7.784.226	11.837.500	-	-
TOTAL ACTIVO	21.005.711	16.083.322	17.372.916	15.996.221	25.009.376
PASSIVO					
Recursos de outras instituições de crédito	2.102.739	840.000	-	-	38.306
Recursos de clientes (inclui outras responsabilidades)	22.701.255	21.351.919	34.997.889	399.450	-
Títulos de dívida emitidos	-	-	1.000.000	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	175.000	-
TOTAL PASSIVO	24.803.995	22.191.919	35.997.889	574.450	38.306
GAPS DE LIQUIDEZ	(3.798.284)	(6.108.598)	(18.624.973)	15.421.771	24.971.070
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(3.798.284)	(9.906.882)	(28.531.854)	(13.110.084)	11.860.986
31 DE DEZEMBRO DE 2013					
Total activo	20.578.666	9.487.013	16.556.203	13.092.040	21.715.572
Total passivo e dos capitais próprios	20.913.581	17.461.347	29.874.113	1.380.778	2
Gaps de liquidez	(334.916)	(7.974.334)	(13.317.909)	11.711.261	21.715.570
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(334.916)	(8.309.250)	(21.627.159)	(9.915.898)	11.799.672

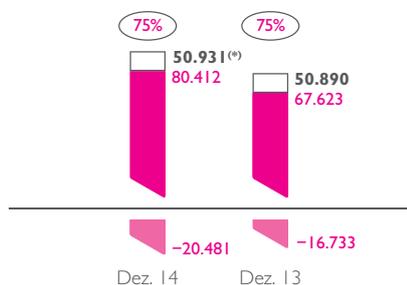
(*) Crédito líquido.

O Risk Office realiza periodicamente estudos sobre o nível de retenção de depósitos a ordem (DO) no balanço do Millennium bim, para aferir em que medida os recursos tecnicamente considerados voláteis podem ser usados para financiar operações de crédito a médio e longo prazo.

O último estudo demonstra que em todos os casos observados nos modelos não paramétricos continua a verificar-se uma estabilidade apreciável dos níveis de retenção dos DO do Banco. Adicionalmente, foram calculados e implementados os novos parâmetros de exigibilidade relativos aos depósitos a prazo e compromissos irrevogáveis. Este modelo de gestão da liquidez do Banco permite aos Órgãos de Decisão de Crédito usar, com segurança e razoabilidade, os valores correspondentes a percentagem dos DO que é retida no Banco para a gestão da posição de liquidez, diferentemente do modelo puramente contabilístico que considera todo o volume de DO, para efeitos de cálculo do Gap de liquidez, no prazo até 1 mês.

Gap comercial e rácio de transformação (Global)

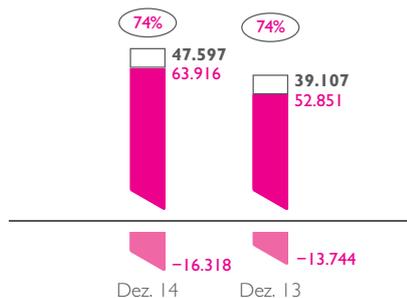
Milhões de MZN



■ Recursos
■ Gap
□ Crédito
○ Rácio de transformação
(*) Crédito bruto

Gap comercial e rácio de transformação (MZN)

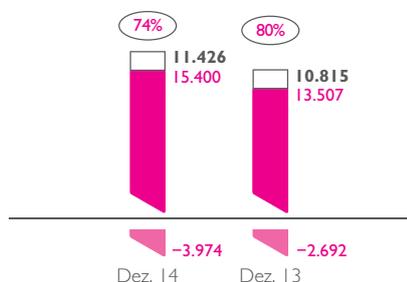
Milhões de MZN



■ Recursos
■ Gap
□ Crédito
○ Rácio de transformação

Gap comercial e rácio de transformação (USD)

Milhões de USD



■ Recursos
■ Gap
□ Crédito
○ Rácio de transformação

Por outro lado, a evolução do *gap* Comercial e Rácio de Transformação Global nas principais moedas em que o Banco actua encontra-se espelhada nos gráficos à esquerda, referentes a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013.

Da análise dos gráficos, destaca-se, em todos eles, a existência de uma posição excedentária de liquidez, não apenas em termos globais, como também em cada uma das principais moedas em que o Banco opera.

Como resultado da estratégia prudente de crescimento dos seus activos, suportada por um prévio aumento dos depósitos, o Banco tem conseguido ficar imune às consequências ao nível da liquidez, provocadas pela crise financeira internacional que se tem verificado nos últimos anos.

PLANO DE CONTINGÊNCIA DE CAPITAL E LIQUIDEZ

O Plano de Contingência de Capital e Liquidez (PCCL) define as prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de liquidez, estabelecendo também a necessidade de uma contínua monitorização das condições de mercado, bem como linhas de acção e *triggers* que visam a tomada de decisões atempada perante cenários de adversidade antecipados ou verificados.

BASILEIA II

A implementação efectiva do Basileia II no Millennium bim veio acrescentar maior sensibilidade ao risco (*risk-sensibility*) na computação dos requisitos de capitais, bem como introduzir requisitos de capitais para a cobertura dos riscos operacional e de mercado. A este respeito destaca-se, fundamentalmente, a automatização do processo de recolha, tratamento e cálculo dos RWA Risco de Crédito, Mercado e Operacional, pelo Método Padrão Simplificado, Método *Standard* e pelo Método do Indicador Básico (BIA), respectivamente, com materialidade relevante no cálculo do Rácio de Solvabilidade do Banco.

Em 2014, o Millennium bim:

- Adequou o seu *framework* de gestão de risco, bem como o seu Modelo de Governação às Directrizes de Gestão de Risco, definidas pelo Banco de Moçambique, através do Aviso 04/GBM/2013 de 31 de Dezembro;
- Adequou os manuais de normas, políticas e procedimentos de gestão de risco do Banco, com vista a torná-los *compliant* com as Directrizes de Gestão de Risco, definidas pelo Banco de Moçambique (Aviso 04/GBM/2013 de 31 de Dezembro);
- Introduziu, ao nível do *framework* de gestão de risco do Banco, as tipologias de risco de concentração definidas pelo Banco de Moçambique através da Circular n.º 03/SCO/2013 de 31 de Dezembro, sobre esta matéria;
- Estabeleceu limites internos de controlo do nível de exposição do Banco aos riscos de concentração atrás referidos, de acordo com o estabelecido no Aviso 04/GBM/2013 do Banco de Moçambique de 31 de Dezembro.

ANÁLISE FINANCEIRA

SÍNTESE

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2013 e 2014, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Num contexto muito competitivo, o Banco manteve a liderança, com enfoque nos Activos, garantindo níveis de liquidez prudentes e continuando a expansão da rede. O forte crescimento do crédito, fruto da expansão da economia, permitiu de alguma forma minimizar o impacto na margem financeira da variação das taxas de juro.

A estabilidade do metical e a evolução favorável da taxa de inflação permitiram ao Banco Moçambique continuar o ciclo de corte nas taxas de referência. Esta política conduziu a uma intervenção no final do ano que se traduziu numa redução da taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência em 75 p.b.

O activo total ascendeu a 101.502 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2014, comparando com 85.428 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2013, que reflecte sobretudo o aumento do crédito e dos activos financeiros disponíveis para venda, resultante do aumento de uma maior oferta na emissão de títulos emitidos pelo Estado Moçambicano, designadamente Bilhetes do Tesouro.

Os recursos totais de clientes aumentaram para 80.412 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2014, face a 67.623 milhões de meticais registados, em 31 de Dezembro de 2013, beneficiando do bom desempenho do crescimento dos depósitos de clientes que permaneceram como a principal fonte de financiamento da actividade.

O resultado líquido foi positivo em 3.493,6 milhões de meticais, em 2014, o que representa um crescimento de 6% face aos resultados do ano anterior:

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

O aumento do resultado líquido do Banco, que se cifrou em 3.493 milhões de meticais, foi suportado pelo crescimento do produto bancário, enquanto os custos operacionais e as imparidades cresceram de forma moderada.

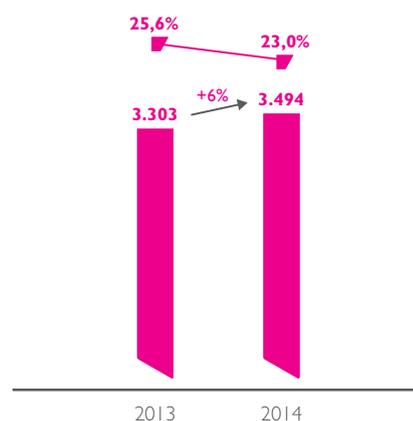
O desempenho do resultado líquido registado em 2014 reflecte, essencialmente, os seguintes impactos positivos:

- A evolução favorável da margem financeira deveu-se quer ao aumento do volume de crédito a clientes, quer à melhoria na rentabilidade dos activos financeiros disponíveis para venda, que atenuaram o efeito da descida das taxas de juro, aumentando 15% face ao período homólogo de 2013;
- Os ganhos em operações financeiras relacionados com maior volume nas operações cambiais;
- O aumento das comissões líquidas, em particular das comissões associadas à transferência de valores, ao negócio de cartões e à prestação de garantias de crédito.

Adicionalmente, o resultado líquido de 2014 reflecte o aumento moderado dos custos operacionais, em consonância com o plano de expansão da rede de balcões em curso, e o aumento das amortizações decorrente da inauguração da nova sede do Banco.

RESULTADO LÍQUIDO

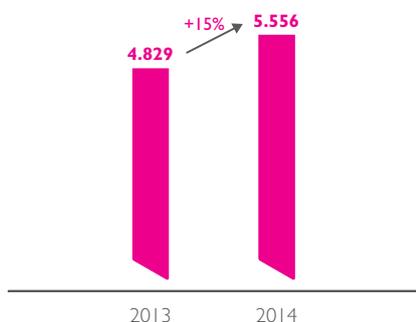
Milhões de MZN



■ ROE

MARGEM FINANCEIRA

Milhões de MZN

**MARGEM FINANCEIRA**

A margem financeira aumentou 15%, totalizando 5.556 milhões de meticais, em 2014, face aos 4.829 milhões de meticais apurados em 2013, sendo impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros, em particular pelo crédito concedido e pelos activos financeiros disponíveis para venda, não obstante o efeito taxa desfavorável em virtude da descida das taxas de juro.

Em 2014, o Banco de Moçambique prosseguiu a sua política de estímulo ao crescimento da actividade económica, tendo efectuado novo corte na FPC (Facilidade Permanente de Cedência) em 75 p.b. Ao nível dos recursos, a permanência destes como principal fonte de financiamento à actividade bancária, associada à contínua pressão no mercado na sua captação, implicou uma subida no custo não obstante o cenário macroeconómico prevalecente de corte nas taxas de referência.

Relativamente à carteira de activos financeiros, essencialmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Moçambicano, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, o aumento nas emissões efectuadas pelo Banco de Moçambique, em 2014, e a rigorosa gestão de liquidez permitiu realizar um acréscimo significativo da carteira, gerando um efeito positivo na margem financeira.

A evolução da margem financeira reflecte o crescimento da carteira de crédito, contudo o Banco prossegue a adopção de uma política de selecção criteriosa das operações a financiar, para controlo rigoroso do risco de crédito, reflectindo a prioridade dada à captação e retenção de recursos de clientes, através do reforço de uma oferta atractiva de produtos e de taxas de remuneração atractivas.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Os outros proveitos líquidos ascenderam a 3.264 milhões de meticais, em 2014, 2% acima do valor apurado em 2013.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões MZN

	Dez. 14	Dez. 13	Var. 14/13
Rendimentos de instrumentos de capital	215,4	211,7	1,7%
Comissões líquidas			
Cartões	1.003,9	921,6	8,9%
Crédito e garantias	443,7	364,4	21,8%
Operações de estrangeiro	231,5	232,2	-0,3%
Outros serviços bancários	263,8	252,2	4,6%
TOTAL COMISSÕES LÍQUIDAS	1.942,9	1.770,4	9,7%
Resultados de operações financeiras	938,0	812,8	15,4%
Outros resultados de exploração líquidos	167,7	415,7	-59,7%
TOTAL OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS	3.264,0	3.210,5	1,7%
Outros proveitos/Produto bancário	37%	40%	

RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os rendimentos de instrumentos de capital correspondem aos dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

COMISSÕES LÍQUIDAS

As comissões líquidas atingiram 1.943 milhões de meticais, um crescimento de 9,7%, face aos 1.770 milhões de meticais apurados em 2013. O aumento das comissões foi suportado pela intensificação da actividade comercial e da utilização de novos canais no negócio bancário, designadamente com o negócio de cartões, transferência de valores e garantias de crédito.

A intensificação do *cross-selling* traduziu-se num crescimento de cerca de 13% pela utilização da rede nas operações de *bancassurance*.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados em operações financeiras ascenderam a 938 milhões de meticais, em 2014. Face a 2013, este valor representa um crescimento de 15,4% e reflecte a política de proximidade comercial do Banco. A aproximação aos Clientes reflectiu-se num aumento do volume de operações cambiais e apesar do esmagamento da margem, o volume permitiu o crescimento dos resultados em operações financeiras.

OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros resultados de exploração líquidos totalizaram 168 milhões de meticais, em 2014, comparando com 416 milhões de meticais apurados em 2013. Este decréscimo foi influenciado fundamentalmente por proveitos não recorrentes na venda de dois imóveis no valor de 228 milhões de meticais realizados em 2013.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais, que incorporam os custos com pessoal, outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, cifraram-se em 4.054 milhões de meticais, em 2014, representando um aumento de 10% face a 2013.

Milhões MZN

	Dez. 14	Dez. 13	Var. 14/13
Custos com pessoal	1.840,9	1.692,4	8,8%
Outros gastos administrativos	1.792,0	1.642,8	9,1%
Amortizações do exercício	421,1	346,2	21,7%
	4.054,1	3.681,3	10,1%

A evolução dos custos operativos foi condicionada pelo reforço da infra-estrutura comercial e o suporte à estratégia de crescimento em curso da rede de balcões e ATM.

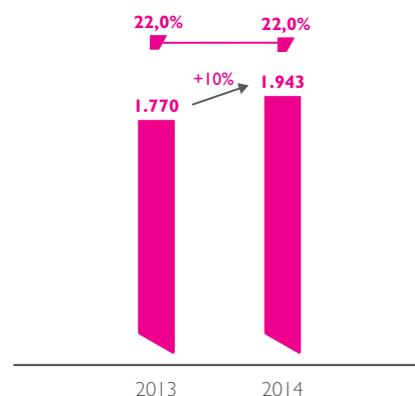
O acréscimo de 8,8% nos custos com pessoal em relação ao período homólogo está associado ao reforço do quadro de Colaboradores, no âmbito do plano de expansão em curso, ao impacto da actualização na tabela salarial anual e ainda aos ajustamentos salariais ao longo do ano por efeito decorrente da evolução da carreira profissional dos Colaboradores.

Os outros gastos administrativos aumentaram 9% influenciados pela remodelação integral de vários balcões e pela expansão da rede de balcões com maiores custos em serviços de segurança e vigilância, manutenção de ATM e POS, transporte de valores e publicidade e patrocínios.

As amortizações do exercício totalizaram 421,1 milhões de meticais, em 2014, representando um crescimento de 21,7% face ao valor de 2013. O crescimento das amortizações reflecte a sequência de investimentos de renovação tecnológica, efectuados com vista a suportar o crescimento recente e capacitar a plataforma informática para a expansão da actividade. Para além destes aspectos, o aumento das amortizações decorre igualmente da inauguração do edifício da nova sede do Banco, cuja conclusão e ocupação se efectuou em Maio de 2014.

COMISSÕES LÍQUIDAS

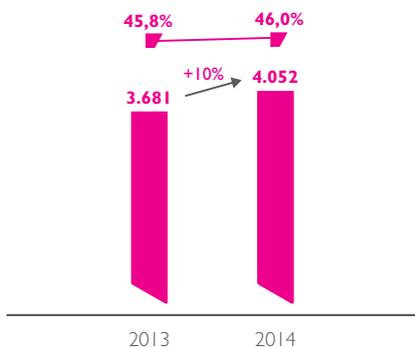
Milhões de MZN



■ Comiss./Prod. Banc.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de MZN



Rácio de eficiência

IMPARIDADE

Milhões de MZN



Em % do crédito total

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

O rácio de eficiência (*cost to income*), em base comparável, situou-se em 46,0%, em 2014. A manutenção deste nível de eficiência foi possível graças ao crescimento do produto bancário, por um lado, e ao crescimento moderado nos custos operacionais, por outro.

IMPARIDADE DO CRÉDITO E OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) cifrou-se em 501 milhões de metcais, em 2014, o que compara com 446 milhões de metcais em 2013.

O crescimento da carteira de crédito foi um dos principais determinantes para o crescimento das imparidades. Para além deste aspecto, o Banco manteve uma política de provisionamento prudente que visa um reforço da cobertura integral da carteira de crédito com sinais de imparidade.

Em 2014, o custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidades sobre a carteira de crédito total, situou-se em 97 pontos nível, semelhante ao apurado em 2013.

ANÁLISE DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em 2014, o Millennium bim continuou a promover uma gestão criteriosa de activos e passivos. Num contexto macroeconómico de incentivo à concessão de crédito à economia, e por forma a preservar a estrutura do balanço, o aumento do crédito concedido foi acompanhado do acréscimo de depósitos captados, o que permitiu manter uma taxa de transformação abaixo dos 80%.

O activo total atingiu 101.502 milhões de metcais, em 31 de Dezembro de 2014, que compara com os 85.428 milhões de metcais apurados em 2013, registando um crescimento de 19%.

O crédito líquido a clientes representa 56% do activo total, correspondendo o crédito bruto a 59.931 milhões de metcais, o que equivale a um aumento de 18% face a Dezembro de 2013 (50.890 milhões de metcais). Esta evolução reflecte as condições macroeconómicas, tendo o crescimento no segmento de empresas ascendido a 19%.

O aumento do activo total foi ainda influenciado pelo acréscimo de 49,4% registado nos activos financeiros disponíveis para venda e no crescimento dos activos tangíveis e intangíveis de 14,3%, que reflecte o investimento tecnológico, o investimento realizado no âmbito do programa de expansão da rede de balcões e ATM e na construção do edifício da nova sede do Banco.

ACTIVO TOTAL

Milhões MZN

	2014	2013	Var. %
Caixa e disponibilidades no BM	8.493	7.029	20,8%
Disponibilidades e créditos sobre IC	7.125	9.890	-28,0%
Crédito a clientes (líquido)	56.795	47.921	18,5%
Activos financeiros disponíveis para venda	22.186	14.851	49,4%
Investimentos em subsidiárias	356	356	0,0%
Activos tangíveis e intangíveis	4.671	4.085	14,3%
Outros	1.876	1.296	44,8%
	101.502	85.428	18,8%

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Num contexto de crescimento da procura de crédito, decorrente do desenvolvimento da economia, o Millennium bim registou um aumento de 19% no crédito a empresas em 2014, sem prejuízo da manutenção de uma política de prudência na selecção das operações em função do risco e rentabilidade, bem como da redução de exposições a grandes concentrações.

O crédito a clientes (bruto), em base comparável, atingiu os 59.931 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2014, registando um aumento de 18% face aos 50.890 milhões de meticais apurados em 31 de Dezembro de 2013. Esta evolução foi determinada sobretudo pelo crédito a empresas (+19%) enquanto o crédito a particulares cresceu apenas 12%.

A estrutura da carteira de crédito manteve padrões idênticos de diversificação, com o ligeiro reforço do crédito a empresas que tem uma posição dominante na estrutura da carteira de crédito, com um peso de 78%.

QUALIDADE DE CRÉDITO

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 2,2%, em 31 de Dezembro de 2014, comparando com 1,7%, em 2013. Este crescimento superficial, num contexto de forte crescimento da carteira de crédito, continua a reflectir uma política de crédito prudencial, com identificação dos segmentos de maior risco nos Particulares e desenvolvimento de acções empreendidas, visando reforçar a prevenção e a dinamização da recuperação de crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias pela imparidade situou-se em 241%, em 2014, com o Banco a manter os critérios de prudência e tendo efectuado dotações de imparidade suficientes para manter os níveis de cobertura de crédito vencido confortáveis.

RECURSOS DE CLIENTES

Num contexto de aumento significativo da competitividade em que existe uma forte concorrência na captação de recursos de clientes, o Banco manteve uma oferta ampla e diversificada de produtos e serviços associada ao desempenho acrescido das redes comerciais e uma gestão rigorosa do *pricing* com maturidades e remunerações atractivas que contribuíram para que o total dos recursos de clientes registasse uma taxa de crescimento de 19% ascendendo a 80.412 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2014.

O enfoque na retenção e crescimento dos recursos de clientes, tendo apostado numa maior fidelização e alargamento da base de clientes proporcionado por uma maior rede de balcões, alargando a oferta de soluções de pequena poupança programada e de aplicações a médio e longo prazo vocacionadas para clientes particulares e reforçando o envolvimento ao nível da tesouraria das empresas, foi essencial para o resultado obtido em 2014. Acresce ainda o reforço na excelência do serviço ao cliente, como factores distintivos e impulsionadores das capacidades comerciais das redes de distribuição.

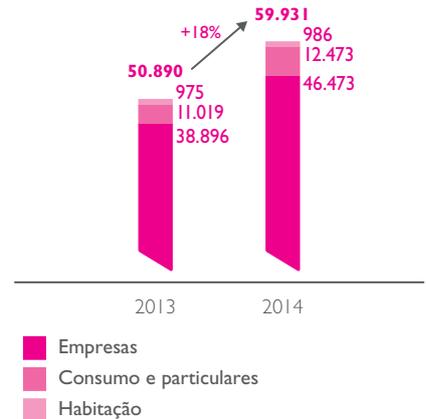
CAPITAL

Os rácios de capital, reportados a 31 de Dezembro de 2014, foram calculados de acordo com as normas regulamentares do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (*Tier I*) com os fundos próprios complementares (*Tier II*).

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2014, situou-se em 19%, tendo o *Tier I* fixando-se nos 19%, bastante acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Moçambique.

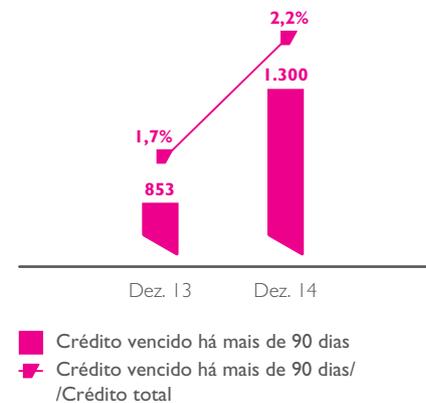
CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de MZN



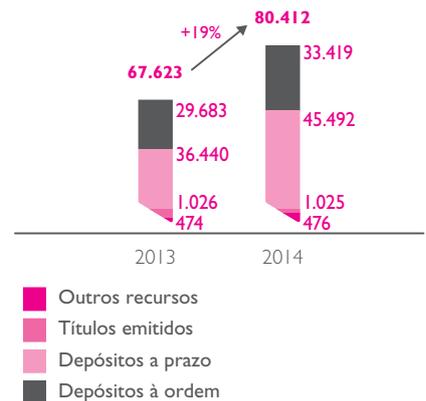
QUALIDADE DE CRÉDITO

Milhões de MZN



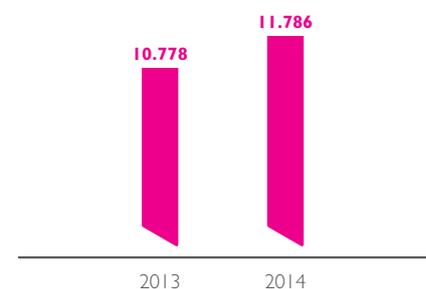
RECURSOS DE CLIENTES

Milhões de MZN



FUNDOS PRÓPRIOS

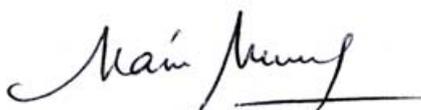
Milhões de MZN



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da legislação moçambicana em vigor, nomeadamente a lei n.º 15/99 das Instituições de Crédito relativas à constituição de Reservas, que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2014, no montante de 3.493.636.411,47 meticais, seja dada a seguinte aplicação:

		Meticais
Reserva Legal	15,00%	524.045.461,72
Reserva Livre	47,50%	1.659.477.295,45
Reserva para estabilização de dividendos	2,50%	87.340.910,29
Distribuição aos accionistas	35,00%	1.222.772.744,01



Mário Fernandes da Graça Machungo
Presidente



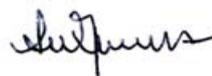
Miguel Maya Dias Pinheiro
1.º Vice-Presidente



Manuel d'Almeida Marecos Duarte
2.º Vice-Presidente



Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
Administrador



António Manuel D. Gomes Ferreira
Administrador



Teotónio Jaime dos Anjos Comiche
Administrador



Ricardo David
Administrador



Rogério Gomes Simões Ferreira
Administrador



João Manuel R.T. da Cunha Martins
Administrador



Jorge Octávio Neto dos Santos
Administrador



Manuel Alfredo de Brito Gamito
Administrador

RESPONSABILIDADE SOCIAL

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – MAIS MOÇAMBIQUE PRA MIM

Criado em 2006, o programa de responsabilidade social do Millennium bim, “Mais Moçambique pra Mim”, resulta do compromisso do Banco com a sociedade moçambicana, de apoiar, criar e desenvolver projectos contínuos e sustentáveis, visando sempre uma abrangência nacional, e actuando na área do desporto, educação, saúde, cultura e intervenção comunitária. O “Mais Moçambique pra Mim” tem desenvolvido projectos de norte a sul do país, em parceria com entidades locais, quer da sociedade civil, quer governamentais.

Dos projectos que se realizaram em 2014, destacam-se os seguintes:

DESPORTO

Torneio Mini Basquete Millennium bim

Em 2014, o Torneio Mini Basquete Millennium bim envolveu cerca de 2.000 atletas, rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, oriundas de escolas, bairros e clubes das cidades de Maputo, Tete, Quelimane, Matola, Nacala, Nampula, Chimioio, Xai-Xai e Beira. O Torneio de 2014 ficou ainda marcado pela presença da Selecção Nacional de Basquetebol feminino, numa altura em que se preparava para disputar o Campeonato do Mundo na Turquia, tendo sido o reconhecimento do papel que esta prova desempenha na formação das camadas jovens, produzindo novos talentos para a modalidade.

Mais Desporto para Todos

Com o objectivo de apoiar o desporto escolar, o Mais Desporto para Todos destina-se a oferecer o equipamento necessário para que os alunos possam exercer a disciplina de educação física nas suas escolas e para que possam complementar essa actividade com o desporto escolar. Foram 10 os estabelecimentos de ensino que receberam o material necessário para a prática do desporto no horário escolar.

Corrida Millennium bim

O Millennium bim organizou a 9.ª edição da Corrida Millennium bim. A prova reuniu cerca de 1.200 atletas em várias categorias: nacionais e internacionais, portadores de deficiência física e amantes da prática de exercício físico que se juntaram para divulgarem a modalidade, a importância da actividade física e a necessidade de ter um estilo de vida saudável.

EDUCAÇÃO

Uma Cidade Limpa pra Mim – Recicla e Ganha

O projecto Uma Cidade Limpa pra Mim – Recicla e Ganha, que teve o seu início em 2007 e já contou com a participação de mais de 11.000 alunos de escola primárias e secundárias das cidades de Maputo, Matola, Tete e Vilanculos, tem como objectivo promover a sensibilização dos jovens e da população em geral para a importância do seu comportamento na redução do lixo urbano.

Em 2014, o projecto passa a designar-se de Uma Cidade Limpa pra Mim – Recicla e Ganha, onde foi introduzida uma nova vertente, mais direccionada para a temática da reciclagem e para a importância que esta tem para a limpeza da cidade.

Nas escolas que participam no projecto foram criados Clubes do Ambiente, dinamizados por técnicos da AMOR – Associação Moçambicana de Reciclagem, sendo um espaço onde alunos e professores debatem temas alusivos ao meio ambiente e onde se aprende a fazer a correcta triagem do lixo, sendo o papel, latas e plásticos tratados e reciclados.

Campanha de Segurança Rodoviária

A Campanha de Prevenção Rodoviária abrangeu mais 20 escolas das cidades de Maputo e Matola, onde os alunos, professores e agentes da Polícia de trânsito abordaram assuntos relacionados com a prevenção rodoviária e com situações que as crianças vivem diariamente.

Este projecto tem como grande impulsionador a Seguradora IMPAR, em parceria com o programa de responsabilidade social do Millennium bim “Mais Moçambique pra Mim”, a Polícia da República de Moçambique (PRM) – Departamento de Trânsito do Comando Geral da Polícia e a INATERR.

Olimpíadas Bancárias Millennium bim

Realizou-se a 5.ª edição das Olimpíadas Bancárias Millennium bim.

Neste projecto de literacia financeira, que tem como objectivo introduzir no quotidiano dos mais novos, conceitos bancários e de gestão de finanças pessoais, participaram 10 escolas secundárias das cidade de Maputo e Matola. As escolas que se classificaram em 1.º, 2.º e 3.º lugar foram premiadas com o espaço “Mais Conhecimento para Todos”, um lugar apropriado para o estudo com mobiliário, computadores e livros oferecidos. Os alunos receberam também diversos prémios, entre os quais aberturas de conta no Millennium bim.

Dia Mundial da Poupança

Inserido nas actividades impulsionadas pelo Banco de Moçambique no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Poupança, foram realizadas actividades de carácter educativo em algumas escolas e balcões do Banco, com o objectivo de sensibilizar e incutir nas crianças, jovens e adultos uma tomada de consciência para a importância sobre a poupança.

Projecto “Escola Millennium bim” estabelece parceria com ADPP

O Millennium bim estabeleceu uma parceria com a ADPP – Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Cidadela das Crianças, tendo como objectivos principais apoiar o ensino escolar e incentivar o empreendedorismo, melhorando a actividade de formação profissional ministradas por esta instituição.

“Mais Moçambique pra Mim” no Azgozito

Inserido na 4.ª edição do Festival AZGO, o projecto AZGOZITO é destinado ao segmento crianças e tem como objectivo enriquecer o currículo escolar dos alunos participantes e proporcionar novas competências no que concerne à música.

Ao longo dos dois dias, as crianças assumiram o papel de verdadeiros “artistas” em diversos *workshops* de música, produção de livros, reciclagem e pintura, onde puderam partilhar experiências sobre música com alguns dos artistas que actuaram no Festival.

SAÚDE

Capacitação do Hospital Central de Maputo

O Millennium bim, a Fundação Millennium bcp, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Camões-Instituto de Cooperação e da Língua Portuguesa assinaram um protocolo que visa apoiar o tratamento de doentes oncológicos do Hospital Central de Maputo.

O protocolo “Atenção integrada ao doente oncológico – Reforço da capacidade institucional do Hospital Central de Maputo” consiste em contribuir para a melhoria dos cuidados integrados ao doente oncológico no Hospital Central de Maputo, unidade de referência nacional, através da melhoria do rastreio, diagnóstico, tratamento e registo das doenças oncológicas, numa acção concertada com várias instituições portuguesas.

CULTURA

Núcleo de Arte

O Millennium bim, como Mecenas exclusivo do Núcleo de Arte, reabilitou o espaço de exposições, tornando-o mais moderno e com melhores condições para acolher e promover obras de artistas plásticos moçambicanos e na continuidade da parceira apoia e promove várias manifestações de criação artísticas que são trabalhadas e expostas no Núcleo de arte.

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Parceria com a AMOR – Projecto de Reciclagem

O Millennium bim é o principal parceiro da AMOR – Associação Moçambicana de Reciclagem. Este projecto, referência no que diz respeito à reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos, trata da recolha selectiva do lixo urbano, actuando de duas formas:

- Através de um serviço gratuito, onde os colectores da AMOR se dirigem a casas particulares e empresas para efectuarem a recolha de resíduos recicláveis (papel, papelão, plásticos e latas);
- Através dos 9 ecopontos – centros de compra de materiais recicláveis – onde as pessoas depositam o lixo alvo de reciclagem.

Apoio a Instituições

Foram abrangidas mais de 2.500 crianças com apoio institucional que se traduziu na oferta de artigos alimentares, escolares, roupas e brinquedos.

Millennium bim Responsável

Os Colaboradores do Millennium bim, através do programa Millennium bim Responsável, tiveram a oportunidade de participar em acções de interesse social e comunitário, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento social das comunidades, concretizando projectos que as instituições abrangidas desejam realizar, mas para os quais não têm meios humanos e financeiros.

A Casa do Gaiato foi a instituição escolhida, onde cerca de 600 pessoas, entre Colaboradores do Millennium bim, Millennium Seguros, e seus respectivos familiares, residentes da Casa do Gaiato e crianças pertencentes à Comunidade envolvente, participaram numa grande acção de voluntariado.

Construção de três fontanários

O Millennium bim inaugurou mais três fontanários que vão garantir o abastecimento de água com qualidade às comunidades dos distritos de Buzi, Furancungo e Mandimba, nas províncias de Sofala, Tete e Niassa, respectivamente.

Foram ainda oferecidos à comunidade recipientes adequados para o transporte e conservação da água, desenvolvendo esforços de forma a garantir “Mais Água para Todos”.

EMPRESA SUBSIDIÁRIA SEGURADORA INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

Em 2014, a receita de prémios da Seguradora Internacional de Moçambique ultrapassou os objectivos orçamentados para o período em cerca de 2,5%, que corresponde a um montante de 1.753 milhões de metcais.

Contribuíram para o cumprimento dos objectivos estabelecidos para 2014, nomeadamente, o ramo Automóvel, com um crescimento de cerca de 8% e que representa um peso na carteira de 33,4%, o ramo Acidentes de Trabalho, que cresceu cerca de 10%, e ainda os ramos Obras e Montagens e Marítimo, com um elevado crescimento, contrariando assim o impacto negativo do ramo Incêndio, que esteve muito abaixo do ano anterior em virtude de ter reduzido a receita de prémios com origem nos grandes projectos, como já eram expectáveis.

Apesar do ambiente competitivo do sector segurador moçambicano, fruto do empenho e convergência das diversas áreas da Companhia, o processo de cobrança de prémios continuou a ser bem-sucedido, o que permitiu reduzir para 32 dias o PMC – prazo médio de cobrança contra 33 do ano anterior:

O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 464 milhões metcais, um crescimento de 16% face ao período homólogo de 2013, justificado fundamentalmente pela redução da Sinistralidade Líquida em 21,4% e pelo crescimento da receita nos ramos reais, melhor rentabilidade dos investimentos e um rigoroso controlo dos custos administrativos.

A Seguradora Internacional de Moçambique continuou a apostar na procura de soluções informáticas complementares, que permitam uma maior eficiência e produção de informação de gestão para melhorar quer o controlo de gestão, quer o acompanhamento da evolução dos principais *drivers* da companhia.

Com vista a melhorar o nível de vendas, foram realizadas acções de âmbito comercial, nomeadamente o lançamento da campanha de seguro de viagem na Rede do Canal Bancário, revisão dos capitais com aceitação automática nos seguros de vida, consolidação do projecto de Gestão de Clientes *Corporate* e ainda a criação de um centro regional de assistência para os balcões Millennium bim no norte do país.

Reforçámos a nossa política de Responsabilidade Social, onde destacamos a participação activa na Campanha de Segurança Rodoviária em parceria com a PRM e como tem sido recorrente fomos parceiros do Millennium bim no torneio de Mini Basquete, alargando a nossa intervenção com a distribuição de tabelas e bolas de basquete por algumas escolas a nível do país, contribuindo assim para a divulgação da prática do desporto e para o bom desenvolvimento físico e intelectual das nossas crianças e jovens. Ainda em parceria com o Millennium bim, estivemos presentes no Festival Azgo e na 9.ª edição da Corrida Millennium bim.

Por forma a minimizar os riscos organizacionais e de imagem que podem decorrer de uma interrupção na actividade de negócio e assegurar a continuidade das operações de negócio durante uma crise, a Seguradora Internacional de Moçambique subscreveu, a 20 de Outubro de 2014, a Política e Metodologia de Gestão da Continuidade de Negócio, comum às operações bancárias do Grupo Millennium. O projecto, que ainda agora iniciou, vai permitir criar o sistema de gestão da continuidade de negócio na SIM, que contará com a assessoria e participação directa da Equipa da UCN do Millennium bim numa estrutura a 3 níveis, estratégico, tático e operacional.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS
2014



BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhares MZN

	Notas	2014	2013
Juros e proveitos equiparados	2	8.591.768	7.341.996
Juros e custos equiparados	2	2.745.794	2.283.743
MARGEM FINANCEIRA		5.845.974	5.058.253
Rendimentos de instrumentos de capital	3	1.820	1.974
Resultados de serviços e comissões	4	1.881.926	1.724.882
Resultados em operações financeiras	5	961.067	839.579
Outros resultados de exploração	6	900.029	964.739
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		9.590.816	8.589.427
Custos com pessoal	7	1.934.954	1.780.547
Outros gastos administrativos	8	1.727.682	1.586.792
Amortizações do exercício	9	449.530	373.914
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		4.112.166	3.741.253
Imparidade do crédito	10	500.682	446.181
Outras provisões	11	406.600	208.977
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		4.571.368	4.193.016
Impostos			
Correntes	12	841.978	740.605
Diferidos	12	5.790	(9.552)
		847.768	731.053
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		3.723.600	3.461.963
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		3.677.928	3.424.570
Interesses que não controlam		45.672	37.393
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.723.600	3.461.963
RESULTADO POR ACÇÃO	13	81,73 MZN	76,10 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Milhares MZN

	2014	2013
ITENS QUE PODERÃO VIR A SER RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
Activos financeiros disponíveis para venda – alterações no justo valor	(13)	(2.687)
Impostos	4	773
	(9)	(1.914)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Reservas de reavaliação de instrumentos de cobertura, no âmbito de cobertura de fluxos de caixa	5.101	(5.101)
Impostos	(816)	816
Perdas actuariais do exercício	(33.620)	(8.015)
	(29.335)	(12.300)
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO DEPOIS DE IMPOSTOS	(29.344)	(14.214)
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	3.723.600	3.461.963
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	3.694.256	3.447.749
Atribuível a:		
Accionistas do Banco	3.649.122	3.410.540
Interesses que não controlam		
Resultado consolidado do exercício	45.672	37.393
Reservas de justo valor	(1)	(271)
Impostos	-	87
Perdas actuariais do exercício	(537)	-
	45.134	37.209
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	3.694.256	3.447.749

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE

BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhares MZN

	Notas	2014	2013
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	8.493.195	7.029.464
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	3.217.654	2.658.002
Aplicações em instituições de crédito	16	3.910.632	7.320.583
Crédito a clientes	17	56.794.676	47.920.633
Activos financeiros disponíveis para venda	18	23.778.019	16.308.931
Investimentos em associadas	19	267.258	267.258
Propriedades de investimento		52.223	52.223
Activos não correntes detidos para venda	20	889.578	509.272
Outros activos tangíveis	21	5.255.703	4.522.902
Goodwill e activos intangíveis	22	285.350	273.943
Activos por impostos correntes	23	13.020	165.561
Activos por impostos diferidos	24	29.402	37.700
Outros activos	25	1.230.724	819.522
TOTAL DO ACTIVO		104.217.434	87.885.994
PASSIVO			
Recursos de outras instituições de crédito	26	2.102.739	1.472.978
Recursos de clientes	27	77.143.707	64.573.747
Títulos de dívida emitidos	28	1.025.132	1.026.201
Provisões	29	3.811.910	3.434.343
Passivos por impostos correntes	23	95.673	273.918
Passivos por impostos diferidos	24	16.818	19.020
Outros passivos	31	1.995.484	1.573.903
TOTAL DO PASSIVO		86.191.463	72.374.110
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	13.351.988	10.858.876
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AO GRUPO		17.851.988	15.358.876
Interesses que não controlam		173.983	153.008
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		18.025.971	15.511.884
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		104.217.434	87.885.994

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhares MZN

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros e comissões recebidos	10.195.335	9.406.836
Juros e comissões pagos	(2.883.531)	(2.365.601)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(3.566.133)	(3.238.140)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	76.897	61.425
Prémios de seguros recebidos	1.150.790	1.111.729
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(442.471)	(562.976)
RESULTADOS OPERACIONAIS ANTES DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS OPERACIONAIS	4.530.887	4.413.274
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	(7.479.794)	(7.357.795)
Aplicações em instituições de crédito	3.633.924	3.861.515
Depósitos em bancos centrais	(1.166.921)	(334.810)
Crédito a clientes	(8.685.125)	(9.893.102)
Outros activos operacionais	(670.732)	(477.179)
Aumentos dos passivos operacionais		
Depósitos de outras instituições de crédito	619.259	1.309.729
Depósitos de clientes e outros empréstimos	12.954.055	10.951.745
Outros passivos operacionais	516.788	188.381
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS ANTES DO PAGAMENTO DE IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	4.252.341	2.661.758
Impostos pagos sobre os lucros	(867.682)	(466.687)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	3.384.659	2.195.071
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra/reforço de participações	-	(14.711)
Dividendos recebidos	1.820	1.974
Compra de imobilizações	(1.756.384)	(1.118.242)
Valores recebidos na venda de imobilizações	72.298	93.417
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.682.266)	(1.037.562)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(1.156.011)	(1.041.512)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.156.011)	(1.041.512)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	310.079	209.283
AUMENTO EM CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	856.462	325.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.293.904	4.968.625
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.150.366	5.293.904

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhares MZN

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013	13.114.301	4.500.000	1.878.629	6.597.672	138.000
Transferência para a reserva legal	-	-	446.363	(446.363)	-
Dividendos distribuídos em 2013	(1.065.255)	-	-	(1.041.512)	(23.743)
Outros movimentos	15.089	-	-	13.547	1.542
Rendimento integral	3.447.749	-	-	3.410.540	37.209
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.511.884	4.500.000	2.324.992	8.533.884	153.008
Transferência para a reserva legal	-	-	495.433	(495.433)	-
Dividendos distribuídos em 2014	(1.180.169)	-	-	(1.156.010)	(24.160)
Outros movimentos	-	-	-	-	-
Rendimento integral	3.694.256	-	-	3.649.122	45.134
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	18.025.971	4.500.000	2.820.425	10.531.563	173.983

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO BANCO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Milhares MZN

	Notas	2014	2013
Juros e proveitos equiparados	2	8.377.570	7.173.910
Juros e custos equiparados	2	2.821.439	2.344.972
MARGEM FINANCEIRA		5.556.131	4.828.938
Rendimentos de instrumentos de capital	3	215.378	211.666
Resultados de serviços e comissões	4	1.942.959	1.770.430
Resultados em operações financeiras	5	937.978	812.795
Outros resultados de exploração	6	167.698	415.722
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		8.820.144	8.039.551
Custos com pessoal	7	1.840.922	1.692.352
Outros gastos administrativos	8	1.792.046	1.642.790
Amortizações do exercício	9	421.141	346.153
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		4.054.109	3.681.295
Imparidade do crédito	10	500.682	446.181
Outras provisões	11	89.634	17.159
RESULTADO OPERACIONAL		4.175.719	3.894.916
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		4.175.719	3.894.916
Impostos			
Correntes	12	676.293	601.578
Diferidos	12	5.790	(9.552)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.493.636	3.302.890
RESULTADO POR ACÇÃO	13	77,64 MZN	73,40 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DO BANCO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Milhares MZN

	2014	2013
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
Reservas de reavaliação de instrumentos de cobertura, no âmbito de cobertura de fluxos de caixa	5.101	(5.101)
Impostos das reservas de reavaliação	(816)	816
Perdas actuariais do exercício	(28.292)	(8.309)
OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO DEPOIS DE IMPOSTOS	(24.007)	(12.594)
Resultado líquido do exercício	3.493.636	3.302.890
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	3.469.629	3.290.296

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

**BALANÇO DO BANCO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Milhares MZN

	Notas	2014	2013
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	8.493.195	7.029.464
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	3.215.926	2.658.002
Aplicações em instituições de crédito	16	3.908.848	7.231.863
Crédito a clientes	17	56.794.676	47.920.633
Activos financeiros disponíveis para venda	18	22.186.330	14.850.647
Investimentos em subsidiárias	19	356.148	356.148
Activos não correntes detidos para venda	20	889.578	509.272
Outros activos tangíveis	21	4.538.551	3.954.375
Activos intangíveis	22	132.016	131.071
Activos por impostos correntes	23	-	141.619
Activos por impostos diferidos	24	29.402	35.193
Outros activos	25	957.370	609.952
TOTAL DO ACTIVO		101.502.040	85.428.239
PASSIVO			
Recursos de outras instituições de crédito	26	2.102.739	1.472.978
Recursos de clientes	27	79.386.987	66.597.211
Títulos de dívida emitidos	28	1.025.132	1.026.201
Provisões	29	463.727	366.720
Passivos subordinados	30	175.611	175.611
Passivos por impostos correntes	23	95.673	221.059
Outros passivos	31	1.700.531	1.330.437
TOTAL DO PASSIVO		84.950.400	71.190.217
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	12.051.640	9.738.022
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		16.551.640	14.238.022
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA E PASSIVO		101.502.040	85.428.239

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO BANCO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhares MZN

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros e comissões recebidos	9.970.964	9.234.146
Juros e comissões pagos	(2.897.478)	(2.362.336)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(3.603.880)	(3.256.544)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	76.897	61.425
RESULTADOS OPERACIONAIS ANTES DE ALTERAÇÕES NOS FUNDOS OPERACIONAIS	3.546.503	3.676.691
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	(7.338.774)	(7.398.274)
Aplicações em Instituições de Crédito	3.477.381	3.878.210
Depósitos em bancos centrais	(1.166.921)	(334.810)
Crédito a clientes	(8.758.497)	(9.902.901)
Outros activos operacionais	(711.084)	(425.023)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais		
Depósitos de outras instituições de crédito	619.259	1.309.729
Depósitos de clientes e outros empréstimos	13.045.160	11.563.864
Responsabilidades representadas por títulos	-	(16.250)
Outros passivos operacionais	508.704	147.801
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS ANTES DO PAGAMENTO DE IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	3.221.731	2.499.037
Impostos pagos sobre os lucros	(660.060)	(380.519)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2.561.671	2.118.518
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos recebidos	215.378	211.666
Compra de imobilizações	(1.136.051)	(1.065.588)
Valores recebidos na venda de imobilizações	72.083	(4.238)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(848.590)	(858.160)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(1.156.010)	(1.041.511)
Amortizações de Dívida Subordinada	-	(85.000)
Juros pagos das actividades de financiamento	(12.415)	(12.816)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.168.425)	(1.139.327)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	310.079	209.282
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	854.735	330.313
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.293.903	4.963.590
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.148.638	5.293.903

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DO BANCO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Milhares MZN

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva legal	Outras reservas e resultados acumulados
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013	11.988.914	4.500.000	1.878.629	5.610.285
Transferência para reserva legal	-	-	446.363	(446.363)
Dividendos distribuídos em 2013	(1.041.512)	-	-	(1.041.512)
Outros movimentos	324	-	-	324
Rendimento integral	3.290.296	-	-	3.290.296
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	14.238.022	4.500.000	2.324.992	7.413.030
Transferência para reserva legal	-	-	495.433	(495.433)
Dividendos distribuídos em 2014	(1.156.011)	-	-	(1.156.011)
Rendimento integral	3.469.629	-	-	3.469.629
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	16.551.640	4.500.000	2.820.425	9.231.215

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras.

BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Notas		Página
1	Introdução – Políticas contabilísticas	61
2	Margem financeira	76
3	Rendimentos de instrumentos de capital	76
4	Resultados de serviços e comissões	76
5	Resultados em operações financeiras	77
6	Outros resultados de exploração	77
7	Custos com pessoal	78
8	Outros gastos administrativos	78
9	Amortizações do exercício	79
10	Imparidade do crédito	79
11	Outras provisões	80
12	Impostos	80
13	Resultado por acção	81
14	Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	81
15	Disponibilidades em outras instituições de crédito	81
16	Aplicações em instituições de crédito	82
17	Crédito a Clientes	82
18	Activos financeiros disponíveis para venda	88
19	Investimentos em subsidiárias e associadas	89
20	Activos não correntes detidos para venda	90
21	Outros activos tangíveis	90
22	Goodwill e activos intangíveis	95
23	Activos e passivos por impostos correntes	97
24	Activos e passivos por impostos diferidos	98
25	Outros activos	98
26	Recursos de outras instituições de crédito	99
27	Recursos de Clientes	99
28	Títulos de dívida emitidos	100
29	Provisões	100
30	Passivos subordinados	101
31	Outros passivos	101
32	Capital social	102
33	Reservas e resultados acumulados	102
34	Dividendos	102
35	Garantias e outros compromissos	103
36	Partes relacionadas	103
37	Caixa e equivalentes de caixa	105
38	Justo valor	105
39	Outros benefícios aos empregados	106
40	Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais	110
41	Gestão de risco	112
42	Solvabilidade	119
43	Concentrações de risco	120
44	Políticas recentemente emitidas	122

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

I. INTRODUÇÃO

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“o Banco” ou “BIM”) é um Banco de capitais essencialmente privados com sede social em Maputo. As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor; nomeadamente a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto “Grupo”) e a participação no Grupo nas associadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

A) BASES DE CONTABILIZAÇÃO

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As NIRF incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, em 19 de Fevereiro de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em MZM arredondados ao milhar mais próximo.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os activos e passivos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquida dos activos do fundo.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais, que é a moeda funcional do Grupo.

Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIRF requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Julgamento

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos continuamente. As revisões às estimativas são contabilizadas prospectivamente.

As questões que requerem o maior índice de julgamento ou de complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados a seguir.

Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As NIRF estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva (membros do Conselho de Administração executivos) utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco e subsidiária são analisados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado, os resultados reportados pelo Banco e Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

(i) Perdas por imparidade de crédito

Os activos contabilizados pelo custo amortizado são avaliados para perdas por imparidade, na base descrita na nota 1c) das políticas contabilísticas.

As componentes de perdas específicas por imparidade são avaliadas individualmente e tomam como base a melhor estimativa da Comissão Executiva do valor actual dos fluxos de caixa esperados. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Comissão Executiva faz um julgamento da situação financeira da contraparte e do valor actual líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

Cada activo que tenha sofrido imparidade é avaliado quanto ao seu mérito e a estratégia de recuperação e estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis são independentes da função de risco de crédito.

As perdas por imparidade analisadas numa base colectiva são determinadas na base de características económicas semelhantes, quando há uma evidência objectiva a sugerir que as mesmas contêm reduções do valor recuperável, mas cujos itens que tenha sofrido imparidade ainda não podem ser especificamente identificados.

Na avaliação da necessidade de contabilizar perdas por imparidade de empréstimos, a Comissão Executiva considera factores, tais como a qualidade do crédito, o tamanho da carteira, a concentração e os factores económicos.

Para estimar o valor das perdas, são assumidos pressupostos para definir a forma como as perdas inerentes são modeladas e para determinar os parâmetros de *input* requeridos, baseados na experiência histórica e nas condições económicas actuais.

A exactidão do valor estimado das perdas depende de quão boas são as estimativas dos fluxos de caixa futuros para as perdas de uma contraparte específica e dos pressupostos do modelo e parâmetros usados na determinação das perdas baseadas em análise colectiva.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

(ii) Determinação do justo valor

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros, para os quais não exista preço de mercado observável, exige o uso de técnicas de avaliação como as descritas na política contabilística 1 d).

Para os instrumentos financeiros cuja comercialização não seja feita frequentemente e tenham pouca transparência de preço, o justo valor é menos objectivo e requer graus de julgamento variáveis, dependendo da liquidez, concentração, incerteza no que respeita aos factores de mercado, pressupostos de fixação de preços e outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

(iii) Plano de benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

(iv) Impostos sobre lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas a seguir foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzidas as alterações decorrentes da adopção das seguintes normas: IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 – Acordos Conjuntos e IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades, de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2014.

O Grupo adoptou as NIRF e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2013, conforme referido na nota 44.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

A IFRS 10 revogou parte da IAS 27- Demonstrações Financeiras Separadas e a SIC 12 e introduziu um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado. O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

De acordo com as regras de transição definidas na IFRS 10, o Grupo reavaliou o controlo sobre os seus investimentos em 1 de Janeiro de 2013, não tendo tido quaisquer impactos decorrentes desta reavaliação.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define "controlo conjunto", introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num "acordo conjunto" determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida ("operação conjunta" ou "empreendimento conjunto"), avaliando os seus direitos e obrigações. A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de "empreendimento conjunto" devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

As alterações decorrentes da adopção da IFRS 11 não tiveram impacto ao nível da mensuração dos activos e passivos do Grupo.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

B) BASES DE CONSOLIDAÇÃO

(i) Participação financeira em subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo, até à data em que o controlo termina.

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2014 reflectem os activos, passivos e resultados do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da sua empresa subsidiária, Seguradora Internacional de Moçambique, S.A, que de acordo com as prerrogativas das NIRF é consolidada pelo método integral.

(ii) Diferenças de consolidação e de reavaliação – Goodwill

O *goodwill* resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2006 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Janeiro de 2009.

Após 1 de Janeiro de 2010, o registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as NIRF, em 1 de Janeiro de 2006, o *goodwill* positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Caso o *goodwill* seja negativo, este é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

(iii) Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções com a empresa subsidiária, bem como os ganhos e perdas realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

(iv) Participações de não-controlador

São mensurados pela parcela proporcional dos activos líquidos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo numa subsidiária que não resultem numa perda de controlo são contabilizadas como transacções de capital.

(v) Perda de controlo

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, desreconhece os activos e passivos da subsidiária e qualquer rendimento integral líquido relacionado e outros componentes de capital próprio.

Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecida como lucro ou prejuízo. Qualquer participação detida na subsidiária anteriormente controlada é mensurada pelo justo valor quando o controlo é perdido.

C) CRÉDITO A CLIENTES

A rubrica Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos Clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos, (ii) os direitos contratuais do Grupo expiram ou (iii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esses créditos.

As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas por imparidade no exercício em que ocorram.

O Crédito a Clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado líquido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre Clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39, existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito, caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de reporte, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada Cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico – financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do Cliente;
- O património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e a quantia escriturada de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados.

O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade.

Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos que não cumpram os requisitos de classificação para a análise individual são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos que apresentem sinais de imparidade não considerados individualmente significativos (análise paramétrica); ou
- Em relação a perdas incorridas, mas não identificadas (IBNR) para os restantes créditos incluídos em créditos sujeitos à análise individual de imparidade.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados, tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

D) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**i) Reconhecimento**

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação**Activos financeiros**

O Banco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e devedores;
- detidos até-à-maturidade;
- disponíveis-para-venda; e
- ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
 - detido para negociação; ou
 - designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Passivos financeiros

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

(iii) Desreconhecimento**Activos financeiros**

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e as vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) e a soma:

- (i) da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e
- (ii) de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos na demonstração da situação financeira, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimos de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno *swap* sobre os activos transferidos, a transacção será contabilizada como uma transacção de financiamento com garantia semelhante a transacções de venda e recompra porque o Banco mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de tais activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de estabelecer para o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da situação financeira quando, e apenas quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitido pelas IFRS, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

(v) Mensuração do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução quanto à imparidade.

(vi) Mensuração do justo valor

"Justo valor" é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso para os quais o Banco tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado tenham em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção – ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor é evidenciado nem por um

preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor; ajustado para ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em lucros ou prejuízos em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, mas o mais tardar quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transacção seja fechada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e risco de crédito, que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida aos mercados ou o risco de crédito são mensurados com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma exposição de risco em particular. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior do que o valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor a partir do fim do período de relato no qual ocorre a mudança.

O Banco tem activos financeiros classificados nas seguintes categorias:

1) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são os detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, designadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, e são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros.

Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação de activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou as perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidas na rubrica de Resultados de activos financeiros disponíveis para venda da demonstração de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é mensuralizado até ao vencimento e reconhecido nas respectivas contas de custos/proveitos como juros, o que representa a expressão da taxa efectiva de forma linear. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

2) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros calculados pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações financeiras", no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade dos instrumentos financeiros

Em cada data de relato, é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor; excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida em resultados. Caso num período subsequente o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados.

A recuperação das perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

A política de imparidade sobre a carteira de crédito a Clientes encontra-se descrita na nota 1 c) acima.

E) CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- Se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- A efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(i) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(ii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios – reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iii) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer efectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

F) TRANSAÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA E REVENDA

O Banco realiza compras (vendas) de investimento com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido.

Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre Clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados.

Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos disponíveis para venda. Os recebimentos da venda de investimentos são apresentados na rubrica de Depósitos de Clientes – Outros recursos.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada nas rubricas de Juros e Proveitos ou Custos equiparados.

G) LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo valor justo da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das vendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados ao período durante o prazo da locação, a fim de produzir uma taxa de juros periódica contante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador, os activos sob locação financeira são desreconhecidos, sendo reconhecido um activo financeiro pelo valor equivalente ao investimento líquido da locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

H) RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de Juros e Proveitos equiparados ou Juros e Custos equiparados, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os juros e outros proveitos equiparados e juros e custos equiparados apresentados na demonstração de rendimento integral incluem:

- Juros em activos financeiros e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, calculados usando o método do juro efectivo;
- Juros de investimentos disponíveis para venda calculados usando o método do juro efectivo.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido, é efectuado o seguinte procedimento:

- Os juros vencidos há mais de 90 dias já reconhecidos e não pagos são anulados, sendo apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

I) RECONHECIMENTO DE PROVEITOS RESULTANTES DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído;
- Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira.

J) RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Os proveitos e custos em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira.

Regista também os ganhos e as perdas dos activos e passivos financeiros classificados como disponíveis para venda e os dividendos associados a essas carteiras.

K) DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos como passivo no período em que são declarados. Igualmente, os dividendos são reconhecidos em lucros ou prejuízos do exercício quando forem declarados a favor do Grupo.

L) OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios (*)	10
Equipamento	4 a 10
Outros activos tangíveis	3

(*) Relativamente a edifícios da subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., o número de anos é de 25.

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter sofrido imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

M) ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo são registados pelo seu custo histórico deduzidos da amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização é imputada à conta de resultados segundo o critério de quotas constantes durante a vida útil estimada dos activos intangíveis.

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Goodwill

O *goodwill* da aquisição de subsidiária é apresentado em activos intangíveis. A mensuração inicial representa a diferença entre o valor pago o valor justo dos activos da subsidiária.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o *goodwill* é mensurado pelo custo menos as perdas acumuladas por imparidade.

N) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são mensuradas ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data de relato. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

O) APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre Clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos, sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e a quantia escriturada do crédito existente na data em que foi efectuada a dação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por entidades externas especializadas a pedido do Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre a sua quantia escriturada e o correspondente justo valor actual, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização.

Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas por imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

P) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

Q) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de relato. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam avaliados pelo seu custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do correspondente movimento.

R) OFFSETING

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

S) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(i) Plano de benefícios definidos**

O Grupo atribui aos Colaboradores um plano de benefícios definidos, o qual é financiado através de um seguro que é gerido pela sua subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Para o plano de benefícios, o Grupo financia uma pensão remida que garante aos seus Colaboradores através de um complemento de reforma, que funciona numa base autónoma.

A pensão remida será atribuída aos Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

A responsabilidade líquida do Grupo com o plano de benefício definido é estimada anualmente, com referência a 31 de Dezembro.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos a cobrir as responsabilidades.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/ /responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com o plano e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com o plano e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

(ii) Benefícios a empregados de curto prazo

Benefícios de curto prazo consistem em salários e quaisquer benefícios não monetários, tais como contribuições de ajuda médica são mensurados numa base não descontada e são contabilizadas como despesa quando o serviço relacionado seja prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor a ser pago se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado, pelo empregado, e a obrigação para ser estimada com segurança.

(iii) Cessação de benefícios

Os benefícios inerentes à cessação do vínculo laboral são reconhecidos como despesa quando o Grupo não está em posição de poder revogar os compromissos formalmente assumidos antes da data de reforma ou quando relacionados com benefícios negociados, resultantes duma rescisão voluntária do Colaborador.

Caso não seja expectável que os benefícios venham a ser liquidados num prazo de 12 meses, os mesmos são descontados.

T) IMPOSTO SOBRE LUCROS

O Grupo e a sua subsidiária com sede em Moçambique estão sujeitos ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

Os impostos sobre lucros são registados em resultados.

O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios (nomeadamente, activos financeiros disponíveis para venda).

Os impostos correntes correspondem ao valor que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando as taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do relato e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de relato e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

U) RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- Prestige;
- Corporate Banking; e
- Seguros.

V) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que deixe de existir a obrigação.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

W) RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas.

X) CONTRATOS DE SEGURO

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados com segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método *pro-rata temporis*, por cada recibo em vigor:

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como segue:

- A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da conseqüente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- Pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos cujos sinistrados se encontram em situação de "cura clínica".

(iii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*shadow accounting*):

Os ganhos e perdas não realizados dos activos afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

2. MARGEM FINANCEIRA

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS				
Juros de crédito	7.243.689	6.466.998	7.243.689	6.466.998
Juros de depósitos e outras aplicações	73.235	138.418	70.330	132.873
Juros de títulos disponíveis para venda	1.274.844	736.580	1.063.551	574.039
	8.591.768	7.341.996	8.377.570	7.173.910
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				
Juros de depósitos e outros recursos	2.628.067	2.155.131	2.691.298	2.203.353
Juros de títulos emitidos	117.681	126.508	130.095	139.515
Outros custos e juros equiparados	46	2.104	46	2.104
	2.745.794	2.283.743	2.821.439	2.344.972
MARGEM FINANCEIRA	5.845.974	5.058.253	5.556.131	4.828.938

3. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Rendimentos de investimentos em subsidiárias	-	-	215.378	211.666
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	1.820	1.974	-	-
	1.820	1.974	215.378	211.666

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital corresponde, para o Banco, a dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. e, para o Grupo, a dividendos recebidos de outras participações detidas pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

4. RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
SERVIÇOS BANCÁRIOS PRESTADOS				
Por garantias prestadas	478.925	416.873	478.925	416.873
Por serviços bancários prestados	930.999	843.544	983.482	892.196
Comissões da actividade seguradora	58.765	55.502	-	-
Outras comissões	633.259	606.677	633.259	606.677
	2.101.948	1.922.596	2.095.666	1.915.746
SERVIÇOS BANCÁRIOS RECEBIDOS				
Por garantias recebidas	32.681	31.867	32.681	31.867
Por serviços bancários prestados	3	110	-	110
Comissões da actividade seguradora	67.312	52.398	-	-
Outras comissões	120.026	113.339	120.026	113.339
	220.022	197.714	152.707	145.316
RESULTADOS LÍQUIDOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	1.881.926	1.724.882	1.942.959	1.770.430

5. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
Operações cambiais	1.011.228	851.842	941.877	812.860
Outras operações	-	-	7.488	-
	1.011.228	851.842	949.365	812.860
PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
Operações cambiais	48.664	65	9.890	65
Outras operações	1.497	12.198	1.497	-
	50.161	12.263	11.387	65
	961.067	839.579	937.978	812.795

6. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO				
Rendimentos de imóveis	11.094	12.319	3.566	2.502
Prestação de serviços	14.268	23.543	65.213	66.878
Reembolso de despesas	142.166	143.105	142.166	143.105
Prémios de seguros	1.150.791	1.111.729	-	-
Outros proveitos de exploração	40.277	243.021	28.506	247.854
	1.358.596	1.533.717	239.451	460.339
OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO				
Impostos	26.065	18.216	25.236	16.877
Donativos e quotizações	17.922	15.365	17.922	15.365
Custos com sinistros	381.867	494.021	-	-
Outros custos de exploração	32.713	41.376	28.595	12.375
	458.567	568.978	71.753	44.617
	900.029	964.739	167.698	415.722

O valor em Dezembro de 2013 de outros proveitos inclui o resultado da venda de dois imóveis no valor de 228.000 (milhares de meticais) no Banco e de 215.000 (milhares de meticais) no Grupo.

7. CUSTOS COM PESSOAL

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Remunerações	1.811.590	1.670.365	1.677.949	1.543.828
Encargos sociais obrigatórios	66.265	62.384	56.505	53.198
Encargos sociais facultativos	50.578	40.596	101.853	90.701
Outros custos	6.521	7.202	4.615	4.625
	1.934.954	1.780.547	1.840.922	1.692.352

O efectivo médio de Colaboradores ao serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, é demonstrado como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Administração e Direcção	144	154	131	140
Específicas/Técnicas	915	848	811	739
Outras funções	1.403	1.436	1.375	1.417
	2.462	2.438	2.317	2.296

O valor total das remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de Administração e Fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, registado na rubrica de Remunerações, foi de 145.588 milhares de meticais e 132.823 milhares de meticais, respectivamente (2013: 133.164 milhares de meticais e 125.156 milhares de meticais).

A rubrica de custos com pessoal inclui ainda os custos associados às responsabilidades com pensões para o Grupo e pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 no montante de 51.117 milhares de meticais e de 47.729 milhares de meticais, respectivamente (2013: 48.005 milhares de meticais e 44.169 milhares de meticais).

8. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Água, energia e combustíveis	81.561	76.436	76.918	72.179
Material de consumo corrente	96.754	100.136	93.272	98.329
Rendas e alugueres	129.340	112.732	189.575	171.549
Comunicações	142.279	101.896	139.676	99.544
Deslocações, estadias e representações	50.808	52.259	49.152	51.353
Publicidade	91.366	103.113	87.702	95.209
Custos com trabalho independente	76.238	66.548	50.519	37.628
Conservação e reparação	156.158	134.771	150.309	127.745
Seguros	6.408	6.439	64.597	63.092
Serviços judiciais, contenciosos e notariado	9.326	5.989	9.302	5.923
Informática e consultoria	677.896	622.479	676.694	621.236
Segurança e vigilância	85.039	80.856	82.794	78.664
Limpeza de instalações	26.178	26.136	26.178	26.136
Transportes de valores	78.750	75.748	78.750	75.748
Formação do pessoal	15.688	17.648	15.688	17.648
Outros serviços de terceiros	3.893	3.606	920	807
	1.727.682	1.586.792	1.792.046	1.642.790

9. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
Software	59.433	39.207	53.051	33.193
ACTIVOS TANGÍVEIS				
Imóveis	106.456	68.205	93.534	55.625
Equipamento	283.608	266.469	274.523	257.302
Mobiliário	17.778	16.406	16.855	15.883
Máquinas	12.200	10.882	12.129	10.723
Equipamento informático	125.105	133.641	123.552	131.942
Instalações interiores	39.206	36.244	38.999	35.200
Viaturas	53.946	52.080	48.666	47.118
Equipamento de segurança	32.394	14.653	32.394	14.653
Outro equipamento	2.979	2.563	1.928	1.783
Outros activos tangíveis	33	33	33	33
	390.097	334.707	368.090	312.960
	449.530	373.914	421.141	346.153

10. IMPARIDADE DO CRÉDITO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES				
Dotação líquida do exercício	577.578	507.606	577.578	507.606
Recuperação de crédito e de juros abatidos ao activo	(76.896)	(61.425)	(76.896)	(61.425)
	500.682	446.181	500.682	446.181

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

11. OUTRAS PROVISÕES

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
PROVISÕES PARA RISCOS DE CRÉDITO INDIRECTO				
Dotação do exercício	202.877	155.372	202.877	155.372
Reversão do exercício	(125.206)	(138.831)	(125.206)	(138.831)
PROVISÕES PARA RISCOS BANCÁRIOS GERAIS				
Dotação do exercício	5.734	10.466	5.734	10.466
Reversão do exercício	(2.614)	-	(2.614)	-
OUTRAS PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS				
Dotação do exercício	523	4.800	523	4.800
Reversão do exercício	(520)	(9.700)	(520)	(9.700)
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS				
Dotação do exercício	319.650	185.578	-	-
Reversão do exercício	-	-	-	-
PROVISÕES PARA OUTROS ACTIVOS				
Dotação do exercício	186	6.240	186	-
Reversão do exercício	(2.683)	(4.948)	-	(4.948)
PROVISÕES PARA ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA				
Dotação do exercício	12.230	-	12.230	-
Reversão do exercício	(3.575)	-	(3.575)	-
	406.600	208.977	89.634	17.159

12. IMPOSTOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Imposto corrente	841.977	740.605	676.293	601.578
Imposto diferido				
Activos tangíveis	5.790	(9.552)	5.790	(9.552)
	5.790	(9.552)	5.790	(9.552)
TOTAL DE CUSTO DE IMPOSTOS	847.767	731.053	682.083	592.026
RECONCILIAÇÃO DE CUSTO EFECTIVO DO IMPOSTO				
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	4.571.368	4.193.016	4.175.719	3.894.916
Impostos correntes	864.990	786.504	663.589	623.187
Ajustamentos ao imposto:				
Impacto das despesas não dedutíveis	10.142	9.061	9.192	8.201
Impacto de custos não dedutíveis	8.735	18.273	8.188	15.570
Rendimentos isentos de imposto ou não tributáveis	(7.094)	(3.065)	(5.193)	(3.065)
Amortização do custo diferido	(5.131)	(4.563)	(5.131)	(4.563)
Benefícios fiscais	(36.955)	(36.690)	(36.955)	(37.751)
Rendimentos de títulos de Dívida Pública – Taxa liberatória	(264.157)	(54.556)	(170.413)	-
Imposto à taxa liberatória de juros da Dívida Pública	271.447	16.717	213.016	-
CUSTO DE IMPOSTOS	841.977	740.605	676.293	601.578

O Banco, ao abrigo dos incentivos aduaneiros e fiscais previstos no Código dos Benefícios Fiscais em Moçambique (CBFM), aprovado pelo Decreto n.º 12/93, de 21 de Julho, beneficia de uma redução de 50% nas taxas de imposto sobre os lucros finais distribuíveis entre os sócios, durante o período de recuperação do investimento efectivamente realizado.

13. RESULTADO POR ACÇÃO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Resultado líquido	3.677.927.735	3.424.570.207	3.493.636.411	3.302.890.000
Número de acções	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
RESULTADO POR ACÇÃO	81,73	76,10	77,64	73,40

14. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO DE MOÇAMBIQUE

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Caixa	2.932.712	2.635.902	2.932.712	2.635.902
Banco de Moçambique	5.560.483	4.393.562	5.560.483	4.393.562
	8.493.195	7.029.464	8.493.195	7.029.464

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com o Aviso n.º 02/GBM/2012 do Banco de Moçambique, obriga à manutenção de saldo em depósitos no Banco de Moçambique, equivalente a 8% sobre o montante médio diário dos depósitos e outras responsabilidades.

15. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Instituições de crédito no país	121.474	166.883	119.746	166.883
Instituições de crédito no estrangeiro	3.096.180	2.491.119	3.096.180	2.491.119
	3.217.654	2.658.002	3.215.926	2.658.002

A rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito no país inclui valores a cobrar no montante de 99.404 milhares de meticais, para o Banco e para o Grupo, que representam, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito em cobrança em 31 de Dezembro de 2014 (2013: 83.319 milhares de meticais).

Desagregação das Disponibilidades em Outras Instituições de crédito no estrangeiro por moeda:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
USD	2.826.482	2.311.943	2.826.482	2.311.943
CAD	961	-	961	-
ZAR	-	97.624	-	97.624
DKK	411	250	411	250
GBP	14.257	2.149	14.257	2.149
JPY	1.110	696	1.110	696
NOK	5.128	3.653	5.128	3.653
SEK	1.800	278	1.800	278
CHF	1.927	5.989	1.927	5.989
EUR	243.376	68.147	243.376	68.147
AUD	728	391	728	391
	3.096.180	2.491.119	3.096.180	2.491.119

16. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações em instituições de crédito no país	1.583.907	4.533.989	1.582.123	4.445.269
Aplicações inst. crédito no estrangeiro	2.326.725	2.786.594	2.326.725	2.786.594
	3.910.632	7.320.583	3.908.848	7.231.863

17. CRÉDITO A CLIENTES

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Crédito com garantias reais	15.280.992	13.347.895	15.280.992	13.347.895
Crédito com outras garantias	28.813.787	23.749.227	28.813.787	23.749.227
Crédito sem garantias	7.556.008	4.804.891	7.556.008	4.804.891
Crédito ao sector público	3.882.779	4.283.066	3.882.779	4.283.066
Crédito em locação financeira	2.614.680	3.030.084	2.614.680	3.030.084
Crédito tomado em operações de factoring	305.777	734.352	305.777	734.352
	58.454.023	49.949.515	58.454.023	49.949.515
Crédito vencido – menos de 90 dias	177.426	87.297	177.426	87.297
Crédito vencido – mais de 90 dias	1.299.990	853.196	1.299.990	853.196
	59.931.439	50.890.008	59.931.439	50.890.008
Imparidade para riscos de crédito	(3.136.763)	(2.969.375)	(3.136.763)	(2.969.375)
	56.794.676	47.920.633	56.794.676	47.920.633

A análise do crédito a Clientes por tipo de operação é a seguinte:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
CURTO PRAZO				
Crédito descontado titulado por efeitos	2.397.450	2.213.371	2.397.450	2.213.371
Crédito em conta corrente	5.530.067	5.404.036	5.530.067	5.404.036
Descobertos em depósitos à ordem	2.376.737	2.571.622	2.376.737	2.571.622
Empréstimos	5.595.507	3.666.813	5.595.507	3.666.813
Crédito imobiliário	560	2.449	560	2.449
Capital em locação	183.434	173.195	183.434	173.195
Crédito tomado em operações de factoring	305.777	734.352	305.777	734.352
	16.389.532	14.765.838	16.389.532	14.765.838
MÉDIO E LONGO PRAZO				
Crédito descontado titulado por efeitos				
Empréstimos	39.633.806	32.329.238	39.633.806	32.329.238
Crédito imobiliário	163.304	145.829	163.304	145.829
Capital em locação	2.267.382	2.708.610	2.267.382	2.708.610
	42.064.492	35.183.677	42.064.492	35.183.677
Crédito vencido – menos de 90 dias	177.426	87.297	177.426	87.297
Crédito vencido – mais de 90 dias	1.299.990	853.196	1.299.990	853.196
	1.477.416	940.493	1.477.416	940.493
Imparidade para riscos de crédito	(3.136.763)	(2.969.375)	(3.136.763)	(2.969.375)
	56.794.676	47.920.633	56.794.676	47.920.633

A análise do crédito a Clientes por sector de actividade é a seguinte:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Agricultura e silvicultura	1.965.463	1.759.337	1.965.463	1.759.337
Indústrias extractivas	1.908.895	1.997.766	1.908.895	1.997.766
Alimentação, bebidas e tabaco	954.957	962.442	954.957	962.442
Têxteis	5.129	5.637	5.129	5.637
Papel, artes gráficas e editoras	114.354	88.865	114.354	88.865
Químicas	475.974	480.114	475.974	480.114
Máquinas e equipamentos	1.374.248	1.309.341	1.374.248	1.309.341
Electricidade, água e gás	3.439.104	2.900.216	3.439.104	2.900.216
Construção	9.501.578	6.071.634	9.501.578	6.071.634
Comércio	8.970.155	6.837.994	8.970.155	6.837.994
Restaurantes e hotéis	1.231.557	1.151.107	1.231.557	1.151.107
Transportes e comunicações	3.660.343	3.833.510	3.660.343	3.833.510
Serviços	7.185.761	5.385.478	7.185.761	5.385.478
Crédito ao consumo	12.475.157	11.018.914	12.475.157	11.018.914
Crédito à habitação	990.080	975.272	990.080	975.272
Estado Moçambicano	4.636.710	5.134.231	4.636.710	5.134.231
Outras actividades	1.041.974	978.150	1.041.974	978.150
	59.931.439	50.890.008	59.931.439	50.890.008
Imparidade para riscos de crédito	(3.136.763)	(2.969.375)	(3.136.763)	(2.969.375)
	56.794.676	47.920.633	56.794.676	47.920.633

A carteira de crédito a Clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores de actividade é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Agricultura e silvicultura	698.141	19.571
Alimentação, bebidas e tabaco	79.778	93.760
Têxteis	5.066	5.161
Papel, artes gráficas e editoras	9.357	10.874
Químicas	20.084	21.239
Máquinas e equipamentos	10.483	10.507
Electricidade, água e gás	9.029	10.121
Construção	25.472	46.608
Comércio	105.100	524.023
Restaurantes e hotéis	34.820	37.140
Transportes e comunicações	30.413	30.413
Serviços	61.804	35.510
Crédito ao consumo	152.626	117.321
Crédito à habitação	5.792	15.411
Outras actividades	30.941	31.952
	1.278.907	1.009.611

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Crédito com garantias reais	341.239	99.180
Crédito com outras garantias	838.268	599.987
Crédito sem garantias	167.824	148.394
Crédito ao sector público	39	28
Crédito em locação financeira	92.009	92.904
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	38.037	-
	1.477.416	940.493

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Agricultura e silvicultura	24.828	23.557
Indústrias extractivas	9	269
Alimentação, bebidas e tabaco	21.342	28.011
Têxteis	36	275
Papel, artes gráficas e editoras	779	1.075
Químicas	42	4
Máquinas e equipamentos	293	129
Electricidade, água e gás	762	-
Construção	59.601	47.659
Comércio	58.115	77.718
Restaurantes e hotéis	16.705	10.279
Transportes e comunicações	401.879	37.257
Serviços	67.590	57.566
Crédito ao consumo	819.400	639.175
Crédito à habitação	3.857	5.237
Estado Moçambicano	39	28
Outras actividades	2.139	12.254
	1.477.416	940.493

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	2.969.375	2.845.442	2.969.375	2.845.442
Dotação do exercício líquida	577.578	507.606	577.578	507.606
Transferências	(24.435)	-	(24.435)	-
Utilização de imparidade	(422.085)	(387.285)	(422.085)	(387.285)
Diferenças cambiais	36.330	3.612	36.330	3.612
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	3.136.763	2.969.375	3.136.763	2.969.375

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2014:

Milhares MZN

	Classes de incumprimento			
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Crédito vencido com garantia	560.692	82.006	666.893	1.309.591
Imparidade existente	105.362	49.143	528.335	682.840
Crédito vencido sem garantia	34.742	34.068	99.015	167.825
Imparidade existente	20.960	26.611	77.107	124.678
TOTAL DE CRÉDITO VENCIDO	595.434	116.074	765.908	1.477.416
Total da imparidade para crédito vencido	126.322	75.754	605.442	807.518
Total da imparidade para crédito vincendo				2.329.245
TOTAL DA IMPARIDADE PARA RISCOS DE CRÉDITO				3.136.763

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2013:

Milhares MZN

	Classes de incumprimento			
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Crédito vencido com garantia	101.915	127.522	562.661	792.098
Imparidade existente	54.790	65.284	480.440	600.514
Crédito vencido sem garantia	23.180	32.371	92.844	148.395
Imparidade existente	18.176	25.733	73.956	117.864
TOTAL DE CRÉDITO VENCIDO	125.095	159.893	655.505	940.493
Total da imparidade para crédito vencido	72.966	91.017	554.396	718.379
Total da imparidade para crédito vincendo				2.250.996
TOTAL DA IMPARIDADE PARA RISCOS DE CRÉDITO				2.969.375

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Agricultura e silvicultura	162.409	150.453
Indústrias extractivas	37.959	40.094
Alimentação, bebidas e tabaco	48.529	98.733
Têxteis	105	329
Papel, artes gráficas e editoras	2.918	8.300
Químicas	9.482	9.618
Máquinas e equipamentos	41.644	30.053
Electricidade, água e gás	69.548	66.347
Construção	250.032	209.878
Comércio	346.921	309.687
Restaurantes e hotéis	31.146	32.783
Transportes e comunicações	247.691	143.972
Serviços	235.330	196.472
Crédito ao consumo	1.459.778	1.469.385
Crédito à habitação	55.864	74.294
Estado Moçambicano	92.101	101.604
Outras actividades	45.306	27.373
	3.136.763	2.969.375

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

Milhares MZN

	2014	2013
Crédito com garantias reais	725.939	550.565
Crédito com outras garantias	1.813.250	1.859.010
Crédito sem garantias	301.951	249.961
Crédito ao sector público	77.092	84.585
Crédito em locação financeira	209.064	210.636
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	9.467	14.617
	3.136.763	2.969.375

A anulação de crédito por utilização de provisão por sector de actividade é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Agricultura e silvicultura	19.672	2.957
Indústrias extractivas	-	5
Alimentação, bebidas e tabaco	14	8
Têxteis	-	6.514
Papel artes gráficas e editoras	-	314
Máquinas e equipamento	15	2.879
Construção	29.305	2.634
Comércio	45.306	35.504
Restaurantes e hotéis	93	1.957
Transportes e comunicações	1.872	3.108
Serviços	28.089	21.736
Crédito ao consumo	285.314	299.677
Crédito à habitação	70	199
Outras actividades	12.335	9.793
	422.085	387.285

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Crédito com outras garantias	353.333	283.435
Crédito sem garantias	68.752	103.850
	422.085	387.285

A recuperação de créditos e de juros anulados no ano ou em anos anteriores, efectuada no decorrer de 2014, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

Milhares MZN

	2014	2013
Crédito com outras garantias	41.545	36.763
Crédito sem garantias	35.352	24.662
	76.897	61.425

18. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda é analisada como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO				
De emissores públicos	23.738.615	16.271.545	22.162.809	14.827.126
	23.738.615	16.271.545	22.162.809	14.827.126
Acções e outros títulos de rendimento variável	46.502	44.484	30.619	30.619
Imparidade de acções e outros títulos de rendimento variável	(7.098)	(7.098)	(7.098)	(7.098)
	23.778.019	16.308.931	22.186.330	14.850.647

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda corresponde essencialmente a títulos emitidos pelo Estado de Moçambique, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Não se registaram movimentos na imparidade associada à carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

19. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
SUBSIDIÁRIA				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	-	-	356.148	356.148
	-	-	356.148	356.148

O investimento na subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique S.A., no valor de 356.148 milhares de meticais, corresponde ao custo de aquisição da participação social. Em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios da subsidiária ascendem a 1.786.586 milhares de meticais.

Em 31 de Dezembro de 2014, a percentagem da participação do Banco na subsidiária é demonstrada como se segue:

Milhares MZN

	Sede	Capital social	Actividade económica	% de participação	Método de consolidação
SUBSIDIÁRIA					
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	147.500.000	Seguros	89,91	Integral (*)

(*) Para efeitos de reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso n.º 08/GBM/2007, o Banco consolida pelo método de equivalência patrimonial.

A participação do Grupo na SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, não sofreu alterações em relação ao ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2014, a percentagem da participação do Grupo nas associadas é demonstrada como se segue:

Milhares MZN

	Sede	Capital social	Actividade económica	Participação efectiva (%)		Valor de balanço	
				Dez. 14	Dez. 13	Dez. 14	Dez. 13
ASSOCIADA							
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500	Gestão imobiliária	17,98	17,98	250.208	250.208
Beira Nave	Beira	2.850	Estaleiros navais	20,54	20,54	17.049	17.049
						267.258	267.258

20. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO				
Imóveis	1.025.104	612.932	1.025.104	612.932
Equipamentos e outros	7.830	15.193	7.830	15.193
	1.032.934	628.125	1.032.934	628.125
Imparidade	(143.356)	(118.853)	(143.356)	(118.853)
	889.578	509.272	889.578	509.272

Os movimentos de imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	118.853	125.023	118.853	125.023
Dotação do exercício	12.230	-	12.230	-
Reversão do exercício	(3.575)	-	(3.575)	-
Utilizações	(9.182)	(6.170)	(9.182)	(6.170)
Transferências	25.029	-	25.029	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	143.356	118.853	143.356	118.853

21. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2014, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Imóveis	4.058.783	1.269.987	3.221.194	592.201
Obras em edifícios arrendados	620.902	619.192	620.902	619.192
Equipamento				
Mobiliário	312.190	253.685	306.519	247.878
Máquinas	147.145	141.559	143.869	138.169
Equipamento informático	1.389.932	1.240.577	1.377.729	1.228.352
Instalações interiores	562.558	515.474	559.426	512.341
Viaturas	365.759	354.495	327.330	319.561
Equipamento de segurança	241.858	219.250	241.858	219.250
Outros activos tangíveis	52.339	47.343	42.221	40.461
Investimentos em curso	271.939	2.288.807	271.937	2.288.806
	8.023.405	6.950.369	7.112.985	6.206.211
AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE ACUMULADAS	(2.767.702)	(2.427.467)	(2.574.434)	(2.251.836)
	5.255.703	4.522.902	4.538.551	3.954.375

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2014, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2014
CUSTO					
Imóveis	1.269.987	178.225	-	2.610.571	4.058.783
Obras em edifícios arrendados	619.192	5.801	(102.803)	98.712	620.902
Equipamento					
Mobiliário	253.685	12.046	(794)	47.252	312.189
Máquinas	141.559	5.715	(128)	-	147.146
Equipamento informático	1.240.577	30.603	(341)	119.092	1.389.931
Instalações interiores	515.474	36.508	(168)	10.745	562.559
Viaturas	354.495	29.141	(17.877)	-	365.759
Equipamento de segurança	219.250	18.677	-	3.933	241.860
Outros activos tangíveis	47.343	5.044	(49)	-	52.338
Imobilizado em curso	2.288.807	873.436	-	(2.890.305)	271.938
	6.950.369	1.195.196	(122.160)	-	8.023.405
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Imóveis	(252.326)	(59.934)	-	-	(312.260)
Obras em edifícios arrendados	(272.384)	(46.925)	31.031	-	(288.278)
Equipamento					-
Mobiliário	(151.040)	(17.375)	628	-	(167.787)
Máquinas	(104.921)	(12.200)	72	-	(117.049)
Equipamento informático	(986.365)	(125.105)	269	1	(1.111.200)
Instalações interiores	(268.599)	(39.206)	60	-	(307.745)
Viaturas	(227.377)	(53.946)	17.764	-	(263.559)
Equipamento de segurança	(127.564)	(32.394)	-	(1)	(159.959)
Outros activos tangíveis	(36.891)	(3.013)	39	-	(39.865)
	(2.427.467)	(390.097)	49.863	-	(2.767.702)

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2013, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2013	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2013
CUSTO					
Imóveis	1.329.247	2.241	(117.365)	55.864	1.269.987
Obras em edifícios arrendados	564.021	2.066	-	53.105	619.192
Equipamento					
Mobiliário	242.067	10.117	(51)	1.552	253.685
Máquinas	132.642	8.917	-	-	141.559
Equipamento informático	1.197.534	25.006	(6.855)	24.892	1.240.577
Instalações interiores	466.008	26.565	(58)	22.959	515.474
Viaturas	318.661	63.917	(28.083)	-	354.495
Equipamento de segurança	196.275	22.390	-	585	219.250
Outros activos tangíveis	45.812	1.445	-	86	47.343
Imobilizado em curso	1.583.446	864.404	-	(159.043)	2.288.807
	6.075.713	1.027.068	(152.412)	-	6.950.369
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Imóveis	(253.468)	(27.646)	28.788	-	(252.326)
Obras em edifícios arrendados	(231.825)	(40.559)	-	-	(272.384)
Equipamento					-
Mobiliário	(134.661)	(16.406)	27	-	(151.040)
Máquinas	(94.039)	(10.882)	-	-	(104.921)
Equipamento informático	(858.282)	(133.641)	5.558	-	(986.365)
Instalações interiores	(232.413)	(36.244)	58	-	(268.599)
Viaturas	(199.861)	(52.080)	24.564	-	(227.377)
Equipamento de segurança	(112.911)	(14.653)	-	-	(127.564)
Outros activos tangíveis	(34.295)	(2.596)	-	-	(36.891)
	(2.151.755)	(334.707)	58.995	-	(2.427.467)

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2014, para o Banco, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2014
CUSTO					
Imóveis	592.201	18.422	-	2.610.571	3.221.194
Obras em edifícios arrendados	619.192	5.801	(102.803)	98.713	620.902
Equipamento					
Mobiliário	247.878	11.939	(551)	47.253	306.519
Máquinas	138.169	5.700	-	-	143.869
Equipamento informático	1.228.352	30.357	(72)	119.092	1.377.729
Instalações interiores	512.341	36.508	(168)	10.745	559.426
Viaturas	319.561	21.749	(13.980)	-	327.330
Equipamento de segurança	219.250	18.676	-	3.932	241.858
Outros activos tangíveis	40.461	1.760	-	-	42.221
Imobilizado em curso	2.288.806	873.436	-	(2.890.305)	271.937
	6.206.211	1.024.348	(117.574)	-	7.112.985
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Imóveis	(119.136)	(46.609)	-	-	(165.745)
Obras em edifícios arrendados	(272.384)	(46.925)	31.031	-	(288.278)
Equipamento					-
Mobiliário	(147.859)	(16.855)	456	-	(164.258)
Máquinas	(101.908)	(12.129)	-	-	(114.037)
Equipamento informático	(978.539)	(123.552)	72	1	(1.102.017)
Instalações interiores	(265.674)	(38.999)	60	-	(304.613)
Viaturas	(205.896)	(48.666)	13.873	-	(240.689)
Equipamento de segurança	(127.564)	(32.394)	-	(1)	(159.959)
Outros activos tangíveis	(32.876)	(1.961)	-	-	(34.837)
	(2.251.836)	(368.090)	45.492	-	(2.574.434)

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2013, para o Banco, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2013	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2013
CUSTO					
Imóveis	534.096	2.241	-	55.864	592.201
Obras em edifícios arrendados	564.021	2.066	-	53.105	619.192
Equipamento					
Mobiliário	236.299	10.027	-	1.552	247.878
Máquinas	129.310	8.859	-	-	138.169
Equipamento informático	1.184.655	24.951	(6.146)	24.892	1.228.352
Instalações interiores	464.819	24.621	(58)	22.959	512.341
Viaturas	288.125	56.449	(25.013)	-	319.561
Equipamento de segurança	196.276	22.389	-	585	219.250
Outros activos tangíveis	39.022	1.353	-	86	40.461
Imobilizado em curso	1.583.443	864.406	-	(159.043)	2.288.806
	5.220.066	1.017.362	(31.217)	-	6.206.211
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Imóveis	(104.070)	(15.066)	-	-	(119.136)
Obras em edifícios arrendados	(231.825)	(40.559)	-	-	(272.384)
Equipamento					-
Mobiliário	(131.976)	(15.883)	-	-	(147.859)
Máquinas	(91.185)	(10.723)	-	-	(101.908)
Equipamento informático	(851.668)	(131.942)	5.071	-	(978.539)
Instalações interiores	(230.532)	(35.200)	58	-	(265.674)
Viaturas	(180.432)	(47.118)	21.654	-	(205.896)
Equipamento de segurança	(112.911)	(14.653)	-	-	(127.564)
Outros activos tangíveis	(31.060)	(1.816)	-	-	(32.876)
	(1.965.659)	(312.960)	26.783	-	(2.251.836)

22. GOODWILL E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
Software	551.070	513.624	492.248	458.655
Investimentos em curso	41.806	8.412	28.815	8.412
	592.876	522.036	521.063	467.067
Amortizações acumuladas	(429.839)	(370.406)	(389.047)	(335.996)
	163.037	151.630	132.016	131.071
DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO E DE REAVALIAÇÃO (GOODWILL)				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	122.313	122.313	-	-
	285.350	273.943	132.016	131.071

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2014, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2014
CUSTO					
Software	513.624	37.446	-	-	551.070
Imobilizado em curso	8.412	33.394	-	-	41.806
	522.036	70.840	-	-	592.876
<i>Goodwill</i>	122.313	-	-	-	122.313
	644.349	70.840	-	-	715.189
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Software	(370.406)	(59.433)	-	-	(429.839)
VALOR LÍQUIDO	273.943	11.407	-	-	285.350

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2013, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2013	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2013
CUSTO					
Software	461.761	51.861	-	2	513.624
Imobilizado em curso	1.912	6.502	-	(2)	8.412
	463.673	58.363	-	-	522.036
<i>Goodwill</i>	122.313	-	-	-	122.313
	585.986	58.363	-	-	644.349
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Software	(331.199)	(39.207)	-	-	(370.406)
VALOR LÍQUIDO	254.787	19.156	-	-	273.943

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis, durante o ano de 2014, para o Banco, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2014	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2014
CUSTO					
Software	458.655	33.592	-	-	492.247
Imobilizado em curso	8.412	20.404	-	-	28.816
	467.067	53.996	-	-	521.063
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Software	(335.996)	(53.051)	-	-	(389.047)
VALOR LÍQUIDO	131.071	945	-	-	132.016

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis, durante o ano de 2013, para o Banco, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Saldo em 01 Janeiro 2013	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2013
CUSTO					
Software	416.928	41.725	-	2	458.655
Imobilizado em curso	1.912	6.502	-	(2)	8.412
	418.840	48.227	-	-	467.067
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
Software	(302.803)	(33.193)	-	-	(335.996)
VALOR LÍQUIDO	116.037	15.034	-	-	131.071

De acordo com a política contabilística descrita na nota I b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o activo em apreço está com imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do *goodwill* deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo em 2014 efectuou avaliações em relação à participação financeira para a qual existe *goodwill* registado no activo, tendo considerado, entre outros, os seguintes factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados pela subsidiária;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do activo;
- (v) outros factores associados à situação actual dos mercados financeiros.

A avaliação tem por base pressupostos devidamente suportados que representam a melhor estimativa da Comissão Executiva sobre as condições económicas que afectarão a subsidiária, o orçamento e as projecções mais recentes aprovadas para aquela subsidiária e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para a referida avaliação podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

No apuramento da estimativa de valor a 31 de Dezembro de 2014 da participação de 89,914% do Banco na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L (SIM), sujeita ao exercício anual de teste de imparidade de *goodwill*, considerou-se a informação económica e financeira histórica da SIM, bem como a sua projecção para 2014 e o Orçamento para o período de 2015 a 2019, disponibilizado pela empresa. As estimativas de valor foram elaboradas tendo por base um exercício de aplicação de múltiplos de mercado (PER e PBV) e do método de desconto dos dividendos (*Dividend Discount Model* ou DDM). As demonstrações previsionais não foram auditadas, nem sujeitas a eventuais ajustamentos.

Do exercício de apuramento da estimativa do valor da participação financeira do BIM na SIM, e face aos resultados apurados na aplicação dos métodos de avaliação interna considerada (de onde as estimativas via DDM e via PER conduzem a valores significativamente superiores ao valor contabilístico estimado da participação), conclui-se na presente data e por critérios meramente financeiros, da não necessidade em reconhecer imparidade ao valor do *goodwill* a 31 de Dezembro de 2014.

23. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Milhares MZN

	Grupo		Grupo	
	2014		2013	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	13.020	-	165.561	-
IRPC a pagar	-	95.673	-	273.918
	13.020	95.673	165.561	273.918

Milhares MZN

	Banco		Banco	
	2014		2013	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	-	-	141.619	-
IRPC a pagar	-	95.673	-	221.059
	-	95.673	141.619	221.059

24. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os activos e passivos por impostos diferidos foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

Milhares MZN

	Grupo		Grupo	
	2014		2013	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	29.402	11.962	35.193	11.963
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	-	1.538	-	1.232
Outros	-	3.318	2.507	5.825
Impostos diferido activo/passivo	29.402	16.818	37.700	19.020
	12.584		18.680	

Milhares MZN

	Banco		Banco	
	2014		2013	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	29.402	-	35.193	-
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	29.402	-	35.193	-

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos é o seguinte:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	Saldo em 1 de Janeiro	18.680	8.543	35.193
Dotação do exercício	(6.096)	9.552	(5.791)	9.552
Outros movimentos	-	585	-	-
	12.584	18.680	29.402	35.193

25. OUTROS ACTIVOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
	Devedores	67.118	34.418	43.051
Outros proveitos a receber	-	17.356	59.122	64.363
Despesas antecipadas	34.382	23.981	34.242	23.652
Saldos a receber da actividade seguradora	247.272	153.589	-	-
Contas diversas	833.450	519.417	832.872	518.851
Provisões resseguro cedido	87.081	111.263	-	-
	1.269.303	860.024	969.287	621.052
Imparidade para outros activos	(38.579)	(40.502)	(11.917)	(11.100)
	1.230.724	819.522	957.370	609.952

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2014, o montante de 495.055 milhares de meticaís (31 de Dezembro de 2013: 461.870 milhares de meticaís) relativo a cheques de Outras Instituições de Crédito remetidos para compensação.

Os movimentos na Imparidade de outros activos, para o Grupo e para o Banco, são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	40.502	39.127	11.100	15.965
Dotação do exercício	186	6.240	186	-
Reversão do exercício	(2.683)	(4.948)	-	(4.948)
Transferências	86	-	86	-
Flutuação cambial	488	83	545	83
SALDO NO FIM DO PERÍODO	38.579	40.502	11.917	11.100

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
RECURSOS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE				
Empréstimos a curto prazo	-	21.059	-	21.059
Empréstimos a médio longo prazo	38.306	-	38.306	-
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS				
Depósitos à ordem	62.777	55.093	62.777	55.093
Empréstimos a curto prazo	1.103.095	440.042	1.103.095	440.042
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO				
Depósitos à ordem	24.093	12.347	24.093	12.347
Depósitos a prazo	-	902.400	-	902.400
Empréstimos a curto prazo	34.468	42.037	34.468	42.037
Empréstimos a médio longo prazo	840.000	-	840.000	-
	2.102.739	1.472.978	2.102.739	1.472.978

27. RECURSOS DE CLIENTES

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Depósitos à ordem	45.399.690	36.408.484	45.491.664	36.439.829
Depósitos a prazo	31.267.954	27.691.765	33.419.260	29.683.884
Outros recursos	476.063	473.498	476.063	473.498
	77.143.707	64.573.747	79.386.987	66.597.211

28. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS				
Obrigações BIM 2010-2015	1.025.132	1.026.201	1.025.132	1.026.201
	1.025.132	1.026.201	1.025.132	1.026.201

Milhares MZN

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro %	Valor nominal	Reembolsos	Valor de balanço 2014
Obrigações BIM 2010-2015	15/10/2010	15/10/2015	11,75% (*)	1.000.000	-	1.000.000

(*) Taxa correspondente à taxa de Facilidade Permanente de Cedência de fundos do Banco de Moçambique (FPC), apurada no segundo dia útil anterior; à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de uma margem de 3,5%.

29. PROVISÕES

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Provisões para crédito indirecto	396.629	303.801	396.629	303.801
Provisões para riscos bancários gerais	47.857	43.680	47.857	43.680
Provisões para outros riscos e encargos	19.241	19.239	19.241	19.239
Provisões técnicas da actividade seguradora	3.348.183	3.067.623	-	-
	3.811.910	3.434.343	463.727	366.720

Os movimentos nas Provisões para crédito indirecto são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	303.801	286.486	303.801	286.486
Dotação do exercício	202.877	155.372	202.877	155.372
Reversão do exercício	(125.206)	(138.831)	(125.206)	(138.831)
Transferências	(681)	-	(681)	-
Diferenças cambiais	15.838	774	15.838	774
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	396.629	303.801	396.629	303.801

Os movimentos nas Provisões para riscos bancários gerais são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	43.680	34.214	43.680	34.214
Dotação do exercício	5.734	10.466	5.734	10.466
Reversão do exercício	(2.614)	-	(2.614)	-
Diferenças cambiais	803	110	803	110
Utilizações do exercício	255	(1.110)	255	(1.110)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	47.857	43.680	47.857	43.680

A Provisão para riscos bancários gerais visa cobrir potenciais contingências decorrentes de processos judiciais em curso.

Os movimentos nas Provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	19.239	24.139	19.239	24.139
Dotação do exercício	523	4.800	523	4.800
Reversão do exercício	(521)	(9.700)	(521)	(9.700)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	19.241	19.239	19.241	19.239

A rubrica de provisões técnicas da actividade seguradora inclui: (i) Provisões matemáticas, (ii) Provisão para participação de resultados, (iii) Provisões para prémios não adquiridos e (iv) Provisão para sinistros. A dotação líquida do exercício das três primeiras provisões, no montante de 319.650 milhares de meticais (2013: 185.578 milhares de meticais), encontra-se registada em resultados na rubrica de Outras Provisões (ver Nota 11) e a dotação líquida do exercício da Provisão para sinistros, no montante de 381.867 milhares de meticais (2013: 494.021 milhares de meticais), encontra-se registada em resultados na rubrica de Outros resultados de exploração (ver Nota 6).

30. PASSIVOS SUBORDINADOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS				
Obrigações BIM 2006-2016	-	-	175.611	175.611
	-	-	175.611	175.611

O empréstimo subordinado emitido apresenta as seguintes características:

Milhares MZN

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro %	Valor de emissão
BIM 2006-2016	14/12/2006	14/12/2016	7,19% (*)	175.000

(*) Taxa correspondente à taxa média ponderada, por maturidade e montantes, das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouros (BT), com o prazo igual ou superior a 28 dias, apurada no segundo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,5% e arredondada para 1/16 de ponto percentual superior.

31. OUTROS PASSIVOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores	48.767	49.395	10.916	7.109
Credores diversos	421.238	243.466	227.379	102.312
IVA a liquidar	5.052	2.438	3.250	2.438
Impostos retidos	112.083	100.328	95.819	87.708
Contribuições para Segurança Social	6.281	5.648	6.281	5.648
Custos a pagar	373.349	297.196	369.274	290.010
Custos com pessoal	490.236	469.886	453.672	432.095
Receitas com proveitos diferidos	151.280	171.681	151.280	171.681
Recursos consignados	50.232	41.497	50.232	41.497
Outras exigibilidades	336.966	192.368	332.428	189.939
	1.995.484	1.573.903	1.700.531	1.330.437

32. CAPITAL SOCIAL

O Capital social do Banco no montante de 4.500.000 milhares de meticais é representado por 45.000.000 acções, de valor nominal de 100 meticais cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2014 apresenta-se como segue:

Milhares MZN

	2014 N.º acções	% participação capital	2013 N.º acções	% participação capital
Millennium BCP Participações, SGPS, Lda.	30.008.460	66,69 %	30.008.460	66,69 %
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12 %	7.704.747	17,12 %
INSS – Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95 %	2.227.809	4,95 %
EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1.866.309	4,15 %	1.866.309	4,15 %
FDC – Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08 %	487.860	1,08 %
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTT)	2.704.815	6,01 %	2.704.815	6,01 %
	45.000.000	100,00 %	45.000.000	100,00 %

33. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Reserva legal	2.820.425	2.324.992	2.820.425	2.324.992
Outras reservas e resultados acumulados	6.853.635	5.109.314	5.737.579	4.110.140
Resultado do exercício	3.677.928	3.424.570	3.493.636	3.302.890
	13.351.988	10.858.876	12.051.640	9.738.022

Nos termos da Legislação Moçambicana em vigor; Lei n.º 15/99 – Instituições de Crédito, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 15% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Em função do lucro líquido do exercício de 2013, o Banco afectou à reserva legal, em 2014, o valor de 495.433 milhares de meticais (2013: 446.363 milhares de meticais).

34. DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de Março de 2014, o Conselho de Administração decidiu pela distribuição de 35% dos Resultados Líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2013, após a constituição da Reserva Legal, no montante de 1.156.011 milhares de meticais.

35. GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Os valores extrapatrimoniais são analisados como segue:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
GARANTIAS PRESTADAS				
Garantias pessoais	17.487.278	8.841.084	17.487.278	8.841.084
Garantias reais	744.525	364.499	744.525	364.499
GARANTIAS E AVALES RECEBIDOS				
Garantias pessoais	175.836.811	155.124.662	175.836.812	155.124.662
Garantias reais	65.471.166	54.167.481	65.471.166	54.167.481
COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS				
	11.051.419	9.125.906	11.051.419	9.125.906
OPERAÇÕES CAMBIAIS À VISTA				
Compras	5.162.069	922.711	5.162.069	922.711
Vendas	4.973.701	873.107	4.973.701	873.107
OPERAÇÕES CAMBIAIS A PRAZO				
Compras	230.251	-	230.251	-
Vendas	238.472	-	238.472	-

36. PARTES RELACIONADAS

À data de 31 de Dezembro, os débitos e os créditos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., estão assim representados:

Milhares MZN

Balanço	2014				2013			
	Activos			Extrapatrimoniais	Activos			Extrapatrimoniais
	Disponibilid. de IC	Aplicações de IC	Outros activos	Garantias reais prestadas	Disponibilid. de IC	Aplicações de IC	Outros activos	Garantias reais prestadas
Banco Comercial Português S.A.	131.486	134.400	-	-	33.494	1.485.695	-	790
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	1.515	4.707	-	4.704	1.429	4.214	-	4.211
Seguradora Internac. de Moçambique, S.A.	-	-	59.122	-	-	-	47.007	-
	133.001	139.108	59.122	4.704	34.924	1.489.909	47.007	5.001

Milhares MZN

Balço	2014				2013			
	Passivos				Passivos			
	Débitos de IC	Depósitos de clientes	Outros passivos	Passivos subordinados	Débitos de IC	Depósitos de clientes	Outros passivos	Passivos subordinados
Banco Comercial Português S.A.	8.026	-	225.093	-	9.077	-	100.838	-
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	32.458	-	-	-	29.741	-	-
Seguradora Internac. de Moçambique, S.A.	-	2.243.280	-	175.611	-	2.024.072	-	175.611
	8.026	2.275.737	225.093	175.611	9.077	2.053.813	100.838	175.611

À data de 31 de Dezembro, os proveitos e os custos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e sua subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., estão assim representados:

Milhares MZN

Demonstração de resultados	2014			2013		
	Proveitos			Proveitos		
	Juros e prov. equiparados	Res. serviços e comissões	Outros result. de exploração	Juros e prov. equiparados	Res. serviços e comissões	Outros result. de exploração
Banco Comercial Português S.A.	890	-	-	2.036	-	-
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	26	-	-	39	-	-
Seguradora Internac. de Moçambique, S.A.	-	52.483	50.944	-	43.504	43.356
	915	52.483	50.944	2.075	43.504	43.356

Milhares MZN

Demonstração de resultados	2014			2013			
	Custos			Custos			
	Juros e custos equiparados	Custos com pessoal	Outros gastos administrativos	Juros e custos equiparados	Res. serviços e comissões	Custos com pessoal	Outros gastos administrativos
Banco Comercial Português S.A.	482	-	426.547	-	790	-	387.343
Millennium BCP Partic SGPS LDA	3.391	-	-	3.204	-	-	-
Seguradora Internac. de Moçambique, S.A.	75.645	54.382	134.519	61.229	-	52.811	132.362
	79.518	54.382	561.065	64.433	790	52.811	519.705

Em relação aos Órgãos de Administração e seus familiares directos o crédito registado à data de 31 de Dezembro de 2014 ascendia a 1.332 milhares de meticais (2013: 1.508 milhares de meticais). Estes créditos foram concedidos de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Relativamente aos Depósitos à data de 31 de Dezembro de 2014 ascendia a 238.265 milhares de meticais (2013: 208.371 milhares de meticais).

37. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a linha Caixa e equivalentes de caixa é assim composta:

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Disponibilidades em caixa	2.932.712	2.635.902	2.932.712	2.635.902
Disponibilidades em Inst. de Crédito no país	121.474	166.883	119.746	166.883
Disponibilidades em Inst. de Crédito no estrangeiro	3.096.180	2.491.119	3.096.180	2.491.119
	6.150.366	5.293.904	6.148.638	5.293.904

38. JUSTO VALOR

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor deve ser estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

- **Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Depósitos de outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra**

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor:

- **Créditos a clientes**

Os instrumentos financeiros referidos acima são maioritariamente remunerados a taxas de juro variáveis, associadas a indexantes do prazo correspondente ao período de juros de cada contrato, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para cada tipo de instrumento financeiro, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico, que se encontra deduzido de perdas por imparidade.

- **Activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais do que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe;
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Os activos financeiros disponíveis para venda, por níveis de valorização, para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2014, são:

- Nível 1: Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – Obrigações e Bilhetes do Tesouro do Estado Moçambicano;
- Nível 3: Acções e outros títulos de rendimento variável.

• Depósitos de clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

• Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Tanto os Títulos de dívida emitidos como os Passivos subordinados são constituídos por contractos celebrados, que são remunerados, maioritariamente, a taxas variáveis, nomeadamente à taxa média ponderada por maturidade e montantes, das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouros (BT), pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico. Todas as alterações verificadas no valor desses passivos por efeito de alteração das taxas de juro utilizadas não afectam os capitais em dívida, afectando unicamente o montante de juros a liquidar.

39. OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

O Grupo contribui para o seguinte plano de benefícios definidos pós-emprego:

Os Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011 têm direito a uma pensão remida no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens, e 55, no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e as condições do plano de benefícios de reforma, e de acordo com o normativo local, o valor presente dos reembolsos ou reduções das futuras contribuições não é inferior ao total do justo valor do plano de activos deduzido do valor presente das obrigações.

Adicionalmente, existem responsabilidades com reformas e pensionistas associados a complementos de reforma atribuídos através de rendas de Colaboradores que transitaram das instituições adquiridas pelo Grupo em 2000. O benefício da renda é reversível em 50% independentemente do número de beneficiários.

À data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes do Grupo é como segue:

Número de participantes	2014	2013
Activos	1.889	1.997
Reformados e pensionistas	496	496
	2.385	2.493

De acordo com a política descrita na nota 1. t), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são analisadas como segue:

	2014	2013
Milhares MZN		
RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PROJECTADOS		
Reformados e pensionistas	(1.018.567)	(1.020.776)
Pessoal no activo	(984.809)	(831.401)
	(2.003.376)	(1.852.177)
Valor dos activos	2.011.537	1.846.923
ACTIVOS/(PASSIVOS) LÍQUIDOS EM BALANÇO	8.161	(5.254)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(43.567)	(9.945)

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados, é analisada como segue:

Milhares MZN

	2014			2013
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.020.776	831.401	1.852.177	1.839.492
Custo do serviço corrente	-	51.083	51.083	49.717
Custo dos juros	73.660	62.902	136.562	123.191
Ganhos e perdas actuariais	(1.044)	66.727	65.683	1.926
Benefícios pagos	(74.825)	(27.304)	(102.129)	(162.149)
RESPONSABILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.018.567	984.809	2.003.376	1.852.177

A evolução do valor das apólices que financiam o Plano de Benefícios do Grupo pode ser analisada como se segue:

Milhares MZN

	2014	2013
Saldo a 01 de Janeiro	1.846.923	1.840.541
Perdas financeiras	32.061	(6.089)
Contribuições do Grupo	98.154	49.717
Benefícios pagos pelo fundo	(102.129)	(162.149)
Rendimento esperado	136.528	124.903
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	2.011.537	1.846.923

A evolução dos activos/responsabilidades líquidas do Grupo em 31 de Dezembro é analisada como segue:

Milhares MZN

	2014
Saldo a 01 de Janeiro	(5.254)
(Ganhos) e perdas – responsabilidades	(65.683)
(Ganhos) e perdas – activos do plano	32.061
Contribuições do Grupo	98.154
Atribuição do benefício do ano	
Custo do serviço corrente	(51.083)
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(34)
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	8.161

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos são constituídos pelos seguintes títulos (em percentagem):

	2014	2013
Acções ordinárias	0,41%	0,50%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	47,35%	47,70%
Imóveis	35,60%	33,60%
Depósitos a prazo	16,64%	18,30%
	100%	100%

O custo reconhecido pelo Grupo no exercício com a atribuição de benefícios pós-emprego é analisado como segue:

Milhares MZN

	2014	2013
Custo do serviço corrente	51.083	49.717
Custo/(proveito) dos juros líquido no saldo da cobertura das responsabilidades	34	(1.712)
CUSTO DO EXERCÍCIO	51.117	48.005

O Grupo utilizou os seguintes pressupostos actuariais à data de fecho para o cálculo das responsabilidades com pensões (expressos em percentagem):

	2014	2013
IDADE NORMAL DE REFORMA:		
Homens	60	60
Mulheres	55	55
Crescimento salarial	6,00%	5,75%
Crescimento das pensões	3,50%	3,50%
Taxa de rendimento do fundo	7,50%	7,50%
Taxa de desconto	7,50%	7,50%
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64

A 31 de Dezembro de 2014, a duração média ponderada das responsabilidades é de 21 anos (2013: 21 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto no IAS 19, é a seguinte:

Milhares MZN

	2014		2013	
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%
Taxa de desconto	-93.527	109.644	-81.051	84.320
Crescimento futuro do salário	105.537	-91.751	82.048	-79.240
Crescimento futuro das pensões	101.165	-87.359	107.024	-92.066

Outros benefícios aos empregados – Banco

À data de reporte, o número de participantes do Banco é como segue:

Número de participantes	2014	2013
Activos	1.775	1.877
Reformados e pensionistas	496	496
	2.271	2.373

De acordo com a política descrita na nota 1.t), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são analisadas como segue:

Milhares MZN

	2014	2013
RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PROJECTADOS		
Reformados e pensionistas	(1.018.567)	(1.020.776)
Pessoal no activo	(932.159)	(789.325)
	(1.950.726)	(1.810.101)
Valor dos activos	1.958.603	1.803.431
Activos/(Passivos) líquidos em balanço	7.877	(6.670)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(39.578)	(11.288)

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados é analisada como segue:

Milhares MZN

	2014			2013
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.020.776	789.325	1.810.101	1.801.865
Custo do serviço corrente	-	47.299	47.299	45.808
Custo dos juros	73.660	59.652	133.312	120.420
(Ganhos) e perdas actuariais	(1.044)	61.865	60.821	4.157
Benefícios pagos	(74.825)	(25.982)	(100.807)	(162.149)
RESPONSABILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	1.018.567	932.159	1.950.726	1.810.101

A evolução do valor das apólices que financiam o Plano de Benefícios do Banco pode ser analisada como segue:

Milhares MZN

	2014	2013
Saldo a 01 de Janeiro	1.803.431	1.801.865
Perdas financeiras	32.531	(4.152)
Contribuições do Banco	90.566	45.808
Benefícios pagos pelo fundo	(100.807)	(162.149)
Rendimento esperado	132.882	122.059
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	1.958.603	1.803.431

A evolução dos activos/responsabilidades líquidas do Banco é analisada como segue:

Milhares MZN

	2014
Saldo a 01 de Janeiro	(6.670)
(Ganhos) e perdas – responsabilidades	(60.821)
(Ganhos) e perdas – activos do plano	32.530
Contribuições do Grupo	90.566
Atribuição do benefício do ano	
Custo do serviço corrente	(47.299)
Custo/(proveito) dos juros Líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(429)
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	7.877

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos são constituídos pelos seguintes títulos (em percentagem):

Milhares MZN

	2014	2013
Acções ordinárias	0,42%	0,50%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	46,15%	47,70%
Imóveis	36,55%	33,60%
Depósitos a prazo	16,88%	18,30%
	100%	100%

O custo reconhecido pelo Banco no exercício com a atribuição de benefícios é analisado como segue:

Milhares MZN

	2014	2013
Custo do serviço corrente	47.299	45.808
Custo/(proveito) dos juros líquido no saldo da cobertura das responsabilidades	430	(1.639)
CUSTO DO EXERCÍCIO	47.729	44.169

A 31 de Dezembro de 2014, a duração média ponderada das responsabilidades é de 21 anos (2013: 21 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto no IAS 19 é a seguinte:

Milhares MZN

	2014		2013	
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%
Taxa de desconto	-87.246	102.099	-81.051	84.320
Crescimento futuro do salário	98.188	-85.514	82.048	-79.240
Crescimento futuro do fundo de pensões	101.165	-87.359	107.024	-92.066

Outros benefícios de longo prazo – prémio de antiguidade

O prémio de antiguidade é atribuído aos Colaboradores do Grupo e do Banco em função dos anos de serviço prestados, sendo pagos um, dois e três salários quando atingidos quinze, vinte e trinta anos de serviço, respectivamente.

O valor actual dos prémios de antiguidade é mensuralizado em cada exercício, sendo a provisão reconhecida no Balanço por contrapartida de custos com o Pessoal, o qual inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e os ganhos/perdas actuariais.

Milhares MZN

	Grupo		Banco	
	2014	2013	2014	2013
Prémio de antiguidade	94.452	79.713	86.568	71.903

40. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros com especial ênfase nos negócios da Banca Comercial e Seguros.

CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Banco, tanto em termos de volume como ao nível de contribuição para os resultados.

O negócio da Banca Comercial, orientado para os segmentos da Banca de Retalho e *Corporate*, centra a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes *mass market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes *prime*.

No âmbito da estratégia de *cross-selling* a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da Seguradora.

O segmento *Corporate*, dirigido a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão da sua actividade se enquadra dentro dos critérios de selecção estabelecidos para este segmento, oferece uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e adaptado às necessidades do mesmo.

O segmento "Outros" engloba outros segmentos residuais, que representam individualmente menos de 10% do total de proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente uma base contabilística suportada nas IFRS.

ACTIVIDADE DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Os valores da conta de exploração reflectem o processo de afectação de resultados, com base em valores médios, reportados por cada segmento de negócio.

A contribuição líquida da Seguradora reflecte o resultado individual, independentemente da percentagem de participação detida pelo Banco. A coluna "Outros" refere os ajustamentos de consolidação.

A informação seguidamente apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NIRF.

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2014	Banca Retalho	Corporate Banking	Prestige	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem financeira	2.187.420	3.170.858	197.854	288.747	1.095	5.845.974
Resultados de serviços e comissões	917.490	795.371	230.098	(61.033)	-	1.881.926
Resultados de operações financeiras	388.902	491.175	57.901	30.577	(7.488)	961.067
Outros resultados de exploração	163.144	161.252	58.680	923.052	(404.279)	901.849
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	3.656.956	4.618.656	544.533	1.181.343	(410.672)	9.590.816
Custos com pessoal	1.004.763	619.066	217.093	148.414	(54.382)	1.934.954
Outros gastos administrativos	962.947	676.994	152.105	70.154	(134.518)	1.727.682
Amortização do exercício	242.916	138.710	39.515	15.467	12.922	449.530
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	2.210.626	1.434.770	408.713	234.035	(175.978)	4.112.166
Imparidade de crédito	98.527	331.062	71.093	-	-	500.682
Outras provisões	17.639	59.268	12.727	316.966	-	406.600
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	1.330.164	2.793.556	52.000	630.342	(234.694)	4.571.368
Impostos	217.276	456.313	8.494	165.685	-	847.768
Interesse que não controlam	-	-	-	-	45.672	45.672
RESULTADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS	1.112.888	2.337.243	43.506	464.657	(280.366)	3.677.928

31 de Dezembro de 2014	Banca Retalho	Corporate Banking	Prestige	Seguros	Outros	Total consolidado
ACTIVO						
Crédito a clientes	9.869.615	38.807.332	8.117.729	-	-	56.794.676
PASSIVO						
Depósitos de clientes	17.584.016	30.318.414	29.241.277	-	-	77.143.707

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2013	Banca Retailho	Corporate Banking	Prestige	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem financeira	1.809.761	2.770.485	248.692	229.315	-	5.058.253
Resultados de serviços e comissões	898.881	679.203	192.346	(45.548)	-	1.724.882
Resultados de operações financeiras	340.142	413.210	59.443	26.784	-	839.579
Outros resultados de exploração	264.370	284.491	78.527	748.579	(409.254)	966.713
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	3.313.154	4.147.390	579.007	959.130	(409.254)	8.589.427
Custos com pessoal	925.772	563.376	203.204	141.006	(52.811)	1.780.547
Outros gastos administrativos	891.414	603.949	147.427	76.364	(132.362)	1.586.791
Amortização do exercício	208.542	107.366	30.245	15.181	12.580	373.914
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	2.025.727	1.274.691	380.876	232.551	(172.594)	3.741.252
Imparidade de crédito	94.829	288.841	62.511	-	-	446.181
Outras provisões	3.647	11.108	2.404	191.818	-	208.977
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	1.188.951	2.572.749	133.216	534.761	(236.660)	4.193.017
Impostos	167.872	363.255	18.809	139.028	-	688.964
Interesse que não controlam	-	-	-	-	37.393	37.393
RESULTADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS	1.021.079	2.209.494	114.406	395.733	(274.053)	3.466.660

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2013	Banca Retailho	Corporate Banking	Prestige	Seguros	Outros	Total consolidado
ACTIVO						
Crédito a clientes	10.184.192	31.154.000	6.721.521	-	-	48.059.713
PASSIVO						
Depósitos de clientes	16.928.241	26.622.449	22.884.989	-	-	66.435.679

41. GESTÃO DE RISCO

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada pelo Millennium bcp em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio em cada região.

A política de gestão de risco do Millennium bim visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, apresenta-se a seguir os principais tipos de riscos – de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – numa perspectiva estritamente contabilística, a que se encontra sujeita a actividade do Banco e do Grupo.

PRINCIPAIS TIPOS DE RISCO

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade, quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir com as suas obrigações enquanto mutuário do Banco.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

RISCO DE MERCADO

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e preço de acções. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro refere-se ao risco de perdas em função de oscilações observadas nas taxas de juro. Incurrir em risco de taxa de juro é uma situação natural da actividade bancária.

RISCO DE EXPOSIÇÃO CAMBIAL

O risco cambial refere-se à possibilidade de perdas em decorrência de oscilações nas taxas de câmbio, ou seja, consiste no risco que decorre de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças na taxa de câmbio.

O Banco, no que se refere aos riscos de taxa de juro e de câmbio, utiliza modelos internos para o acompanhamento e monitorização destes riscos, nomeadamente:

(i) Análise de sensibilidade e *gaps* (Diferencial de taxa de juro)

Para a mensuração do risco de taxa de juro (sendo os *gaps* constituídos por prazos residuais de *repricing* dos contratos vivos), conforme demonstram os quadros seguintes:

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2014	Grupo						Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	8.493.195	-	-	-	-	-	8.493.195
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.217.654	-	-	-	-	-	3.217.654
Aplicações em instituições de crédito	2.892.338	1.008.000	4.982	-	-	5.312	3.910.632
Créditos a clientes	17.325.722	6.141.966	32.230.194	112.226	1.519.495	(534.927)	56.794.676
Activos financeiros disponíveis para venda	1.825.000	6.682.522	15.557.458	-	-	(286.961)	23.778.019
Outros activos	-	-	-	-	-	8.023.258	8.023.258
TOTAL DO ACTIVO	33.753.909	13.832.488	47.792.634	112.226	1.519.495	7.206.682	104.217.434
PASSIVO							
Depósitos de outras instituições de crédito	1.213.808	-	-	343.760	534.545	10.626	2.102.739
Depósitos de clientes	56.075.801	6.533.938	13.998.762	73.370	-	461.836	77.143.707
Títulos de dívida emitidos	1.000.000	-	-	-	-	25.132	1.025.132
Outros passivos	-	-	-	-	-	5.919.885	5.919.885
TOTAL DO PASSIVO	58.289.609	6.533.938	13.998.762	417.130	534.545	6.417.479	86.191.463
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	58.289.609	6.533.938	13.998.762	417.130	534.545	24.443.450	104.217.434
GAPS DE RISCO DE TAXA DE JURO	(24.535.700)	7.298.550	33.793.872	(304.904)	1.519.495	(17.236.768)	-
GAP ACUMULADO DE RISCO DE TAXA DE JURO	(24.535.700)	(17.237.150)	16.556.722	16.251.818	17.771.313	-	-

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2013	Grupo						Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	
Total do activo	30.952.400	11.083.200	39.282.047	113.464	1.493.101	4.961.782	87.885.994
Total do passivo e dos capitais próprios	44.697.013	6.416.668	15.446.143	-	-	21.326.170	87.885.994
<i>Gaps</i> de risco de taxa de juro	(13.744.613)	4.666.532	23.835.904	113.464	1.493.101	(16.364.388)	-
<i>Gap</i> acumulado de risco de taxa de juro	(13.744.613)	(9.078.081)	14.757.823	14.871.287	16.364.388	-	-

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2014	Banco						Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	
ACTIVO							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	8.493.195	-	-	-	-	-	8.493.195
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.215.926	-	-	-	-	-	3.215.926
Aplicações em instituições de crédito	2.892.338	1.008.000	4.704	-	-	3.806	3.908.848
Créditos a clientes	17.325.722	6.141.966	32.230.194	112.226	1.519.495	(534.927)	56.794.676
Activos financeiros disponíveis para venda	1.825.000	5.806.275	14.890.920	-	-	(335.865)	22.186.330
Outros activos	-	-	-	-	-	6.903.065	6.903.065
TOTAL DO ACTIVO	33.752.181	12.956.241	47.125.818	112.226	1.519.495	6.036.079	101.502.040
PASSIVO							
Depósitos de outras instituições de crédito	1.213.808	-	-	343.760	534.545	10.626	2.102.739
Depósitos de clientes	57.957.785	6.543.037	14.249.377	73.370	-	563.418	79.386.987
Títulos de dívida emitidos	1.000.000	-	-	-	-	25.132	1.025.132
Passivos subordinados	-	-	-	175.000	-	611	175.611
Outros passivos	-	-	-	-	-	2.259.931	2.259.931
TOTAL DO PASSIVO	60.171.593	6.543.037	14.249.377	592.130	534.545	2.859.718	84.950.400
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	60.171.593	6.543.037	14.249.377	592.130	534.545	19.411.358	101.502.040
GAPS DE RISCO DE TAXA DE JURO	(26.419.412)	6.413.204	32.876.441	(479.904)	984.950	(13.375.279)	-
GAP ACUMULADO DE RISCO DE TAXA DE JURO	(26.419.412)	(20.006.208)	12.870.233	12.390.329	13.375.279	-	-

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2013	Banco						Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	
Total do activo	30.777.030	10.446.653	38.599.245	113.464	1.493.101	3.998.746	85.428.239
Total do passivo e dos capitais próprios	46.448.570	6.452.640	15.678.360	175.000	2	16.673.667	85.428.239
Gaps de risco de taxa de juro	(15.671.540)	3.994.013	22.920.885	(61.536)	1.493.099	(12.674.921)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(15.671.540)	(11.677.527)	11.243.358	11.181.822	12.674.921	-	-

(ii) Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro na carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada, por prazos residuais de *repricing*, o cálculo do impacto no valor económico do Banco resultante da alteração da curva de taxa de juro de mercado.

(iii) Risco cambial

É avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) – Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo *Risk Office*, e validada pela Direcção de Contabilidade e pela Direcção Financeira, reportando-se ao último dia de cada mês;
- Indicador de Sensibilidade – calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

A exposição do Grupo e do Banco ao risco cambial apresenta-se nos seguintes quadros:

Milhares MZN

	Grupo					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	1.275.203	157.622	1.432.825	324.591	62.295	386.886
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	2.827.757	269.699	3.097.456	2.317.314	179.176	2.496.490
Aplicações em Instituições de Crédito	2.387.651	211.647	2.599.298	2.298.090	488.504	2.786.594
Crédito a Clientes	11.081.510	864.554	11.946.064	10.541.293	934.525	11.475.817
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Outros activos	14.794	1.494	16.288	404.362	455	404.817
	17.586.915	1.505.016	19.091.931	15.885.650	1.664.955	17.550.605
PASSIVO						
Recursos de outras Instituições de Crédito	879.144	23.280	902.424	948.190	49.579	997.769
Recursos de Clientes	15.096.235	1.055.430	16.151.665	13.196.798	1.203.198	14.399.996
Provisões	340.500	26.397	366.897	311.181	32.768	343.949
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	883.724	349.606	1.233.330	178.760	104.343	283.103
	17.199.603	1.454.713	18.654.316	14.634.929	1.389.888	16.024.816
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	387.312	50.303	437.615	1.250.721	275.067	1.525.788

Milhares MZN

	Banco					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
ACTIVO						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	1.275.203	157.622	1.432.825	324.591	62.295	386.886
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	2.827.757	269.698	3.097.456	2.317.314	179.176	2.496.490
Aplicações em Instituições de Crédito	2.155.305	171.415	2.326.720	2.298.090	488.504	2.786.594
Crédito a Clientes	11.081.510	864.554	11.946.064	10.541.293	934.525	11.475.817
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Outros activos	14.794	1.479	16.273	385.297	222	385.518
	17.354.569	1.464.768	18.819.338	15.866.584	1.664.721	17.531.306
PASSIVO						
Recursos de outras Instituições de Crédito	879.144	23.281	902.424	948.190	49.579	997.769
Recursos de Clientes	15.399.886	1.096.379	16.496.265	13.506.590	1.265.870	14.772.459
Provisões	147.866	13.633	161.499	152.054	13.649	165.703
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	755.753	307.389	1.063.142	12.454	90.128	102.582
	17.182.649	1.440.681	18.623.330	14.619.287	1.419.226	16.038.513
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	171.920	24.087	196.007	1.247.297	245.495	1.492.792

Os valores apresentados relativos à exposição do risco cambial evidenciam que a moeda estrangeira predominante no balanço do Grupo e do Banco é o dólar americano.

Os resultados evidenciam que o Grupo e o Banco enquadram-se dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

RISCO DE LIQUIDEZ

Os quadros seguintes analisam os activos e passivos financeiros e extrapatrimoniais do Banco e do Grupo por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos, passivos e extrapatrimoniais tendo em conta a maturidade contratual residual.

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2014	Grupo				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	8.493.195	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.217.654	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	2.897.449	1.008.479	4.704	-	-
Créditos a clientes	8.730.805	5.357.349	3.472.789	15.887.761	25.005.320
Activos financeiros disponíveis para venda	1.436.748	6.392.107	12.554.341	3.322.399	72.425
TOTAL DO ACTIVO	24.775.851	12.757.935	16.031.834	19.210.160	25.077.745
PASSIVO					
Depósitos de outras instituições de crédito	1.213.903	10.530	-	343.760	534.545
Depósitos de clientes	52.097.096	7.580.076	17.393.165	73.370	-
Títulos de dívida emitidos	25.132	-	-	1.000.000	-
TOTAL DO PASSIVO	53.336.131	7.590.606	17.393.165	1.073.370	-
GAPS DE LIQUIDEZ	(28.560.280)	5.167.329	(1.361.331)	18.136.790	25.077.745
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(28.560.280)	(23.392.951)	(24.754.282)	(6.617.492)	18.460.253

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2013	Grupo				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total do activo	23.229.864	7.486.958	16.000.973	13.939.740	22.473.856
Total do passivo	44.240.385	6.416.668	15.415.871	1.000.002	-
Gaps de liquidez	(21.010.521)	1.070.290	585.102	12.939.738	22.473.856
Gap acumulado de liquidez	(21.010.521)	(19.940.231)	(19.355.129)	(6.415.391)	16.058.465

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2014	Banco				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	8.493.195	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.215.926	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	2.895.944	1.008.201	4.704	-	-
Créditos a clientes	8.730.805	5.357.349	3.472.789	15.887.761	25.005.320
Activos financeiros disponíveis para venda	1.436.748	5.515.859	11.887.803	3.322.399	23.521
TOTAL DO ACTIVO	24.772.618	11.881.409	15.365.296	19.210.160	25.028.841
PASSIVO					
Depósitos de outras instituições de crédito	1.213.903	10.530	-	343.760	534.545
Depósitos de clientes	54.080.660	7.589.176	17.643.781	73.370	-
Títulos de dívida emitidos	25.132	-	1.000.000	-	-
Passivos subordinados	-	-	611	175.000	-
TOTAL DO PASSIVO	55.319.695	7.599.706	18.644.392	592.130	534.545
GAPS DE LIQUIDEZ	(30.547.077)	4.281.703	(3.279.096)	18.618.030	24.494.296
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(30.547.077)	(26.265.374)	(29.544.470)	(10.926.440)	13.567.856

Milhares MZN

31 de Dezembro de 2013	Banco				
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total do activo	23.082.896	6.843.085	15.379.917	13.939.740	22.473.856
Total do passivo	45.965.389	6.482.911	15.648.699	1.175.002	-
Gaps de liquidez	(22.882.493)	360.174	(268.782)	12.764.738	22.473.856
Gap acumulado de liquidez	(22.882.493)	(22.522.319)	(22.791.101)	(10.026.363)	12.447.493

Para os depósitos à ordem é firme convicção da Administração que as maturidades contratuais não representam de forma apropriada o período de permanência desses depósitos no Banco.

Desta forma, corrigindo a maturidade contratual (até 1 mês) pela maturidade histórica dos *core-deposits* associados, o *gap* de liquidez do Banco é conforme o referido no capítulo da Política e Gestão de Risco na parte inicial deste relatório.

RISCO OPERACIONAL

O Banco tem adoptado princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos: a segregação de funções; as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações; os limites de tolerância e exposições aos riscos; o código deontológico e de conduta; os indicadores – chave de risco; os controlos de acessos físicos e lógicos; as actividades de reconciliação; os relatórios de excepção; a contratação de seguros; o planeamento de contingências; a formação interna sobre processos, produtos e sistemas, entre outras medidas.

42. SOLVABILIDADE

Os fundos próprios do Banco Internacional de Moçambique são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 05/GBM/2007 do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (*Tier 1*) com os fundos próprios complementares (*Tier 2*) e da subtração da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado, as reservas e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as NIRF (Normas Internacionais de Relato Financeiro).

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base, são deduzidos os outros activos intangíveis, o *goodwill* relevado no activo, os desvios actuariais positivos/negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós-emprego atribuídos pela entidade que de acordo com a NIC 19 – Benefícios aos Empregados (Método do Corredor) não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais e por insuficiência de provisões, caso as dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de relato financeiro, sejam inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso n.º 7/GBM/07 do Banco de Moçambique, apuradas em base individual.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada, as reservas provenientes da reavaliação dos activos fixos tangíveis e, mediante autorização prévia do Banco de Moçambique, a inclusão de elementos patrimoniais que podem ser livremente utilizados para cobrir riscos normalmente ligados à actividade das instituições sem que as perdas ou menos valias tenham ainda sido identificadas.

Para apuramento do capital regulamentar torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente a quantia escriturada do activo não financeiro recebido em reembolso de crédito próprio.

DIVULGAÇÕES DE CAPITAL

Milhares MZN

	2014	2013
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE		
TIER 1 CAPITAL		
Capital realizado	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados retidos	8.555.461	6.436.874
Activos intangíveis	(132.016)	(137.865)
Insuficiência de provisões	1.125.876	-
TIER 1 CAPITAL TOTAL	11.797.569	10.799.009
TIER 2 CAPITAL		
Empréstimos subordinados	70.000	105.000
Outros	10.110	(1.742)
TIER 2 CAPITAL TOTAL	80.110	103.258
Dedução aos fundos próprios totais	91.727	124.064
FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS	11.785.952	10.778.203
ACTIVOS PONDERADOS PELO RISCO		
No balanço	54.821.291	45.969.212
Fora de balanço	5.716.393	4.315.860
Risco operacional	1.160.075	-
Risco de mercado	337.738	-
Rácio de adequação de fundos próprios de base (<i>Tier 1</i>)	19,0 %	21,5 %
Rácio de adequação de fundos próprios (<i>Tier 2</i>)	0,1 %	0,2 %
RÁCIO DE SOLVABILIDADE	19,0 %	21,4 %

43. CONCENTRAÇÃO DE RISCO

A concentração de activos financeiros com risco de crédito por sector, no Grupo e no Banco, é a seguinte:

Milhares MZN

Sector	Grupo									
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos em associadas	Outros activos	2014		2013	
							Total	%	Total	%
Sector público	-	-	4.544.609	23.738.615	-	-	28.283.224	30,7%	21.304.172	28,1%
Instituições financeiras	3.217.654	3.910.632	-	992	-	-	7.129.278	7,7%	9.979.577	13,2%
Agricultura e silvicultura	-	-	1.803.054	-	-	-	1.803.054	2,1%	1.608.884	2,1%
Indústrias extractivas	-	-	1.870.936	-	-	-	1.870.936	2,1%	1.957.672	2,6%
Alimentação, beb. e tabaco	-	-	906.428	14.891	-	-	921.319	1,1%	876.582	1,2%
Têxteis	-	-	5.024	-	-	-	5.024	0,0%	5.308	0,0%
Papel, artes gráf. e editoras	-	-	111.436	-	-	-	111.436	0,1%	80.565	0,1%
Químicas	-	-	466.492	-	-	-	466.492	0,5%	470.496	0,6%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.332.604	-	-	-	1.332.604	1,5%	1.279.288	1,7%
Electricidade, água e gás	-	-	3.369.556	-	-	-	3.369.556	3,7%	2.833.869	3,7%
Construção	-	-	9.251.546	-	-	-	9.251.546	10,3%	5.861.756	7,7%
Comércio	-	-	8.623.234	-	-	-	8.623.234	9,7%	6.528.307	8,6%
Restaurantes e hotéis	-	-	1.200.411	-	-	-	1.200.411	1,3%	1.118.324	1,5%
Transportes e comunicações	-	-	3.412.652	-	17.049	-	3.429.701	4,0%	3.706.587	4,9%
Serviços	-	-	6.950.431	23.521	250.208	-	7.224.160	8,1%	5.462.735	7,2%
Crédito ao consumo	-	-	11.015.379	-	-	-	11.015.379	13,5%	9.549.529	12,6%
Crédito à habitação	-	-	934.216	-	-	-	934.216	1,1%	900.978	1,2%
Outras actividades	-	-	996.668	-	-	1.230.724	2.227.392	2,5%	2.279.571	3,0%
	3.217.654	3.910.632	56.794.676	23.778.019	267.258	1.230.724	89.198.963	100,0%	75.804.201	100,0%

Milhares MZN

Sector	Banco						2014		2013	
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos em subsidiárias	Outros activos	Total	%	Total	%
Sector público	-	-	4.544.609	22.162.809	-	-	26.707.418	30,6%	19.859.753	26,8%
Instituições financeiras	3.215.926	3.908.848	-	-	356.148	-	7.480.922	8,6%	10.246.013	13,8%
Agricultura e silvicultura	-	-	1.803.054	-	-	-	1.803.054	2,1%	1.608.884	2,2%
Indústrias extractivas	-	-	1.870.936	-	-	-	1.870.936	2,1%	1.957.672	2,6%
Alimentação, beb. e tabaco	-	-	906.428	-	-	-	906.428	1,0%	863.709	1,2%
Têxteis	-	-	5.024	-	-	-	5.024	0,0%	5.308	0,0%
Papel, artes gráf. e editoras	-	-	111.436	-	-	-	111.436	0,1%	80.565	0,1%
Químicas	-	-	466.492	-	-	-	466.492	0,5%	470.496	0,6%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.332.604	-	-	-	1.332.604	1,5%	1.279.288	1,7%
Electricidade, água e gás	-	-	3.369.556	-	-	-	3.369.556	3,9%	2.833.869	3,8%
Construção	-	-	9.251.546	-	-	-	9.251.546	10,6%	5.861.756	7,9%
Comércio	-	-	8.623.234	-	-	-	8.623.234	9,9%	6.528.307	8,8%
Restaurantes e hotéis	-	-	1.200.411	-	-	-	1.200.411	1,4%	1.118.324	1,5%
Transportes e comunicações	-	-	3.412.652	-	-	-	3.412.652	3,9%	3.689.538	5,0%
Serviços	-	-	6.950.431	23.521	-	-	6.973.952	8,0%	5.212.527	7,0%
Crédito ao consumo	-	-	11.015.379	-	-	-	11.015.379	12,6%	9.549.529	12,9%
Crédito à habitação	-	-	934.216	-	-	-	934.216	1,1%	900.978	1,2%
Outras actividades	-	-	996.668	-	-	957.370	1.954.038	2,2%	2.070.001	2,8%
	3.215.926	3.908.848	56.794.676	22.186.330	356.148	957.370	87.419.298	100,0%	74.136.517	100,0%

44. POLÍTICAS RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 27 (ALTERADA) – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Grupo não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a "IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas", com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12 e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como "silos").

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 – ACORDOS CONJUNTOS

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a "IFRS 11 – Acordos Conjuntos", com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define "controlo conjunto", introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num "acordo conjunto" determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida ("operação conjunta" ou "empreendimento conjunto"), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de "empreendimento conjunto" devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (ALTERADA) – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos, quer a associadas.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 – DIVULGAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS ENTIDADES

O IASB emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, *performance* e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adopção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

ENTIDADES DE INVESTIMENTO – ALTERAÇÕES À IFRS 10, IFRS 12 E IAS 27 (EMITIDA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua *performance* no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (ALTERADA) – IMPARIDADE DE ACTIVOS: DIVULGAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ACTIVOS NÃO-FINANCEIROS

O IASB emitiu, em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

IAS 39 (ALTERADA) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: NOVAÇÃO DE DERIVADOS E CONTINUAÇÃO DA CONTABILIDADE DE COBERTURA

O IASB emitiu, em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação ("novação") que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (ALTERADA) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS: APRESENTAÇÃO – COMPENSAÇÃO ENTRE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O IASB emitiu, em 16 de Dezembro de 2011, alterações à "IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros", com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase "direito legal oponível corrente para compensar" significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adoptada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – TAXAS

O IASB emitiu, em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações.

IAS 19 (ALTERADA) – PLANOS DE BENEFÍCIO DEFINIDO: CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear:

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

MELHORAMENTOS ÀS IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – DEFINIÇÃO DE CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO (VESTING)

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (*vesting*) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de "condição de desempenho" e "condição de serviço" da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – CONTABILIZAÇÃO DE UMA CONSIDERAÇÃO CONTINGENTE NO ÂMBITO DE UMA CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – AGREGAÇÃO DE SEGMENTOS OPERACIONAIS E RECONCILIAÇÃO ENTRE O TOTAL DOS ACTIVOS DOS SEGMENTOS REPORTÁVEIS E OS ACTIVOS DA EMPRESA

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – CONTAS A RECEBER OU PAGAR DE CURTO PRAZO

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 E IAS 40 – MODELO DE REVALORIZAÇÃO – REFORMULAÇÃO PROPORCIONAL DA DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS – SERVIÇOS DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como, por exemplo, nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

MELHORAMENTOS ÀS IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – CONCEITO DE “IFRS EFECTIVAS”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias, mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – EXCEPÇÕES AO ÂMBITO DE APLICAÇÃO PARA JOINT VENTURES

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – ÂMBITO DO PARÁGRAFO 52 – EXCEPÇÃO DE PORTEFÓLIOS

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portfolios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – INTER-RELAÇÃO COM A IFRS 3 QUANDO CLASSIFICA PROPRIEDADES COMO PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO OU IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO EFECTIVAS PARA O GRUPO

IFRS 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS (EMITIDA EM 2009 E ALTERADA EM 2010, 2013 E 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado, caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor; por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 – RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

O IASB emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

O Grupo encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

MELHORAMENTOS ÀS IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: O MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

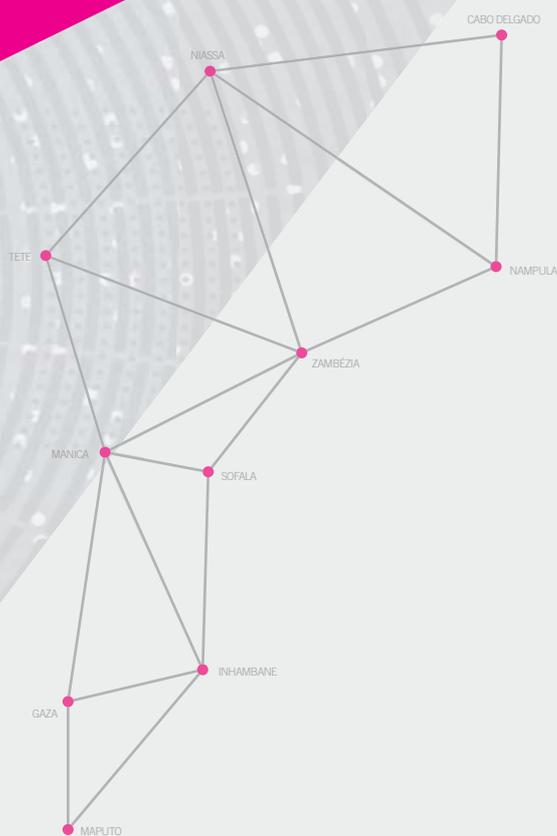
O IASB emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O grupo ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção desta opção nas suas contas separadas.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

RELATÓRIO E CONTAS

2014



BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES
 Comissão Executiva

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A, que compreendem a demonstração da situação financeira, em 31 de Dezembro de 2014, a demonstração de resultados compreensivos, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras que estão livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

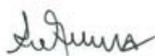
O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2015 e vão assinadas em seu nome por:



Manuel d'Almeida Mârecos Duarte
(Presidente)



António Manuel Duarte Gomes Ferreira
(Administrador)



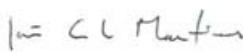
Teotónio Jaime dos Anjos Comiche
(Administrador)



Ricardo David
(Administrador)



Rogério Gomes Simões Ferreira
(Administrador)



João Manuel R.T. da Cunha Martins
(Administrador)



Jorge Octávio Netos dos Santos
(Administrador)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO E CONTAS
2014





KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
 Rua 1.233, Nº 72 C
 Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
 Telefax: +258 (21) 313 358
 Caixa Postal, 2451
 Email: mz-fminformation@kpmg.com
 Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Aos accionistas do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A

Auditámos as demonstrações financeiras do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A que comportam a demonstração da situação financeira à data de 31 de Dezembro de 2014, a demonstração de resultados compreensivos, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do ano findo na mesma data, assim como um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, constantes nas páginas 64 a 150.

Responsabilidade da Administração em relação as Demonstrações Financeiras

A Administração da empresa é responsável pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pela manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras, que estejam livres de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou erros.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos pertinentes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de quaisquer distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erros. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras pela entidade, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A, à data de 31 de Dezembro de 2014, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do ano findo na mesma data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

KPMG
 Maputo
 19 de Fevereiro de 2015

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS
2014



BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE S.A.

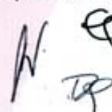
PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apresenta aos Exmos Accionistas o relatório sobre a acção fiscalizadora exercida no BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., bem como o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Millennium bim, as Demonstrações Financeiras em base individual do Banco e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal, para além de reunir ao longo do ano com a regularidade exigida por lei, acompanhou a actividade do Banco, fundamentalmente através da apreciação das Demonstrações Financeiras Mensais e respectivas Informações de Gestão, através da participação nas reuniões do Conselho de Administração, de contactos mantidos com a Administração e através das informações colhidas dos sistemas de informação de gestão do Banco, procurando avaliar a evolução da actividade.

Especial atenção foi dada às principais transacções que explicam as variações mais significativas nos principais indicadores de actividade do Banco (em base individual), a saber:

- O aumento da Margem Financeira em 15,1% para a qual contribuiu a variação combinada, principalmente dos seguintes indicadores:
 - i). Aumento em 19,0% do volume de crédito líquido sobre clientes; e
 - ii). Variação em 49% da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo disponíveis para venda.
- O aumento de Outros Proveitos Líquidos em 1,7% , resultante de:
 - i). variação positiva de 1,8% dos Rendimentos de Instrumentos de Capital (dividendos recebidos da Seguradora Internacional de Moçambique, SA);
 - ii). aumento das Comissões Líquidas, em 9,7% ;
 - iii). aumento do Resultado em Operações Financeiras, em 15,4% ; e
 - iv). diminuição de Outros Resultados de Exploração Líquidos em cerca de 59,7%, não incluindo outras provisões.



- A variação da qualidade da carteira de crédito reflecte uma variação de:
 - i). aumento em 52% do crédito vencido há mais de 90 dias;
 - ii). aumento do rácio "crédito vencido sobre crédito total", de 1,7% em 2013 para 2,2% em 2014; e
 - iii). diminuição do rácio de cobertura do crédito vencido de 348% em 2013 para 241% em 2014.

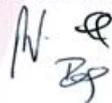
A imparidade do crédito (líquida de recuperações de crédito abatido) cifrou-se em 500,7 milhões de meticais em 2014, contra 446,2 em 2013.

Os recursos de clientes (*depósitos e títulos de dívidas emitidos*) subiram de 67.623 milhões de Meticais em 2013, para 80.412 em 2014, ou seja, um crescimento de 19%.

- O crescimento dos custos operacionais sofreram um aumento de cerca de 10%.
- O resultado líquido do Banco, que atingiu em 2014 o montante de cerca de 3.493,6 milhões de Meticais, registou um crescimento de 6% face aos cerca de 3.302,9 milhões de Meticais do ano anterior.

O Conselho Fiscal apreciou ainda as Demonstrações Financeiras auditadas pelo Auditor Externo, incluindo o seu Parecer favorável, as quais evidenciam:

- Que o **Balanço Consolidado** e o **Balanço do Banco**, BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2014, reflectem adequadamente a situação financeira do Grupo e do Banco;
- Que a **Demonstração de Resultados Consolidados** e a **Demonstração de Resultados do Banco** espelham um lucro consolidado de 3.677,9 milhões de Meticais e um lucro do Banco de 3.493,6 milhões de Meticais, os quais traduzem o resultado da actividade do Grupo e do Banco;
- Que a **Demonstração de Rendimento Integral Consolidado** e a **Demonstração de Rendimento Integral do Banco** apresentam um rendimento integral do Grupo de 3.694,3 milhões de Meticais e um rendimento integral do Banco de 3.469,6 milhões de Meticais, respectivamente;
- Que a **Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados** e a **Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco** apresentam um





aumento durante o ano em Caixa e seus equivalentes de 856,5 milhões de Meticais para o Grupo e 854,7 milhões de Meticais para o Banco; e

- Que a **Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios** e a **Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco** evidenciam um Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2014 de 18.025,97 milhões de Meticais para o Grupo e de 16.551,64 milhões de Meticais para o Banco.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas, o Conselho Fiscal:

1. É de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras do Banco (compostas pelas seguintes peças do Grupo e do Banco: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Rendimento Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e respectivas Notas):
 - i). estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas do Banco Central;
 - ii). foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
 - iii). reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Grupo e do Banco em 31 de Dezembro de 2014, bem como o resultado das operações realizadas pelo Grupo e pelo Banco durante o exercício.

2. É de parecer que o Conselho de Administração:
 - i). Aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BIM – Banco Internacional de Moçambique, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
 - ii). Exprese o seu voto de louvor pelo desempenho da Comissão Executiva e de todos os restantes colaboradores do Millennium bim no exercício de 2014.

Maputo, 19 de Fevereiro de 2015



O CONSELHO FISCAL

António de Almeida - Presidente

Daniel Filipe Gabriel Tembe – Vogal

Eulália Mário Madime - Vogal

Maria Iolanda Wane – Vogal suplente

www.millenniumbim.com.mz
21 330035

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. - Sede A-25 de Setembro, 1805 - Caixa Postal 865 - Maputo - Tel + 258 21 351 350
Capital Social 4.500.000.000 MT - N.º de Registo 60001387 - N.º inscrita na CIRE de Maputo 6614

Mod.02 - 03B



BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal analisou a proposta do Conselho de Administração relativa à distribuição do Resultado Líquido, no montante de 3.493.636.411,47 Meticais, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 19 de Fevereiro de 2015.

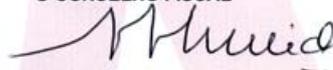
Dada a situação de robustez financeira do BIM, nomeadamente pela justeza dos capitais próprios elegíveis, no valor de 11.786 milhões de Meticais e do confortável rácio de solvabilidade, 19%, assim como a natural expectativa dos accionistas verem remunerados os capitais por si investidos no BIM, a proposta afigura-se adequada.

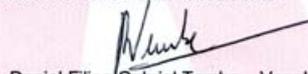
Como resultado da análise efectuada, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove a proposta de Distribuição de Resultados, no montante de 3.493.636.411,47 Meticais, do seguinte modo:

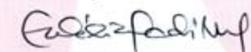
• Para Reserva Legal	15,00%	524.045.461,72 Meticais
• Para Reserva Livre	47,50%	1.659.477.295,45 Meticais
• Para Reserva de Estabilização		
de Dividendos	2,50%	87.340.910,29 Meticais
• Distribuição aos Accionistas	35,00%	1.222.772.744,01 Meticais

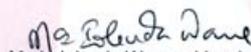
Maputo, 21 de Fevereiro de 2015

O CONSELHO FISCAL


António de Almeida - Presidente


Daniel Filipe Gabriel Tembe - Vogal


Eulália Mário Madime - Vogal


Maria Iolanda Wane - Vogal suplente

Relatório e Contas 2014
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.

www.millenniumbim.co.mz

Sede:
Rua dos Desportistas, 873-879
Maputo/Moçambique

Capital Social:
MZN 4.500.000.000

Matriculado na Conservatória
do Registo de Entidades Legais
em Maputo, sob o número 6614

Impresso em Julho de 2015



RELATÓRIO E CONTAS 2014

